

ANDRÉ LUÍS BELLETINI

DE OPTIMO IMPERATORE:

A Construção da Imagem militar de Trajano (97-117)

ASSIS

2022

ANDRÉ LUÍS BELLETINI

DE OPTIMO IMPERATORE:

A Construção da Imagem militar de Trajano (97-117)

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientadora: Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

ASSIS

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP)Laura Akie Saito Inafuko - CRB 8/9116

Belletini, André Luís

B442d De optimo imperatore: a construção da imagem
militar de Trajano (97-117) / André Luís Belletini.
Assis, 2022.
127 p. : il.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras,
Assis

Orientadora: Profa. Dra. Andrea Lúcia Dorini
deOliveira Carvalho Rossi

1. Imagem militar. 2. Panegírico de Plínio, o Jovem.
3. Coluna de Trajano. I. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ANDRÉ LUÍS BELLETINI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 04 dias do mês de agosto do ano de 2022, às 14:00 horas, no(a) Sala de Defesas da Pós-graduação/Assis e sala virtual meet.google.com/azn-xjwj-nrx, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ANDRÉ LUÍS BELLETINI, intitulada **DE OPTIMO IMPERATORE: A Construção da Imagem militar de Trajano (97-117)**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. ANDRÉA LUCIA DORINI DE OLIVEIRA CARVALHO ROSSI (Participação Presencial) do(a) Departamento de História / UNESP/FCL-Assis, Prof. Dr. NELSON DE PAIVA BONDIOLI (Participação Virtual) do(a) Programa de Pós-graduação em História / UNESP-Assis, Profa. Dra. JANIRA FELICIANO POHLMANN CAVALCANTI (Participação Virtual) do(a) Universidade Federal do Paraná. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADO . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Profa. Dra. ANDRÉA LUCIA DORINI DE OLIVEIRA CARVALHO ROSSI

DEDICATÓRIA

Divis parentibus Antenori Rosangelaeque

AGRADECIMENTOS

Por vezes observa-se uma jornada de batalhas, apontando-se para sucessos e insucessos sem se compreender realmente o quão grande esforço foi necessário para chegar onde se chegou. Finalmente encerra-se aqui esta luta. E que luta! Quantas vezes as pequenas vitórias táticas não foram abissalmente engolidas pelas sufocantes derrotas estratégicas? Quantas vezes não se enxergou apenas um punhado de ruínas de onde se esperava uma ilustre praça. Todavia, quão abençoado sou! Mesmo nos mais medonhos reveses, quando nenhuma luz se apresentava e mais e mais a agonia tomava conta de tudo, quando me senti indigno e abandonado, tive aqueles que me puseram sobre os ombros, que com inquebrável tenacidade e suave voz sussurravam “só mais um passo”. Agora é o momento de honrar a quem merece honra.

Agradeço primeiramente ao Senhor meu Deus que me tem conservado em vida – pois já a deveria ter perdido em não poucas ocasiões –, e em cujo caminho de justiça busco andar, ainda que ciente de minhas faltas.

Agradeço ao meu pai, Antenor, e à minha mãe, Rosângela, pelo amor, esforço, incentivo, dedicação, presteza e intercessão. Nada seria sem a vossa presença em minha vida. Por vezes com “*ma varda cossa che ti ga fà*”, sentados ao meu lado, só faltava pegar em minhas mãos para digitar as linhas desta dissertação. Estendo tal agradecimento ao meu querido tio Luiz Alberto Simões, o homem incansável, que sempre acreditou em mim, investindo mesmo tempo e recursos para que chegasse até aqui. Espero ser alguém tão industrioso quanto estes três.

À minha orientadora e amiga, prof. Andrea Dorini Rossi, *diva quoque ea*, agradeço por toda a paciência, atenção e carinho demonstrados. Foste para mim um verdadeiro sustentáculo, um apoio infundável sem o qual nada do que se veja aqui seria possível. Minha eterna gratidão à *Domina*. Agradeço também a Thiago Granja Belieiro, *ἄριστος φίλος*, que me incentivou a adentrar nesta aventura e cuja trajetória procurei emular. À “mainha”, Dagmar Almeida, que me “adotou” em seu coração ainda enquanto estagiário na graduação e sempre esteve me incentivando e intercedendo por mim.

Agradeço a Nelson de Paiva Bondioli, *ὁ πολύμητις*, pelas contribuições na qualificação, por ser a figura que, muitas vezes, me serviu de modelo e por aceitar mais uma vez estar presente agora no encerramento deste percurso. A Janira Feliciano Pohlmann Cavalcanti pela disposição em aceitar participar da Banca. Estendo os agradecimentos ao professor Germano Miguel Fávaro Esteves por aceitar fazer parte da banca na qualidade de suplente assim como o professor Ivan Esperança Rocha que também muito contribuiu para a elaboração do projeto inicial ao comentá-lo e indicar uma infinidade de leituras proporcionando os respectivos PDF's.

Agradeço a Abner Nogueira, Bruna Marcelino e Victor Draghi, meus primeiros companheiros, ainda na qualidade de aluno-especial e que sempre estiveram presentes ao longo do meu percurso, mesmo que distantes fisicamente. Sois merecedores de toda minha admiração e afeto. Não poderia me esquecer dos *leprechauns* José Cracco e Eduardo Dianna que me acolheram durante os eventos e pelos quais desenvolvi grande apreço.

Aos membros do NEAM e CPEP em geral, com os quais pude compartilhar trabalhos, participar de eventos e aprender sempre. Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes que financiou este estudo, proporcionando os meios para que pudesse dedicar-me a tal empreendimento.

EPÍGRAFE

*Nec his [iniuriis] dolendum nec illis [honoribus] gaudendum;
alioqui multa timore contumeliarum aut taedio necessaria
omitemus [...]*

Sêneca, o Jovem. *De Clementia*. XIX, 2.

BELLETINI, André Luís. ***De Optimo Imperatore: A Construção da Imagem Militar de Trajano (97-117)***. 2022. Dissertação. (Mestrado Acadêmico em História). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2022.

RESUMO

O governo de Trajano foi marcado por um momento de estabilidade sociopolítica e prosperidade econômica, por uma política de conciliação entre o imperador e o Senado romano e por guerras de conquista que levaram o império à sua extensão máxima. Tais características valeram-lhe ainda em vida o título de *Optimus Princeps* (“o melhor dos governantes”) e sua forma de governo foi tratado pelas fontes contemporâneas e posteriores como modelo a ser seguido. Sua imagem como governante ideal permaneceu quase inalterada através dos séculos chegando mesmo aos tempos atuais. Alguns dos aspectos mais destacados de sua *persona* foi sua disposição para os assuntos militares e a vitoriosa condução de suas campanhas contra antigos inimigos de Roma. Esta pesquisa visa observar o processo de construção da imagem militar de Trajano enquanto um líder militar ideal dentro dos objetivos discursivos do Panegírico de Plínio, o Jovem e da Coluna de Trajano, ambas fontes produzidas durante o governo de Trajano, visando estabelecer um diálogo entre elas para identificar possíveis rupturas e continuidades nesse processo.

Palavras-chave: Imagem Militar; Panegírico de Plínio, o Jovem; Coluna de Trajano; Principado Romano; Marco Úlpio Trajano.

BELLETINI, André Luís. ***De Optimo Imperatore: The Making of Trajan's Military Image (97-117)***. 2022. Dissertation. (Masters in History). São Paulo State University (UNESP), School of Sciences and Languages, Assis, 2022.

ABSTRACT

Trajan's rule was well-marked by a moment of socio-political stability and economic prosperity, by a policy of conciliation between the emperor and the Roman Senate and by wars of conquest that brought the empire to its maxime extension. These characteristics earned him during his lifetime the title of *Optimus Princeps* ("The best of the rulers") and his way of rule was treated by contemporary and later sources as a model to be followed. Some of the most highlighted aspects of his *persona* were his disposition to military affairs and the victorious leading of his campaigns against old enemies of Rome. This research aims to observe the process of making of Trajan's military image while an ideal military leader in the discursive objectives of the Panegyricus of Pliny the Younger and Trajan's Column, both sources produced during Trajan's rule, in order to establish a dialogue between them to identify possible ruptures and continuities in this process.

KEYWORDS: Military Image; Panegyricus of Pliny the Younger; Trajan's Column; Roman Principate; Marcus Ulpius Trajan.

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 – Mapa do Império romano em 117 E.C	19
Fig. 2 – Cena 6: Trajano preside um Conselho de Guerra	98
Fig. 3 – Cena 14: Trajano supervisiona a construção de um forte	100
Fig. 4 – Cena 40: Trajano recebe um prisioneiro dácio	101
Fig. 5 – Cena 42. Trajano discursa às tropas vitoriosas	103
Fig. 6 – Cena 53: Trajano inicia ritos sacrificiais de suovetaurilia	104
Fig. 7 – Cena 75: Trajano recebe rendição de nobres dácios	105
Fig. 8 – Cena 100: Trajano recebe embaixadores	108
Fig. 9 – Cena 94-97: Ataque dácio e contra-ataque romano liderado por Trajano.....	109

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
 Capítulo 1: Tu regere imperio populos	22
I – O exército romano no Principado	22
II – <i>Cursus Honorum</i> e a carreira militar no Principado	30
III – <i>Imperator</i> e a Romanidade	39
 Capítulo 2: Inde in Romam deinde in Aethera	55
I – Abordagem Teórico-Metodológica	55
II – Contextualizando as fontes	64
 Capítulo 3: Quid divinius Traiano?	80
I – Construindo o <i>Optimus</i> : o Panegírico de Plínio, o Jovem	81
II – Entalhando a vitória e mármore: a Coluna de Trajano	95
 Considerações Finais	112
Referências	116
Apêndices	122

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é fruto não apenas de uma pesquisa, mas também de uma vivência, o que, ainda que seja uma constante na vida de cada pesquisador(a), por vezes acaba por ser desconsiderado quando se pensa na execução de um processo que se pretende científico. É lícito ressaltar este ponto uma vez que, ainda que se procure atender às exigências do processo científico, observando os métodos, respeitando as discussões produzidas pela historiografia e mesmo buscando manter um distanciamento com o objeto para atingir uma – impossível – imparcialidade, assume-se que

toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar e produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: um profissional liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes são propostas, se organizam (DE CERTEAU, 1992, p. 47).

Desta forma, o(a) historiador(a) deve estar consciente de sua posição e dos cuidados que deve ter durante o processo da pesquisa. O lugar de onde provém o(a) pesquisador(a) se sentirá também na escolha de seu objeto, na importância que lhe atribui e, de certa forma, nas posições que ocupará em relação a ele. Não se trata de um determinismo, mas de ter consciência deste fator. Mesmo visando seguir os pressupostos científicos da disciplina, ainda que busque assumir uma posição diacrônica e crítica, a verdade é que o(a) pesquisador(a) sempre partirá do presente, da sua realidade, do meio e da sociedade em que se insere, que por sua vez pode dar mais crédito a esta ou aquela temática. A relevância dos temas é relativa à importância que os grupos sociais lhe atribuem e, embora existam temáticas que estejam mais em voga, existem aquelas que disputam espaço, umas emergindo e outras eclipsando, devido às situações sócio-políticas e culturais.

Partindo dessas considerações que se busca, aqui, situar este trabalho. Pertencendo aos domínios da História Antiga, mais precisamente da Antiguidade Clássica, o trabalho pode parecer pouco relevante e mesmo “exótico”. Contudo, não é difícil constatar o emprego de temáticas da Antiguidade em jogos

eletrônicos, filmes e séries e mesmo em propagandas comerciais. Por outro lado, os usos políticos indiscriminados de um passado romano e germânico nos dois maiores expoentes do totalitarismo do século passado evidenciam o quão perniciosos podem ser os processos de (re)apropriações de temáticas históricas. Destarte, o distanciamento temporal entre o objeto e o momento da pesquisa assume conotações próprias.

De fato, é lícito salientar que a escolha do imperador romano Trajano como objeto desta pesquisa não se deu de maneira arbitrária. Tendo-se, ainda bem cedo, entrado em contato com este personagem, em cujo reinado o império teria vivido seu apogeu e chegado à máxima extensão territorial, manifestou-se uma espécie de curiosidade/admiração por uma figura que ficara conhecida justamente pelo epíteto de “o melhor” (*Optimus*). Fato é que, durante muito tempo, esta figura se manteria distante, enigmática e, de certa forma, idealizada. Isso de todo não seria ruim visto que, como escreveria Stadler (2010, p. 1),

Quem sabe a nossa vontade seja a de interagir com os indivíduos que tanto conhecemos, mas que nunca saberemos ao certo como foram. Melhor assim, pois, talvez, se os conhecêssemos como de fato eram, o encanto que nos fez escolhê-los para nossas pesquisas naufragaria em águas turvas e sem o brilho que lhes concedemos. Ou pior, veríamos que os grandes déspotas e usurpadores também tinham sua parcela de carisma, o que tememos aceitar.

As tensões sócio-políticas que se apresentavam no momento de concepção do ainda projeto de pesquisa cooperaram para a decisão de dedicar-se ao estudo da figura do *Optimus Princeps*, visto que toda a sociedade se articulava de um lado ou de outro, digladiando-se e apressando-se a apresentar seus próprios candidatos a tal posto. A fim de delimitar o objeto de pesquisa, buscou-se abordar a faceta mais destacada do imperador pelos autores antigos com os quais se teve contato: aquela de exímio militar e conquistador. Para tal, utilizou-se um recorte temporal de 20 anos, partindo da adoção de Trajano por Nerva, em 97, até a morte daquele em 117. Deste período, foram selecionados como fontes inicialmente o Panegírico de Plínio, o Jovem, a Coluna de Trajano e 25 moedas cunhadas ao longo de todo o período. Quanto às últimas, optou-se após o Exame de Qualificação, em não as abordar em vista das dificuldades que se apresentavam à sua análise e à sua inserção na pesquisa como um todo.

Tendo em mente a constante atividade militar do principado de Trajano e a atenção que as fontes dão a essa questão, conviria pensar na questão da guerra e da violência em geral e como elas são encaradas pelos indivíduos a fim de desconstruir algumas concepções que pudessem impossibilitar uma percepção mais acertada de análise, pensando nas questões há pouco expostas. Em primeiro lugar, foi necessário compreender que para os antigos “a guerra era uma parte normal da vida” e, portanto, “a exigência de que os líderes políticos deveriam ter, e continuar a demonstrar, excelência em assuntos militares era, destarte, séria e compreensível.” (FINLEY, p. 67-68).¹ Outrossim, de suma importância verificou-se a questão da legitimidade e dos processos de legitimação para a manutenção do poder político, uma vez que o uso da violência por si só torna qualquer regime político insustentável durante um período prolongado de tempo visto que

A coação, material ou simbólica, consciente ou não, é, sem dúvida, de importância capital na regulação social; mas as pessoas obedecem também por outras razões, incluindo o interesse, o cálculo ou a estratégia. As ações humanas vinculam-se à aptidão para organizar o pensamento em estratégias cognitivas e em roteiros de ação, na dependência das informações auferidas durante um processo em curso. O poder não serve somente para reprimir, mas também para organizar a trama social mediante o uso de saberes, o que é de grande relevância. Já que tal poder não é o atributo de alguém que o exerce, mas sim uma relação. (CARDOSO, 2012, p. 41).

Partindo dessa premissa, pode-se compreender o extensivo esforço dedicado à construção de um discurso imperial cujas bases estivessem sustentadas em diversos argumentos para além do poder militar. De fato, a própria posição do imperador necessitava ser repensada. Segundo Fergus Millar (1977, p. 6), embora fosse uma figura central, a posição do imperador era relativamente “passiva” na condução dos rumos que o império tomava e isso porque, no momento de instauração do Principado, a posição do *princeps* não fora bem definida, de modo que

O imperador era aquilo que fazia. O papel do imperador no “governo” do império deve ter sido tal que pudesse ser administrado enquanto ele mantinha-se anos viajando pelas províncias (como Adriano) ou em

¹“*War was a normal part of life. [...] The requirement that political leaders shall have had, and continue to demonstrate, military distinction was therefore serious and comprehensible.*” (Tradução nossa).

campanhas militares (como Marco Aurélio), auxiliado por seu prefeito do pretório, seus *amici* e seus “secretários”.²

Portanto, as reconfigurações políticas pelas quais o mundo romano passou, em grande medida, não alteraram as bases sociais e econômicas em que estava baseado, de modo que é necessário pensar no regime imperial também como um regime político em que o poder que era também delegado a outros e compartilhado (GUARINELLO; JOLY, 2001, p. 137). Uma vez que o poder e a posição do *princeps* romano se baseavam, sobretudo, no exercício das virtudes pessoais, o nível de poder pessoal de seu ocupante poderia ser variado (FRIGHETTO, 2004, p. 39). Assim, a questão de se pensar a respeito do indivíduo que assumia a posição de imperador passou a ser objeto de constante observação na literatura latina, sendo que sua pessoa passava por julgamentos através dos mais variados prismas. Assim, pensando sobre posição religiosa do *princeps*, William Van Andriga (2007, p. 93) escreveu que

Uma profunda convicção de que o destino do império, que ligava Roma com as cidades provinciais e dependia da habilidade do imperador em lidar com esta enorme responsabilidade, tomou lugar junto aos atos oficiais de piedade. Não era o imperador conhecido como o salvador do mundo, o *sôter tou kosmou*, nas cidades orientais do império e como *conservator orbis* no ocidente?³

Após ponderações deste gênero, passou-se a dar maior atenção a outros fatores de sustentação do poder político até então desconsideradas durante a elaboração do projeto de pesquisa, tais como alianças matrimoniais. Pode-se notar, então, que apesar da intensa representação do sucesso militar no mundo romano, e nas culturas antigas em geral, este era mais um aspecto a ser pensado e não um aspecto predominante sobre os demais, visto que

Vitórias militares são normalmente eventos de curta duração enquanto poder político efetivo é um continuum. Isto é, vitórias são alcançadas por uma pequena minoria da população, em um local geralmente longe do centro político, e em um momento específico, enquanto o poder político pretende abarcar toda a comunidade política, para estender-se sobre todo o território do Estado, e para durar no tempo. O sucesso militar tem então que ser convertido em poder para que algo mais do

² “The emperor was what the emperor did. The emperor’s role in the ‘government’ of the empire must have been such that it could be carried on while he spent years (like Hadrian) travelling through the provinces or (like Marcus) on campaign, assisted by his prefect, his amici and his ‘secretaries’.” (Tradução nossa).

³ “A profound conviction that the destiny of the empire, which linked Rome with the provincial cities and depended on the ability of the emperor to take on his enormous task, took its place beside official acts of piety. Was the emperor not known as savior of the world, the *sôter tou kosmou*, in the cities of the eastern empire and as *conservator orbis* in the West?” (Tradução nossa).

que um evento limitado no espaço e tempo. Essa conversão objetiva envolver toda a população na vitória. (HOLSCHER, 2003, p. 13).⁴

Verifica-se, assim, que houve um processo de amadurecimento em relação ao objeto escolhido para a pesquisa. Neste processo, a participação nos encontros do Núcleo de Estudos Antigos e Medievais (NEAM) e as atividades junto ao Centro de Pesquisa e Estudos Plinianos (CPEP), ambos sediados na Unesp de Assis, em muito contribuiriam para as discussões que fundamentariam esta pesquisa. Contudo, fora a imprescindível orientação da professora Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi e os comentários mais do que especiais do professor Ivan Esperança Rocha que ajudariam a dar forma ao projeto inicial. Essas rápidas considerações fazem-se necessárias, pois, a despeito de se tratar de um trabalho científico, cuja temática é importante não apenas por seu conteúdo histórico, conforme já exposto, é inegável que esta pesquisa em grande parte foi iniciada e mesmo alimentada pelos anseios daquele que a escreve em compreender como e porque a imagem de Trajano foi – e ainda é – considerada tão positivamente.

Apresentando rapidamente as fontes da pesquisa, utilizou-se inicialmente da versão do Panegírico de Plínio, o Jovem presente no endereço eletrônico *The Latin Library*,⁵ comparando-o com a versão da *Loeb Classical Library*, que traz o texto latino acompanhado por uma tradução para a língua inglesa (por Betty Radice) provida de notas e comentários filológicos que muito auxiliam na compreensão do texto. Trata-se de um discurso laudatório pronunciado por Plínio, em Roma, por ocasião de sua eleição ao cargo de cônsul. Pronunciado perante o imperador e o Senado em 1 de setembro de 100, posteriormente o texto passou por revisões e foi publicado (BENNETT, 2005, p. 65). Dividido em 95 capítulos, o texto apresenta Trajano como um governante ideal, expondo suas virtudes, das quais teria dado prova muito antes de sua adoção por Nerva e que continuava a demonstrar através de seus atos após sua ascensão. Ao

⁴“*Military victories are normally events of brief duration, whereas effective political power is a continuum. That is, victories are achieved by a small minority of the population, at a place usually far from the political centre, and at a specific moment, while political power is intended to embrace the whole political community, to extend over the whole realm of the state, and to be lasting in time. Military success has than to be converted into power that is something more than an event limited in space and time. This conversion aims to involve the whole population in victory.*” (Tradução nossa).

⁵ Disponível em < <https://www.thelatinlibrary.com/pliny.panegyricus.html> > acesso em: 05/07/2022.

representá-lo como o *Optimus Princeps*, Plínio não apenas louva o imperador como também o adverte de suas responsabilidades, segundo os ideais senatoriais. Dentre tantas qualidades, o bom príncipe deveria ser um pai (*pater*) para seu povo e não um senhor (*dominus*), deixando de lado futilidades como a bajulação e atentando-se à condução dos negócios públicos (BENNETT, 2005, p. 22).

A Coluna de Trajano, por sua vez, encontra-se em Roma, no fórum construído pelo imperador após as guerras dácias. Finalizada em 113, é um monumento que narra, em baixo-relevo, as campanhas de Trajano contra os dácios de maneira pormenorizada, retratando não apenas cenas de combate, mas também a vida nos acampamentos, as marchas, sacrifícios, a construção de fortes e mesmo encontros diplomáticos. As cenas podem ser encontradas em páginas eletrônicas, dentre as quais destacamos a página *Trajan's Column in Rome*,⁶ que as apresenta seguindo o modelo correspondente à classificação estabelecida por Conrad Cichorius, entre 1896 e 1900, tendo as cenas sua numeração de acordo com a obra de Filippo Coarelli de 2000.

A escolha destas fontes se deu devido ao momento de sua produção, visto que o texto pliniano foi escrito durante os anos iniciais do governo de Trajano, a coluna erigida já transcorrido metade do período. Assim dispostas as fontes, buscamos observar alterações e manutenções de diferentes aspectos constitutivos da imagem imperial, a exemplo do que fizera Peter Burke em *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Burke (1992, p. 113) destaca que a representação imagética do Rei-Sol não emanava de um único centro, mas se tratava de uma produção conjunta de diversos atores sociais mesclada à uma criação coletiva herdada. Procurou-se, então, pensar a representação da imagem militar de Trajano dentro de uma rede discursiva que sumarizasse os aspectos mais destacáveis esperados e/ou exigidos do indivíduo que portasse a púrpura imperial.

Como abordado, o governo de Trajano se destacou por uma série de conquistas militares. Ao assumir o comando do império após a morte de seu pai adotivo, Trajano se encontrava como governador da Germânia. Em vez de

⁶ Disponível em < <http://www.trajans-column.org> > acesso em: 05/07/2022.

retornar à capital, ele dirigiu-se em direção às províncias danubianas onde dedicou-se a uma série de atividades diplomáticas, políticas e militares. Menos de dois anos depois ele retornaria à região para conduzir dois grandes conflitos em 101-102 e 105-106 que resultariam na conquista do reino dácio. Contemporaneamente, o reino nabateu foi convertido na nova província da Arábia sem grande resistência. Após esses eventos, o imperador empreendeu um gigantesco esforço na reforma e construção de portos, estradas e edifícios em diversas localidades do império bem como na fundação de colônias romanas não apenas nos novos territórios conquistados, mas em diversas regiões do império, de modo que

Quanto às cidades, na Itália e nas províncias, as inúmeras sobrevivências arqueológicas relativas a teatros e anfiteatros, termas e aquedutos, edifícios religiosos e bibliotecas, edifícios políticos e associativos, estruturas da vida agrícola, industrial e comercial mostram a substancial unificação de ao menos boa parte do império. (POLVERINI, 2002, p. 308).⁷

Por outro lado, como destacado por Rachel Kousser (2009, p. 225),

Assim como os beligerantes de 68 E.C., Trajano veio ao poder após um assassinato e uma ruptura civil; conforme procurava recolocar o império em uma posição segura e pacífica, ele tomou o primeiro *princeps* como modelo. Seus retratos e seu ambicioso complexo do Fórum atestam a importância dos precedentes augustanos para os artistas de Trajano; assim também a Victoria na Coluna.⁸

Através desse largo programa de construções é possível observar uma faceta de unificação e conciliação do governo de Trajano. As estruturas apresentem o resgate de temas republicanos em conjunto com temas imperiais, retratando tanto vencedores como vencidos, como César e Pompeu (GALINIER, 1998, p. 120).

⁷ “Quanto alle città, in Italia e nelle provincie, le innumerevoli sopravvivenze archeologiche relative a teatri e anfiteatri, terme e acquidotto, edifici religiosi e biblioteche, edifici politici e associativi, strutture della vita agricola, industriale e commerciale, mostrano la sostanziale unificazione che caratterizzava ormai gran parte almeno dell'impero.” (Tradução nossa).

⁸ “Like the contenders of A.D. 68, Trajan had come to power in the aftermath of assassination and civil disruption; as he sought to put the empire on a secure and peaceful footing, he took the first princeps as a model. His portraits, and his ambitious Forum complex, attest to the importance of Augustan precedents for Trajan's artists; so too did the Victoria on the column.” (Tradução nossa).



Fig. 1: Mapa do Império romano em 117 E.C. Fonte: disponível em <<https://www.worldhistory.org/uploads/images/266.png?v=1645205403>> acesso: 05/07/2022.

Em 113, a deposição do rei da Armênia pelo rei da Partia – violando os termos do tratado de Randeia estabelecido após o conflito romano-parto de 58-63 E.C. – levou ao início de uma nova guerra no oriente. Sem grandes dificuldades, os romanos avançaram por longas extensões, anexando a Armênia em 114, além de conquistarem a Mesopotâmia e a Assíria em 115 e 116 (Figura 1). Contudo, uma grande revolta das populações judaicas na Cirenaica, no Egito, no Chipre, estendeu-se também para as regiões recém conquistadas onde havia também uma grande população judaica (BRIZZI, 2003, p. 135). Essa revolta colocava uma séria ameaça as linhas de abastecimento das tropas em campanha e a difícil situação fez com que o imperador desse meia-volta e empreendesse uma violenta repressão. Segundo Theodor Mommsen (2005, p. 290), Trajano planejava retomar a ofensiva na primavera de 117, mas adoeceu e foi obrigado a abandonar o teatro de operações, morrendo em Selinus na Cilícia, em agosto de 117, durante sua viagem de retorno a Roma.

Trajano foi sucedido por seu primo Adriano que havia sido colocado no comando dos exércitos no oriente. Seu corpo foi cremado e suas cinzas depositadas na base da Coluna comemorativa da conquista dácia. Contrariamente ao costume de suplantar os títulos honoríficos (*cognomina ex virtute*) após a apoteose, o falecido imperador foi divinizado como *Divus Traianus Parthicus* e foi-lhe concedida a honra inédita de um triunfo póstumo, onde uma estátua ocupou seu lugar na carruagem triunfal (BEARD, 2009, p. 285). Este último período do governo de Trajano não será abordado nesta dissertação, mas é bastante interessante não apenas por sua campanha oriental ou suas honras inusuais. Talvez por influência das rápidas conquistas, um grande número de monumentos foi construído e a cunhagem desse período frequentemente traziam temáticas militares, sendo a figura do deus Marte a mais destacada dentre as aparições de divindades nas moedas (SCHOWALTER, 1993, p. 107).

Essa observação influenciaria na hipótese inicial assumida na pesquisa de que houve uma progressiva militarização da imagem imperial de Trajano que poderia ser verificada através da análise do Panegírico, da Coluna e destas moedas. Tendo deixado a análise das moedas de lado, em virtude dos rumos em que se desenvolveu esta pesquisa, focalizou-se na representação da imagem imperial de Trajano no texto do Panegírico e nas cenas da Coluna e buscou-se compreender a construção da imagem militar nestas fontes para identificar as continuidades e rupturas presentes para constatar se tal enfoque no aspecto militar da posição imperial aumentou com o passar dos anos do governo deste imperador.

Para tanto, no primeiro capítulo procurou-se apresentar os conceitos-base que serviriam de alicerce para as análises futuras. Nele, observam-se a constituição e o papel do exército durante o Principado romano, destacando como ele se transformou em uma ferramenta de ascensão social, sobretudo aos indivíduos das classes mais altas que passaram a percorrer uma carreira militar como parte integrante de sua carreira política (*cursus honorum*) e como essa carreira ajudava a expressar os ideais de romanidade tão importantes para a fundamentação do poder imperial romano.

No segundo capítulo dedicou-se maior espaço para tratar das questões teórico-metodológicas que fundamentam a pesquisa, atentando-se às formas de

interação dos conceitos que se desenvolvem no imaginário social. Após essas reflexões buscou-se dar maior ênfase ao contexto de produção das fontes selecionadas a fim de compreender importantes aspectos de sua produção que ajudariam a entender o conteúdo que os agentes produtores destas fontes pretendiam apresentar.

Por fim, o terceiro capítulo é onde se desenvolve a análise do conteúdo selecionado das fontes, à luz das discussões apresentadas nos dois capítulos iniciais, observando como as fontes constroem a imagem militar do imperador Trajano através do desenvolvimento de sua narrativa textual e iconográfica. É através das análises ali contidas que poder-se-á observar o quão alinhadas ou díspares as duas fontes se encontram no esforço de produção do discurso imperial romano durante o governo de Trajano.

Capítulo 1: Tu regere imperio populos

I – O exército romano no Principado

Muito já se escreveu sobre a relação entre o setor militar e poder imperial durante o Principado romano, havendo diversos trabalhos que abordam desde as origens militares da posição imperial até o descontentamento de determinados grupos sociais aos demasiados favores dados aos militares, passando por todas as tensões decorrentes dessas situações. Ainda que em muito pesasse a disposição dos exércitos no cenário político, em grande medida, não são dadas grandes atenções a esses corpos armados enquanto sujeitos políticos, restringindo-se, por vezes, a pensá-los como uma grande massa uníssona, cujas exigências deveriam a todo custo ser saciadas, ou ainda uma força sempre suscetível à demagogia de seus comandantes.

Em grande parte, essa abordagem mais “reducionista” acaba tomando lugar por tratar-se de um tema secundário ao escopo principal do trabalho ou ainda pela dificuldade de compreender as nuances que motivariam as atitudes de milhares de indivíduos que não possuíam visões homogêneas e cuja força se fazia sentir sobretudo através da unidade e das armas, de modo que boa parte dos autores antigos não dispendiam muitas linhas que permitam tais observações (CAMPBELL, 2006). Contudo, alguns estudos buscaram dar uma abordagem mais individual aos diversos componentes do setor militar, dentre os quais destacamos o texto “*O Soldado*” de Jean-Michel Carrié (1992), presente na obra “*O Homem Romano*” dirigida por Andrea Giardina, e “*The Roman Army 31 BC – AD 337: a sourcebook*” de Brian Campbell (2006).

Tendo em vista a estreita relação entre o setor militar e o imperador, o que se verifica de forma patente durante todo o governo de Trajano, convém demorar-nos um pouco sobre o exército romano e sua constituição de modo a tentar compreender, ainda que maneira superficial, como ele constituía uma “força política”, sendo considerado um dos pilares da sustentação imperial, mas também em que medida afetava o poder central em Roma e, conseqüentemente, era afetado por ele. Ainda que tenham se passado dois séculos entre as reformas de Caio Mário e a ascensão de Trajano ao poder, é lícito observar que,

em questão estrutural, as legiões do período tardo republicano permanecem quase inalteradas até meados do terceiro século da nossa era, quando necessidades estratégicas exigiram toda a reorganização das forças armadas romanas (BRIZZI, 2003). Portanto, é compreensível que se façam algumas regressões temporais, salientando-se sempre o contexto em que se inserem.

Formalmente, antes das reformas marianas, os soldados romanos eram o reflexo de sua posição social, sendo divididos em unidades de acordo com as classes sociais às quais pertenciam e armando-se da melhor forma que sua situação financeira permitisse. A grande massa de *capite censi*, ou *proletarii*, porém, por não ter a capacidade de armar-se, ficava isenta do serviço militar. Contudo, desde a segunda guerra púnica, o enorme contingente necessário para combater nos diversos territórios em que Roma intervinha, fazia com que cada vez mais os requisitos financeiros fossem abaixados quando não totalmente abolidos, de modo que o ato de Mário escancarar as portas do exército aos cidadãos sem posses tratou-se da formalização de uma prática há muito tempo em uso (BRIZZI, 2003, p. 92). Com a extensão da cidadania romana aos aliados itálicos após as guerras sociais, a capacidade militar romana aumentou consideravelmente. Campbell (2006, p. 9) estima que 420.000 soldados de origem itálica tenham sido recrutados, apenas entre 49 e 32 a.E.C., o que, segundo o autor, só foi possível devido à forte atividade de conscrição, prática impopular.

Ainda que o serviço militar se estendesse por longos períodos, chegando a 16 anos e além, as legiões desse momento ainda eram corpos recrutados e debandados de acordo com a necessidade (KEPPIE, 1996, p. 377). Cada chefe militar recrutava suas legiões. César iniciou as guerras da Gália com 4 e as finalizou com 12 legiões. Após a batalha de Áccio, somando-se as forças de Otaviano às do derrotado Antônio, Roma tinha ativas 60 legiões, das quais o primeiro imperador precisou assentar um gigantesco número de veteranos, não sem algumas dificuldades, reformulando-as e reduzindo seu número para 28, sendo elas dispostas nas fronteiras e províncias menos pacificadas de modo permanente (CORNELL; MATTHEWS, 1996, p. 80).

A grande mudança é que agora todas as legiões estavam sobre o comando de um único *imperator*, na figura de Otaviano Augusto, através do *imperium*

maius. Este extraordinário poder remonta pelo menos ao tempo de Pompeu, tendo o Senado lhe entregado todo o comando da parte oriental do império no combate contra os piratas e Mitrídates do Ponto. Através do *imperium maius*, o líder romano poderia recrutar novas legiões, convocar ao seu auxílio governadores de províncias sob sua autoridade, travar batalhas, estipular e romper acordos, distribuir prêmios e mesmo instaurar reis-clientes (CORNELL; MATTHEWS, 1996, p. 68). Segundo John Rich (2012), para manter as aparências republicanas de seu novo regime, o primeiro imperador se utilizou de uma série de mandatos extraordinários para “restituir” e “conservar” a *Res Publica* e levar a cabo os longos empreendimentos militares que se seguiram. Inicialmente renovado a cada dez anos, este poder tornou-se permanente, assim como o título de *imperator*, sendo que todos os demais comandantes militares eram investidos como *legatus Augusti*, de modo que os exércitos prestavam juramento apenas ao imperador.

Com o Principado, uma verdadeira carreira militar passou a ser percorrida, não apenas pelos soldados, como também por os membros da ordem senatorial e da ordem equestre, processo que se consolidaria ao longo do primeiro século E.C. (BENNETT, 2005), o que observaremos melhor adiante. Ao longo de seu governo, Augusto organizou de maneira sistemática todas as forças armadas romanas e as acompanhou de perto em algumas campanhas. Fora pequenas alterações e maior uniformização da panóplia do legionário, a legião adentrou na fase imperial quase inalterada, mantendo a mesma organização interna e a mesma função tática (BRIZZI, 2003). Ela continuou sendo constituída exclusivamente por cidadãos romanos – ainda que essa cidadania pudesse ser bastante recente –, cujo recrutamento se dava sobretudo de forma voluntária, ainda que legalmente a conscrição (*dilectus*) jamais tenha sido abolida e mesmo posta em prática em momentos de crise, como durante a grande revolta ilíria entre 6 e 9 E.C. e as guerras civis de 68-69 E.C. Ademais, foi estabelecido o *aerarium militare*, e posteriormente a *annona militaris*, cujos propósitos eram de prover o salário (*stipendium*) dos soldados e abastecer-los com produtos de primeira necessidade, respectivamente (KEPPIE, 1996, p. 378).

O grande número de não-cidadãos (*peregrini*) arregimentados periodicamente para determinados conflitos foi reagrupado em unidades ao

modo das coortes legionárias (podendo ser formadas por unidades de 500 ou 1000 homens) e postas sob o comando de um *praefectus* proveniente da ordem equestre. Uma vez que as legiões eram empregadas sobretudo como infantaria pesada, posicionando-se no centro do campo de batalha e sustentando grande parte do ataque frontal inimigo, estas forças, em geral, exerciam funções mais especializadas, sendo empregadas em flanqueamentos e cercos, escaramuças, choques de cavalaria e tantas outras funções, ainda que houvesse também entre elas unidades de infantaria pesada (BRIZZI, 2003; KEPPIE, 1996). Por conta disso, essas unidades auxiliares (como os próprios romanos as chamavam, *auxilia*), eram em sua maioria recrutadas dentre populações que já possuíam grande perícia na função em que seriam empregadas e assim, verifica-se um grande número de arqueiros provenientes da Síria, fundeiros das ilhas baleares, cavalaria da Gália e Germânia, cavalaria ligeira da Numídia e Mauritânia, dentre tantas outras. O número de auxiliares cresceu exponencialmente, sendo que já durante o governo de Trajano, eles representavam metade – ou mais - das forças armadas romanas (HASSALL, 2000, p.320).

Para combater a pirataria, tão prejudicial durante o último século da República, foram estabelecidas frotas permanentes em portos importantes da Itália e das províncias, como em Ravena e Alexandria, bem como pequenas frotas fluviais ao longo do Reno e Danúbio. Essas forças eram constituídas sobretudo por *peregrini* e não gozavam do prestígio nem do mesmo salário das unidades terrestres e declinaram consideravelmente em número à medida em que cada vez mais o Mediterrâneo se transformava no *mare nostrum* (KEPPIE, 1996, p. 391).

Foram também instituídas as *Cohortes Praetoriae*, a famosa guarda pretoriana, cujo nome remonta aos legionários selecionados para proteger os pretores na qualidade de líder de legião. Formada inicialmente por veteranos das guerras civis, somavam 9.000 homens espalhados pelas redondezas de Roma, e serviam como guardas da família imperial, mas também a diversos outros propósitos como ações de ordem policial. Destacamentos pretorianos acompanhavam o imperador em campanha e, por vezes, entravam em combate. Eram as unidades com maior prestígio dentro das armas romanas, com um tempo de serviço mais baixo e um pagamento maior (KEPPIE, 1996, p. 384 et

seq.). O contato direto com a casa imperial, no entanto, culminava no envolvimento de parte de seus membros em complôs e assassinatos mesmo do próprio imperador. Por conta disso, alguns imperadores, como Trajano e Severo, substituíam grande número por seus próprios veteranos. Havia ainda as *Cohortes Urbanae* em Roma, e, posteriormente, em grandes cidades como Cartago, Lyon e Alexandria, cuja função era principalmente prevenir crimes e combater incêndios, mas se diferenciavam dos *vigiles*, que atuavam sobretudo à noite, por portarem armamento semelhante ao dos legionários (BERARD, 1991, p. 40).

O pagamento dos soldados não foi alterado com a instauração do Principado, permanecendo 225 denários para os legionários comuns e com aumentos para aqueles com graduações, os centuriões, tribunos, prefeitos (KEPPIE, 1996, p. 372). Os auxiliares ganhavam menos e os *classarii* (que serviam nas frotas), um valor menor ainda. É interessante o fato de que apenas haveria alterações desses valores durante o governo de Domiciano, que aumentou o soldo básico dos soldados em um terço. Novo aumento seria verificado apenas sob Septímio Severo, mais de um século depois (HASSALL, 2000, p. 330). É importante destacar duas questões: (1) os soldados não recebiam esse valor integral, visto que gastos com alimentação e outras demandas eram subtraídos de seu soldo e (2) o *stipendium* não era a única fonte de renda deles. Ao longo da carreira, o soldado poderia receber quantias variadas pelas mais diversas razões: uma gratificação por uma ação bem executada, *donativa* por ocasião da ascensão de um novo imperador ou por comemorações especiais, uma parte do butim de uma guerra e mesmo o retorno de investimentos pessoais (CARRIÉ, 1992, p. 105 et seq.).

Quanto ao tempo de serviço, ele inicialmente duraria 16 anos, mas à morte de Augusto esse período havia se convertido em 20 anos, o que inicialmente causou descontentamento entre os soldados, mas tornou-se o tempo de serviço regular. Transcorrido esse período, o militar receberia um diploma que assegurava uma dispensa honrosa (*honesta missio*), garantindo-lhe uma “aposentadoria”, talvez melhor classificada como uma indenização, paga geralmente em terra ou dinheiro. Essa dispensa também garantia ao veterano a imunização de determinadas taxas e, no caso dos auxiliares, garantia o acesso

à cidadania romana e o direito de matrimônio legítimo (*conubium*) (HASSALL, 2000, p. 337).

Em virtude do estabelecimento quase permanente das legiões em localidades específicas, os acampamentos tornavam-se fortalezas construídas em pedra ao redor das quais cresciam grandes assentamentos – inicialmente habitados por comerciantes que visavam a venda de variados bens de consumo aos soldados –, que acabariam se transformando em verdadeiras cidades. Um número bastante considerável de veteranos fixava residências nesses locais, onde, muitas vezes, já tinham estabelecido sua família. De fato, até o governo de Severo, era vetado ao soldado contrair matrimônio e constituir família durante a carreira militar, uma vez que este deveria estar de prontidão para qualquer operação em qualquer parte do império e além. Contudo, a medida em que as campanhas foram ocorrendo cada vez mais de forma local e as grandes unidades permaneciam por longos períodos estacionadas em determinadas regiões, esse processo foi se tornando mais comum (CARRIÉ, 1992; HASSALL, 2000).

Ainda que não fossem consideradas legítimas, não parece que havia grande oposição a essas uniões, que acabavam por ser reconhecidas ao término do serviço militar. E, já durante o governo de Adriano, um número cada vez maior de filhos de veteranos assentados (*ex castris*: literalmente “saídos do acampamento”) começa a compor as fileiras dos exércitos romanos. Ainda é possível observar como muitos soldados optavam por desposar filhas e irmãs de seus camaradas de armas, selando ainda mais os vínculos de unidade (CARRIÉ, 1992; HASSALL, 2000). Esses vínculos entre os soldados, que por vezes tomam o nome de “espírito de corpo”, se davam pelas mais variadas razões. A origem e identidade dos membros de uma unidade são causas bastante importantes. Recrutados em determinada região, os soldados partilham pontos em comum. Quando provêm de uma população específica, partilham a mesma língua (embora oficialmente sempre se comuniquem em latim) e veem orgulhosamente o nome de sua etnia em sua unidade como *Ala I Pannoniorum* ou *Cohors XX Palmyrenorum*. Ademais, muitos ainda mantêm “duplas identidades”, uma romana e uma local. Dana e Matei-Popescu (2006) demonstram através do estudo de diplomas militares, como um grande número de dácios, apesar de

identificados com os *tria nomina* romanos, deram a seus filhos nomes de origem dácios e trácios.

Por outro lado, a convivência e as fadigas da vida militar aproximavam os soldados que, durante longos anos marchavam, treinavam, comiam, construíam, batalhavam e mesmo dormiam sob a mesma tenda, de onde o nome da menor unidade militar romana, o *contubernium* (“sob a mesma tenda”), composta por 8 homens sob o comando de um decano (HASSALL, 2000, p. 324). A camaradagem e o sentimento de pertencimento não significam a inexistência de atritos e tensões. Autores antigos relatam em algumas passagens o confronto aberto entre legionários e auxiliares ou a vingança de soldados contra o abuso por parte de centuriões. Durante a grande revolta ilíria, a campanha de Armínio e as guerras civis de 69, unidades inteiras de auxiliares juntaram-se aos revoltosos causando grandes danos. Este fator levou a uma reorganização das unidades romanas a partir dos Flávios, em que as tropas auxiliares passaram a ser empregadas em teatros longínquos de sua terra natal, de modo que uma força estrangeira estaria muito menos suscetível a juntar-se a rebeliões locais (KEPPIE, 1996, p. 396). Este comportamento, porém, não pode ser generalizado como pode ser observado na disciplina e lealdade demonstradas por unidades compostas por germanos nas campanhas de Germânico ou de unidades dácias nas guerras de Trajano.

É também necessário ater-se sobre a origem dos soldados. Alguns autores trabalharam com a ideia de que com a instituição dos exércitos permanentes passou a reinar um desinteresse pela vida militar, inicialmente pelos romanos de origem itálica, passando àqueles de origem provincial, o que levaria à gradativa “barbarização” do exército, constituindo assim um dos fatores que levariam posteriormente ao declínio de Roma. Além de tratar-se de abordagens demasiado simplistas que não levam em consideração as grandes mudanças que foram transformando o mundo antigo, elas desconsideram questões de ordem prática.

A península Itálica continuou fornecendo efetivos às forças nela estabelecidas e legiões inteiras foram recrutadas em seu solo ao longo do Principado. Contudo, em situações normais, não havia necessidade de criar novas legiões – basta pensar que o número total de legiões no início do governo

de Augusto era 28 e esse número só aumentou para 30 sob Trajano e, visto que grandes derrotas não eram comuns, o número de indivíduos necessários para reposição dos quadros militares era relativamente baixo e estes poderiam facilmente ser recrutados entre os cidadãos das províncias e mesmo *peregrini* “latinizados” (HASSAL, 2000). Ademais, todas as classes forneciam homens aos exércitos que ocupariam os postos de acordo com sua posição social. De fato, Norma Mendes (2016, p. 33) destaca:

É importante frisar que o exército (legiões e tropas auxiliares) era composto pela população do império inteiro, integrando todos os cidadãos da Itália e das províncias e não-cidadãos. A submissão do exército significava, desta forma, a submissão de todos os habitantes do Império ao imperador.

Partindo desta observação, convém pensar a relação que estes soldados teriam com o poder central e o imperador em particular. A distância física entre os acampamentos e a *Urbs* podem levar a crer em uma relação indireta ou mesmo indiferente. No entanto, segundo Campbell (2006, p. 68),

Além disso, cada imperador estava pessoalmente associado a suas tropas – como financiador, camarada e benfeitor – e procurava demonstrar que ele era um companheiro de batalha digno e corajoso, merecedor de sua completa lealdade. Não surpreende, então, o fato de que os imperadores cada vez mais assimilassem seu papel como líderes militares e, em fins do primeiro século E.C., assumissem o comando pessoal de todas as principais campanhas militares.⁹

O principado foi fundado após longos conflitos civis durante os quais os chefes militares criavam uma espécie de clientela entre suas legiões. Herdeiro de César, Augusto acompanhou pessoalmente algumas campanhas e Tibério, seu sucessor, foi um de seus mais importantes comandantes. Calígula era filho de Germânico e neto de Druso – sobrinho e irmão de Tibério respectivamente, estando entre seus mais importantes generais – e Cláudio era filho deste e irmão daquele. Essa relação de patronato dos membros da *domus* Júlio-Cláudia com os exércitos fora suficiente para que seus três últimos membros tenham sido elevados ao cargo mesmo sem qualquer experiência militar. Essa relação

⁹ “Moreover, every emperor was personally associated with his troops – as a paymaster, comrade, benefactor – and sought to demonstrate that he was worthy and courageous fellow-soldier, deserving of their complete loyalty. Not surprisingly therefore emperors increasingly assimilated to their role as military leaders and by the end of the first century AD were taking personal command of all major campaigns.” (Tradução nossa)

também se dava no âmbito do culto imperial e a imagem do imperador se fazia onipresente em estátuas e nos estandartes das unidades.

Essa lealdade, porém, não era cega. Podem ser verificados descontentamentos e o fim da dinastia se dá justamente quando as legiões decidem proclamar seus próprios imperadores. A partir de então, atenção cada vez maior será dada aos exércitos, ainda que de maneira variável. Vespasiano estabeleceu uma boa relação com os comandos militares enquanto Tito era mais popular entre a soldadesca (MARQUES, 2007, p. 117). Richmond (1935, p. 24), discute, através de sua análise da Coluna de Trajano, como Trajano buscou representar-se como um imperador empenhado com seus soldados. Os relevos da Coluna apresentam um Trajano que lidera tropas, observa a construção de fortes e premia seus soldados. Observa-se, então, que haviam expectativas da parte dos exércitos a respeito da figura do imperador e elas precisavam ser atendidas como as de outros setores da sociedade romana.

Em geral, podemos pensar a carreira militar no principado romano como uma forma de ascensão social. Além de garantir um salário e uma indenização após o término do serviço, ela daria acesso à cidadania para os não-cidadãos e poderia levar à ascensão à ordem equestre os soldados que seguissem uma longa carreira como centuriões (CARRIÉ, 1992). A mesma dinâmica de ascensão social pode ser aplicada aos membros das classes mais altas que deveriam iniciar suas carreiras nas fileiras das legiões. Sobre estes, em particular, se ocupam as páginas a seguir.

II – *Cursus Honorum* e a carreira militar no Principado

Tendo observado, inicialmente, alguns aspectos da composição interna dos quadros que formavam as fileiras romanas durante o Principado, convém ater-se um momento sobre a ocupação dos cargos militares em si, em especial aqueles destinados às duas classes sociais cuja influência se sentia de maneira mais direta no cenário político romano: as ordens equestre e senatorial. Dois importantes fatores se imiscuem na compreensão deste tema, a saber, a profissionalização das forças armadas e ascensão das elites provinciais no cenário político.

A mesma abordagem que se aplicou ao tentar compreender as motivações dos soldados em geral pode ser transportada para cá. É possível, desta forma, compreender o *cursus* militar como um meio – e neste caso mesmo uma exigência – para a ascensão social dos indivíduos que a ele se dediquem.

De fato, mesmo com o estabelecimento das legiões e demais unidades militares como forças permanentes sob Augusto e, por conta disto, a constante demanda por um número de oficiais de alto escalão com capacidade para gerenciá-las, nunca existiu durante o Principado (assim como fora no período republicano) uma carreira militar propriamente dita para o comando dos exércitos, sendo que os altos postos militares eram encarados como parte da carreira política do cidadão das classes altas. Portanto, é lícito compreender não apenas a estrutura bem como as oportunidades que tal carreira projetaria e como esse processo era percebido dentro de uma ótica romana, ou ao menos das elites romanas.

Moses Finley (2000, p. 58) destacou a importância dada à experiência militar ao notar que Políbio, autor de origem grega, escrevera que ninguém em Roma poderia ocupar um cargo político sem antes ter servido por dez anos em campanhas militares. O próprio autor comenta as controvérsias que esta afirmação apresenta na historiografia, aconselhando, porém, que não se deva desconsiderar a importância desta observação. Bennett (2005, p. 25), por sua vez, escreveu que desde o governo de Tibério, não era comum mesmo a experientes generais exercer um cargo militar por tanto tempo, ainda que essa possibilidade não possa ser excluída.

Creemos ser oportuno iniciar pela ordem equestre, uma vez que um bom número dentre os seus terminará por seguir uma plena carreira senatorial. Augusto estabeleceu as bases para um verdadeiro *cursus* a ser seguido pelos equestres à semelhança do *cursus honorum* a ser seguido pelos membros da ordem senatorial. Segundo Bennett (2005, p. 5), em meados do primeiro século E.C., essa carreira se tinha desenvolvido de forma plena e complexa iniciando-se através do comando da prefeitura das *tres militiae*: o aspirante à “carreira equestre” deveria ocupar primeiramente a prefeitura de uma coorte auxiliar, sendo promovido ao cargo de *tribunus angusticlavus* (5 por legião) e em seguida a prefeito de uma ala de cavalaria.

Cada cargo seria ocupado entre dois e quatro anos de modo que, finalizado este período, o indivíduo se encontraria em seus trinta e poucos anos e a maioria retornava a sua região de origem buscando distinguir-se no cenário local enquanto outros buscariam seguir a carreira em alguma das tantas funções administrativas que por altura do governo dos imperadores Flávios haviam se tornado exclusivas aos equestres. Daí, um novo avanço poderia ocorrer para a prefeitura de alguma frota como a de Ravena ou Alexandria e culminar a administração de alguma região sob o comando senatorial – como a Judeia ou a Mauritânia – na qualidade de procurador. Apenas indivíduos muito favorecidos pelo imperador poderiam prosseguir além na “carreira equestre”, ocupando as prestigiosas prefeituras dos *vigiles*, depois a do Egito e por fim da guarda pretoriana.

Os membros da ordem senatorial, por sua vez, iniciariam sua carreira política ocupando alguma das funções administrativas dos *vigintiviri* (dos quais 3 supervisionavam a cunhagem de moedas, 4 responsáveis pela manutenção das vias, 10 pela corte dos centúviro e 3 responsáveis por casos suscetíveis de pena capital). Havia um intervalo de 5 anos até que se pudesse ascender à questura, a primeira posição a constituir o *cursus honorum* e que garantia o ingresso no Senado Romano. Neste meio tempo, o jovem político deveria engajar-se em alguma legião na qualidade de *tribunus laticlavus*. Embora oficialmente sendo o segundo em comando, o tribuno, em geral, desempenhava sobretudo atividades de ordem administrativa e contava com o auxílio dos tribunos *angusticlavii*, com maior experiência, e dos centuriões mais destacados da legião. Para alguns tratava-se de uma rápida experiência no meio militar que não superaria os 6 meses, enquanto para outros, em geral de origem não patrícia, esse período se estendia por 2 ou 3 anos. Após ocupar o cargo de questor, era necessário um segundo período de 5 anos até que se pudesse lançar candidatura para o cargo de pretor. Nesse meio tempo, poderia ser exercida a função de edil e de tribuno da plebe, sendo necessário um intervalo bienal entre os cargos. Embora não fossem obrigatórias, essas duas funções contribuíam para aumentar o prestígio de indivíduos que não estivessem inseridos no círculo mais próximo ao poder e eram vetadas aos homens de origem patrícia (BENNETT, 2005, p. 8).

Exercida a pretura, abria-se um leque de oportunidades, sendo possível ocupar alguma prefeitura na Itália ou governar alguma província senatorial na qualidade de *proconsul*. O senador poderia também ser designado ao comando de alguma legião (*legatus legionis*), exercendo também a função de governador caso a província contasse com apenas uma legião, ou, em caso de maior proximidade ao imperador, ser designado para governar alguma província com mais de uma legião (*legatus Augusti pro praetore*), cada uma contando com seu *legatus legionis*. Este cargo era ocupado entre um e três anos – ou mais em caso de necessidade – e um último intervalo era necessário para que um senador pudesse alcançar o consulado. Este intervalo variava de acordo com a posição social do aspirante, sendo fixada uma idade mínima de 31 anos para senadores de origem patrícia e 42 anos para os demais. Em geral, os primeiros seriam investidos como *consules ordinarii* e os últimos como *suffecti*.¹⁰ Após o consulado, o senador poderia se dedicar a outras atividades administrativas e mesmo tornar a governar alguma província. Enfim, em situações normais, o senador poderia coroar sua carreira aproximadamente 10 anos após o consulado como *proconsul* das prestigiosas províncias da África (única província senatorial a conter uma legião) ou da Ásia por um ano (BENNETT, 2005, p. 9).

Tomamos, a título de exemplo, Plínio, o Jovem, personagem importante deste estudo e que, ainda que diretamente ligado ao poder imperial, pode-se dizer que seguiu uma carreira senatorial convencional. Proveniente da ordem equestre, ele era um *homo novus* e iniciou sua carreira política na Corte dos Centúviro, na função de *decemvir stlitibus iudicandis* e seguiu para o tribunato militar na Síria, desempenhando atividades administrativas e financeiras. Graças a suas conexões, ele é apontado à questura por volta do ano 86 E.C., com aproximadamente 25 anos. Devido a sua origem não patrícia ele teria sido tribuno da plebe ou edil por volta de 86 e se tornado pretor em 91, aos 30 anos. Entre 94 e 96, ele foi posto à frente da *praefectura aerari militaris* e entre 98 e 100, foi prefeito do *aerarium Saturni*. Em setembro de 100 E.C., nosso personagem assumiu o consulado *suffectus* e, posteriormente, se tornou *augur*,

¹⁰ Os *consules ordinarii* eram aqueles eleitos para o ano vindouro, que levariam seus nomes, enquanto os *consules suffecti* eram aqueles que os substituiriam em caso de necessidade ou renúncia. No entanto, a renúncia dos cônsules para que outros ocupassem tal posição tornou-se uma prática política bem estabelecida no início do Principado.

importante cargo religioso. Entre 104 e 105 (ou 106-7), Plínio foi posto como *curator alvei Tiberis et riparum et cloacarum urbis* e finalizou sua carreira como governador da província do Ponto-Bitínia entre 111 e 113 (provável data de sua morte) como *legatus Augusti*, ainda que não houvesse legiões nesta província (OLIVEIRA, 1996, p. 25-26). Convém notar que Plínio dedicou-se a uma extensa atividade judiciária e literária, como pode ser constatado em sua correspondência, o que pode ser dito de um grande número de indivíduos.

É necessário ainda adicionar algumas questões. Era possível a um equestre ingressar no senado por duas vias: a *adlectio* e a eleição direta. A primeira era concedida como recompensa por algum serviço especial caso o candidato pudesse satisfazer as condições financeiras previstas pelo censo (1 milhão de sestércios). A segunda via, no entanto, era a mais comum e caracterizava-se pela eleição do candidato ao posto de *vigintivir* para poder seguir o *cursus honorum*. Isto os colocava em concorrência direta com os filhos dos senadores e, portanto, suas conexões com os polos gravitacionais de poder tinham papel fundamental em sua escalada.

Por outro lado, um indivíduo notável e bem posicionado poderia esperar uma carreira mais ou menos estável, ainda que não estivesse alinhado à figura do imperador. Nesse aspecto, Thomas Strunck (2015) destacou Helvídio Prisco que, filho de um centurião que chegou à ordem equestre, a despeito de sua dura oposição a imperadores, continuou ascendendo na carreira senatorial, ainda que fosse exilado e executado posteriormente sob Vespasiano. Contudo, em virtude do limitado número de magistraturas, o apoio do imperador e outros indivíduos influentes poderia tornar o acesso aos degraus do *cursus* mais acessível ou mais difícil e, tendo em vista que alguns homens de destaque ocupavam cargos seguidamente, é compreensível que um número considerável de senadores não completasse todos os passos do *cursus*.

Ao tratar sobre o triunfo romano, Mary Beard (2009, p. 196 et seq.) faz uma extensa abordagem sobre a requisição de Cícero para celebrar um triunfo sobre os partos alcançado durante seu comando na província da Cílicia. O importante para nós é a observação que a autora faz sobre a visão da aristocracia romana a respeito do triunfo. Tentar alcançá-lo mesmo quando não se mereça poderia parecer ridículo, mas não ambicioná-lo de todo representava também uma

espécie desprezo pelos ideais próprios da aristocracia romana. Da mesma forma, ainda que não obtivesse muito sucesso na carreira política, não é de se imaginar que não se buscasse atingi-lo. O consulado em si era o ponto alto da carreira senatorial e alguns poucos poderiam vangloriar-se de poder exercê-lo duas ou três vezes. Plínio adverte Trajano que se este recusar o terceiro consulado pode não somente ser encarado como humildade da parte do imperador, mas pode também ser interpretado como desprezo por essa posição.¹¹

De fato, é necessário encarar o *cursus honorum* como uma demarcação de posição. Strunck (2015) trabalha com a ideia de que, além da notoriedade, os diversos postos ocupados acrescentam a *auctoritas* do indivíduo e, portanto, quanto mais ele avança maior é a sua influência no cenário político o que possibilitava que homens, cuja *auctoritas* fosse grande o suficiente, pudessem representar sério risco à posição do imperador, como veremos mais adiante. Dentro desse cenário, é possível destacar como diversas famílias de origem provincial passaram a fornecer membros para o Senado e passaram a ocupar a posição das tradicionais famílias urbanas dos tempos republicanos, das quais muitas cessam de fornecer cônsules já em princípios do período flaviano. Este processo se acentuaria cada vez mais e sob Trajano, ele próprio um provincial, 45% dos senadores eram de origem provincial, provenientes sobretudo das Gálias e Hispânicas (BRIZZI, 2012).

Grande parte desses *novi homines* que adentraram no Senado após meados do primeiro século ganharam destaque justamente por suas ações no cenário militar. Segundo Michel Christol (1989, p.15-16), os patrícios se beneficiavam de seu *status* para ascender mais rapidamente na carreira política, em grande parte chegando ao consulado na idade mínima permitida. Contudo, ainda que seguissem uma carreira mais longa, os senadores de origem plebeia eram mais suscetíveis a ocupar cargos com poderes maiores justamente por representarem um risco menor ao poder imperial, o que não impedirá, porém, que homens como Vespasiano e Trajano aspirem ao trono imperial. Isso se daria

¹¹ Plínio. *Panegírico*. 59. “*Nam saepius recusare, ambiguum ac potius illam interpretationem habet, tanquam minorem putes. Tu quidem ut maximum recusasti; sed hoc persuadere nemini poteris, nisi aliquando et non recusaris*”.

porque é justamente desse meio que surgem os *capaces imperii*, homens cuja competência pessoal somada à habilidade de gerir os conflitantes interesses garantiriam a concórdia entre as forças que constituíam o império.

Em *Imperium and Capaces imperii in Tacitus*, Herbert Benario (1972) trabalha com a ideia de que o historiador latino não via na instauração do Principado a causa do declínio de Roma, antes via essa decadência na incapacidade dos imperadores em gerir o império. Ao longo do texto, o autor destaca como Tácito critica Gaio, Cláudio, Nero e Domiciano, que jamais teriam sido imperadores sem suas conexões familiares, uma vez que o *imperium* era uma responsabilidade tamanha que mesmo um *capax* como Tibério sucumbiu. Na obra taciteana são, assim, apontados diversos personagens que poderiam ser classificados como *capaces*, sendo em geral usados como contraponto ao imperador reinante. Dentre eles figura Corbulão, vencedor de partos e armênios, cujas virtudes o colocavam como um candidato muito mais apto que Nero. Constam também entre os *capaces imperii*, Suetônio Paulino, que derrotou a revolta de Boudica, Muciano e Cerealis, ambos apoiadores de Vespasiano que se destacaram nas guerras civis e na revolta batava respectivamente. Ainda segundo Tácito, estes homens teriam seus defeitos e homens muito mais aptos se demonstraram Vergílio Rufo e Agrícola, sogro do historiador, cujos sucessos militares teriam sido obscurecidos por imperadores movidos pela inveja (BENARIO, 1972, p. 22-25).

Destarte, observa-se que boa parte dos *capaces imperii* provêm dos *virii militares* que permaneceram longos períodos junto aos exércitos. Se verá posteriormente como o apoio puro e simples dos exércitos não garantia a manutenção do poder e, de fato, a maioria dos imperadores do primeiro século não teve nenhuma experiência militar antes e mesmo depois de sua ascensão. Em momentos de transição, porém, esse apoio era vital e, como já discutido, os soldados tendenciavam a apoiar líderes que considerassem mais aptos segundo sua própria perspectiva, nem sempre seguindo as ordens de seus comandantes diretos. Por outro lado, as vitórias militares portavam grande prestígio entre as populações da *Urbs* e das províncias e esses homens, por vezes, constituíam as escolhas mais óbvias para muitos aristocratas que buscavam seu apoio ou os apoiavam na luta pelo poder. Desta forma, é compreensível que Nero exigisse

o suicídio de Corbulão após a conspiração pisoniana e Adriano mandasse executar 4 dos maiores generais de Trajano durante sua delicada sucessão.

É por isto que a *auctoritas* deveria ser cultivada não apenas no plano político, mas também no militar. Ademais, assim como a *auctoritas* pode ser acrescida ela poderia também ser diminuída e não necessariamente na mesma proporção frente aos diferentes grupos que compunham a sociedade romana. Nesse sentido, buscamos compreender como a *auctoritas* se constitui no cenário político e como ela se fazia sentir na *persona* do imperador, levando indivíduos como Plínio e Suetônio a crer que Trajano fosse uma escolha ideal ao passo que Domiciano fosse considerado despreparado para o cargo imperial (ROSSI; BONDIOLI, 2018).

O primeiro ponto a considerar é que Vespasiano e Tito seguiram uma carreira senatorial quase à risca. Por ser oriundo da ordem equestre Vespasiano teve uma carreira mais longa e teve experiência militar na Trácia, Germânia e Britânia antes de receber o comando geral na guerra judaica. A carreira de Tito foi favorecida pela posição do pai e ele teve alguma experiência na Britânia e comandou a guerra na Judéia. Quando Vespasiano se tornou imperador, ele e Tito ocuparam o consulado enquanto Domiciano, com apenas 18 anos, foi nomeado pretor, sem ter ocupado qualquer função anteriormente. Domiciano se casou com Domitia Longina, filha do famoso Corbulão, o que aumentou sua *auctoritas* pela conciliação das *partes flavianae* com grupos senatoriais perseguidos durante o governo de Nero (MORELLI, 2009). Domiciano ocuparia vários sacerdócios e seis consulados, dos quais teria ganhado alguma experiência e *auctoritas*, ainda que o poder real estivesse nas mãos de Tito que dividia o posto imperial com o pai. Daí, ele se tornaria imperador com a morte do irmão.

Trajano, por sua vez, seguiu o modelo de *cursus* senatorial. Não são bem claros todos os passos, mas apoiamo-nos sobretudo nas reconstruções de Bennett (2005). Trajano Pai teria seguido a carreira mais longa destinada aos senadores de origem plebeia, mas recebeu o status de patrício durante o reinado de Vespasiano por seu apoio nas guerras judaica e civil. O jovem Trajano então teria iniciado sua carreira como *vigintivir* por volta de 73 E.C. entre 18 e 20 anos. Entre 76 e 77, serviu como *tribunus laticlavus* sob as ordens do pai enquanto

este era governador da Síria e é possível que tenha visto alguma ação contra os partos nesse momento, provavelmente o momento em que seu pai recebeu os *ornamenta triumphalia* de Vespasiano. Após esse período, Trajano desposou Pompeia Plotina que, segundo Bennett (2005, p. 25), provavelmente vinha de uma família da Gália Narbonense. O autor sugere que *Ulpia* e *Pompeia* já tivessem conexões familiares anteriores visto que as razões deste casamento não são claras e pouco pode ter acrescentado à *auctoritas* de Trajano se comparado com o casamento de Domiciano. Trajano teria ocupado a questura em 81 e, visto que seu *status* patrício lhe vetava a edilidade e o tribunato da plebe, talvez tenha se envolvido de alguma forma nas campanhas de Domiciano contra os *Chatti*, ainda que seja apenas uma especulação. Ele ocupou a pretura em 86, e encontrava-se como *legatus legionis* na Hispânia Tarraconense em 89, durante a revolta de Saturnino, e é possível que tenha levado a cabo campanhas contra os germanos revoltosos. Trajano chegou ao consulado em 91. A partir daí, as informações não são muito claras, mas Bennett (2005) sugere alguma atividade nas campanhas de Domiciano contra os Suevos e durante a ascensão de Nerva, Trajano se encontrava como governador da Germânia superior.

Nas palavras de Albino Garzetti (2014, p.311), “sua ascensão um tanto inesperada ao principado coroou uma carreira senatorial normal, uma particularmente devotada, por gostos pessoais, a tarefas militares”.¹² Assim, é possível compreender como no momento de ascensão ao trono imperial estes dois imperadores ocupam posições totalmente opostas aos olhos de importante parte da classe senatorial, visto que um se constituía como um *capax imperii*, cuja *auctoritas* foi se construindo ao longo de uma extensa carreira e da ocupação de importantes posições militares enquanto outro devia sua posição exclusivamente a suas conexões familiares, uma vez que sua carreira foi precipitada e sem funções que lhe garantissem um poder real. Contudo, isso não impediu que Domiciano, assim como outros antes dele, se tornasse imperador e governasse por 15 anos. Desta forma, convém compreender as relações entre imperador e plano militar dentro de uma concepção de principado e como isso refletia as aspirações dos grupos que davam sustentação ao regime imperial.

¹² “His somewhat unexpected elevation to the principate had crowned a normal senatorial career, one particularly devoted, from personal taste, to military tasks.” (tradução nossa).

III – *Imperator* e a Romanidade

Como líder da única facção poderosa o suficiente para manter o controle do império após um século de conflitos civis, Augusto dedicou todo o seu governo à instauração e consolidação do Principado – tendo esse último escopo se realizado apenas durante o governo de seus sucessores imediatos –, através de uma série de reformas políticas e sociais, mas também de uma intensa atividade cultural visando legitimar o novo regime político bem como aqueles que o regeriam (MENDES, 2016, p. 23-26).

Já em 38 a.E.C., o futuro Augusto, tendo já procedido a divinização do pai adotivo como *divus Iulius*, tomaria como *praenomen* o título de *imperator*, até então concedido temporariamente a generais que alcançavam grandes vitórias, do momento de sua aclamação pelos soldados até seu triunfo em Roma. Este fato em si evidenciava a natureza militar de seu poder bem antes de sua investidura como governante do mundo romano, algo bem patente quando da atribuição dos títulos de *Augustus* e *princeps senatus*, além de uma série de poderes extraordinários por volta de 27 a.E.C. (AMES, 1999). É importante salientar que, em grande medida, as estruturas do mundo romano não sofreram grandes abalos com o advento do Principado. Como nos explica Frighetto (2004, p. 40),

Ao fim e ao cabo devemos entender o *imperium* como extensão da *res publica* visto que desde a vitória de Otaviano sobre Marco Antonio (31 a.C.) até o final da dinastia dos Antoninos (192 d.C.) o *princeps*, o primeiro cidadão ou o mais importante de todos, manteve as mesmas estruturas básicas no âmbito político-administrativo onde a *civitas* e suas instituições permaneceram como o principal pilar de todo o sistema político. Por certo houve uma variação emblemática da *res publica* ao *imperium*: a concentração dos poderes decisórios em mãos de um único cidadão, o *princeps*.

Como observado anteriormente, o *cursus honorum* e a experiência no campo militar eram importantes fatores na ascensão e legitimação do imperador, embora não fossem sempre determinantes. Domiciano pulou importantes etapas do *cursus* e Nero nem mesmo teve um antes da investidura imperial. Ainda que nunca houvesse, no contexto imperial, uma norma em relação à questão da sucessão imperial, em momentos de estabilidade social e política, a elevação de um membro da *domus* reinante ao cargo imperial era o esperado, sobretudo como garantia da passagem pacífica do poder imperial. Isso por si só, porém,

não era o suficiente para garantir o *consensus* e a *concordia* entre os diferentes *ordines* romanos, o que era imprescindível para a manutenção da ordem imperial (LOBUR, 2008).

A garantia desse *consensus* deveria ser estabelecida através de uma série de afirmações dos valores representados pelo *mos maiorum*, em relação aos quais os imperadores seriam classificados dentro da literatura latina como bons ou ruins. Assim, é possível enxergar no *mos maiorum* uma espécie de tradição que codificava um *ethos* cultivado sobretudo pela elite política e econômica do Império. Este por sua vez não deve ser encarado como um código de conduta rígido e imutável e a história imperial nos dá prova disso, como será visto mais adiante. Assim deve ser visto este processo porque, nas palavras de Guarinello e Joly (2001, p. 134),

Não há uma ética, mas éticas, socialmente produzidas, que atuam, de modo mais ou menos elaborado e sistemático, na definição dos fins sociais, em nosso caso dos fins políticos, e dos meios adequados para atingi-los. Nesse sentido, as éticas respondem sempre às necessidades de seu tempo e podem ser mais ou menos consensuais, podem atuar como convenção compartilhadas ou com força de lei, mas podem, igualmente, ser abertamente conflituosas e contrastantes.

O imperador, dessa forma, precisava estar sempre atento às demandas éticas que produziam a legitimidade de sua posição. Se é certo que o imperador possuía poder quase incontestável, também o é que deveria seguir os ideais esperados e/ou exigidos de sua posição (VEYNE, 2009, p.7-9). Este fato poderia ser encarado como o que Norbert Elias classifica como “estratégias de conduta”, através das quais um soberano age e se apresenta aos súditos. Devido à “elasticidade” da posição de um líder autocrata e “a margem de manobras para decisões que ela permite, é grande a possibilidade de condutas arbitrárias, desvios de rumo, escolhas erradas, que posteriormente podem conduzir a restrição do poder e da dominação” (ELIAS, 2001, p. 48).

As diferentes éticas que compunham os ideais de sociedade, cidadão e tantos outros conceitos no mundo romano convencionou-se chamar, pelos estudiosos da Antiguidade, de *Romanidade*. O termo em si é passível de discussão e Marques (2007, p. 21) explica-nos em nota que prefere evitá-lo por tratar-se de um vocábulo anacrônico proveniente de *romanitas*, utilizada pejorativamente por Tertuliano como crítica “às maneiras romanas”, e, portanto,

a autora faz uso do termo *identidade romana* como alternativa. Com a devida atenção a esta e outras observações, optou-se pelo emprego deste conceito por crer-se que pode sintetizar uma gama de ideias e práticas culturais em si. Ademais, seu uso retrospectivo não é visto aqui como empecilho, antes como ferramenta que ajude na compreensão de uma realidade social, tal como acontece com tantos conceitos históricos que buscam sintetizar processos econômicos, políticos ou socioculturais, mas cujo surgimento se verifica muito posteriormente a estes processos. Por fim, crê-se que seu uso seja oportuno uma vez que não será tomado como uma ideia imutável, mas sempre em construção de acordo os novos discursos que vão sendo construídos no contexto de manutenção do poder imperial.

Destarte, partimos da definição do conceito *Romanidade* como nos é apresentado por Bondioli (2014, p. 49), para quem

A romanidade deve ser vista então, acima de tudo, enquanto uma prática discursiva que abrange um projeto político-pedagógico que pretende firmar uma ideia, ou ainda uma visão, na sociedade, proveniente e sustentada pelo seu grupo social mais alto, a respeito de como é, o que é, e como deve ser o comportamento intitulado “romano”.

O autor ainda se preocupa em dedicar parte de sua tese a explicar que o conceito deve ser visto de forma plural uma vez que as visões apresentadas pela documentação trabalhada não devem ser encaradas como uma visão monolítica da sociedade romana. Em sua tese, Cabeceiras pensa o império romano, em sua faceta multicultural e multiétnica, como uma verdadeira “federação de romanidades”, aludindo às diversas interrelações entre os mais variados organismos sociais do império que, para além de conflitar-se, influíam umas sobre as outras criando novas dinâmicas culturais. Para ele, isto se dá uma vez que

As culturas possuem determinada dinâmica, reelaborando-se, diante do outro, continuamente, procedendo a escolhas em seus intercâmbios, rejeitando o que se manifesta como ameaça para a sua identidade e assimilando o que imagina convir, delimitando, assim, as suas fronteiras. (CABECEIRAS, 2013, p. 51).

Atentando-se a estas questões, optou-se nesta pesquisa pelo uso do termo *romanidade* no singular, uma vez que as fontes trabalhadas foram produzidas dentro de um grupo formado por indivíduos ligados ao centro do poder imperial ou muito próximos a ele. Este grupo representa uma parcela considerável da

elite urbana romana de fins do primeiro e inícios do segundo século da Era Comum. Isto não significa que não se encontrassem visões discordantes dentro deste grupo nem que ele fosse homogêneo ou fechado sobre si mesmo sem que novas nuances se aplicassem ao seu ideal de romanidade. Assim, é necessário destacar que se compreende a importância plural do termo frente à imensa diversidade existente no mundo romano, salientando-se apenas que seu emprego no singular atende, neste trabalho, a um escopo bastante específico.

Dentro desta perspectiva, busca-se então compreender como a aproximação da imagem do *princeps* com o campo militar e suas práticas como líder deste segmento – um *imperator*, como o próprio vocábulo denota – tem lugar dentro da literatura latina do Principado e, conseqüentemente, como ela reflete os ideais da classe governante do império. É necessário, antes, ter em mente que a guerra para os romanos, e os antigos em geral, era algo sempre a ser considerado, mesmo sob circunstâncias discutíveis, passíveis elas também de reprovação, de modo que devem ser encaradas como uma realidade da vida.

Por outro lado, como já salientado no conceito de romanidade, cada grupo social tinha suas percepções em relação ao segmento militar e à guerra e não se furtava a tecer suas considerações sobre a figura do imperador também neste aspecto. Sobre isso, Seelentag (2011, p. 80) trabalha com os conceitos de “afirmação” e “demanda” e observa que

Quando imperador, senado e plebe urbana encontram-se todos em um espaço político – o que acontecia o tempo todo em Roma – o imperador se deparava com expectativas muito diferentes sobre seu comportamento. Isso representava, também, um grande desafio à aceitação do *princeps* quando ele passava anos entre as legiões nas fronteiras do império, como era o caso de Trajano. Durante esse tempo, o imperador não conseguia participar dos processos políticos da capital.¹³

Para o autor, todos os organismos sociais do império tinham sua relação com o poder imperial e a figura do imperador. Contudo, boa parte desses organismos se encontravam mais ou menos distantes do poder imperial para

¹³ “When emperor, senate and plebs urbana all met in one political space – as happened all the time in Rome – the emperor was faced with very different expectations of his behavior. So too, it was a great challenge for the acceptance of the *princeps* when he spent years among the legions on the borders of the empire, as Trajan did. During this time the emperor could not participate in the political rituals of the capital”. (tradução nossa)

exercer qualquer força suficiente que influenciasse nesse poder central, o que não era de todo impossível como pode-se constatar com a elevação de Galba com apoio de elites provinciais da Hispânia. Essas manifestações, no entanto, eram pontuais e, por isso, Seelentag (2011) destaca que as forças que mais influenciavam a *persona* do imperador seriam justamente o Senado, a plebe urbana e os exércitos e que era importante que o governante não desse demasiada atenção a uma em detrimento das outras.

É justamente através desta percepção que Lobur (2008, p. 29) discorda de que o Principado se tratasse de um regime “absolutista”, uma vez que se apoiava em grande parte nos ideais já expressos nos tempos republicanos, dos quais destacaria, mais adiante no texto, o *consensus omnium bonorum* já expresso por Cícero que influenciaria na *omnium fama consentiens* que passou a legitimar a posição do *princeps* desde Augusto. O consenso e a concórdia só poderiam ser garantidos através da *auctoritas* do ocupante do trono imperial. Viu-se anteriormente como os degraus do *cursus honorum* contribuía para aumentar a *auctoritas* individual e que esta poderia ser acrescida por conexões familiares bem como pela *fama*, e da mesma forma poderia ser diminuída por diferentes fatores. Portanto era necessário que a imagem imperial estivesse sempre em construção, se (re)afirmando de acordo com as demandas sociais do momento.

Nesse quadro, o respeito aos preceitos do *mos maiorum* eram de suma importância e isto porque, ainda segundo Lobur (2008, p.95),

Em Roma, a única autoridade era a autoridade tradicional, no sentido que o exercício do poder legítimo acontecia em ações apresentadas e percebidas como tradicionais na administração, monumentos públicos e nas cerimônias políticas. O poder legítimo deveria preservar e refletir as tradições do passado, e pelo menos *aparentar estar comprometido em fazê-lo da forma correta* – ainda que, indiscutivelmente, não seja menos verdade que os próprios líderes aspirassem a emular estes valores tradicionais de forma genuína. Assim, um homem de autoridade deveria ser um homem de autoridade cultural – um romano educado. Isto incluía tanto o imperador como as elites que partilhavam o poder no regime imperial [*itálico do autor*].¹⁴

¹⁴ “In Rome, the only authority was traditional authority, in the sense that the exercise of legitimate power occurred in actions both presented and perceived as traditional in its administration, public monuments and performance of state rituals. Legitimate power had to preserve and reflect the traditions of the past, and at least appear committed to getting it right – though it is doubtless no less true that the leaders themselves genuinely aspired to emulate these traditional examples. The man of authority, therefore, had to be a man of cultural authority – an educated Roman. This included both the emperor and other elites who participated in the regime”. (tradução nossa)

É dentro dessa conjuntura que podem ser observadas diferentes ideias inerentes ao imperador, vistas como responsabilidade deste personagem e em grande medida, o fator determinante na legitimidade do governante. Portanto, é imprescindível que ele seja capaz de garantir ao império *pax, securitas, quies, tranquillitas*, ainda que para isso seja necessária a ação militar, e é justamente aí que o caráter de *imperator* do *princeps* deve sobressair-se.

Antes, é importante combater a ideia de estagnação ou decadência militar romana com a instauração do regime imperial com base nas expansões observadas no período republicano. Esta visão está muito ligada a ideias como a perda do interesse militar pelos “romanos” e a progressiva “barbarização” do império, fatores que teriam impacto direto na qualidade militar romana e levariam à queda do império. Trata-se de uma percepção obsoleta, já bastante contestada, e que não leva em consideração as diferentes condições que se apresentam em cada período. O Império Romano nunca renunciou ao ideário de dominação mundial e, mesmo afligido por gravíssimos problemas internos, não se furtou a levar adiante campanhas ofensivas até pelo menos fins do quarto século E.C.

Para a diminuição das grandes campanhas militares, aquilo que chama jocosamente de “*laziness of the Caesars*”, Woolf (2012, p. 203) explica-nos que com a instituição do regime imperial, o maior prestígio de grandes vitórias militares estava monopolizado na figura do imperador visto que, ainda que ele não estivesse diretamente envolvido no conflito, era sob os seus auspícios que legados e legiões alcançavam a vitória. Assim sendo, caso o imperador gozasse de uma harmoniosa relação com os grupos sociais mais próximos do poder, dificilmente teria um sério oponente entre generais vitoriosos, de modo que a grande competição pela fama militar das campanhas registradas sobretudo no fim do período republicano já não tinha tanto espaço no novo cenário político. Isso não impediria que imperadores como Cláudio e Trajano se lançassem em grandes campanhas militares, mas que, sob essa perspectiva, o caminho de uma expansão segura, através de campanhas localizadas e a anexação de regiões já dependentes de Roma, era mais viável que aquele da glória da conquista total.

Era, todavia, sempre necessário estar atento às demandas em relação à figura do imperador, de modo que aqueles que detinham o poder estivessem sempre colaborando na construção da imagem de um verdadeiro *imperator*, que representasse os valores e virtudes romanos primordiais, aqueles do cidadão-soldado. Dentre eles podemos citar a *dignitas*, a *virtus*, o *labor*, a *disciplina*, a *simplicitas*, dentre outros aos quais daremos maior atenção posteriormente. É importante notar que estes valores deveriam ser cultivados e que imperadores seriam criticados por abandoná-los e entregar-se aos vícios enquanto outros, como é o caso de Tito – cuja educação junto à corte neroniana fora motivo de temores –, foram louvados por respeitá-los ao assumir o cetro imperial.

Dessa forma, o imperador deveria representar o *vir romanus* por excelência, destacando-se como o maior expoente da romanidade, ciente de que desvios destes preceitos constituiriam elementos para que opositores minassem sua *auctoritas* frente aos grupos sociais mais relevantes na manutenção da ordem imperial. Posto isto, optou-se por destacar três aspectos expoentes do caráter individual esperados e/ou exigidos daquele que ocupasse a função de *imperator*, salientando que esta é a visão que nos é apresentada pelas fontes provenientes sobretudo das elites e que, provavelmente, não representavam a totalidade dessas elites e nem estariam restringidas a elas. Estes aspectos seriam o religioso, o moral e o comando militar.

É importante mencionar que raramente estes aspectos são tratados de forma separada pelas fontes, sendo que a crítica a um deles geralmente representa a crítica a todos eles visto que, na percepção de mundo romana, não havia cisão nos campos social, político, cultural e religioso, seja em esfera pública ou privada (SOUZA, 2010, p. 22). Outrossim, a abordagem aqui empregada, observando os ideais da romanidade sob esses três pilares, visa facilitar a compreensão do fenômeno discursivo proposto pelo(s) grupo(s) que fomentava(m) tais ideais, não refletindo, portanto, a completude através da qual estes conceitos eram percebidos na vida prática, na realidade dada. Tendo ciência disto, passa-se a esta divisão.

Iniciando pelas questões religiosas, convém entender como os romanos encaravam a religião. Segundo PARRA (2016, p. 51), “a *religio* romana era a reverência prestada aos deuses, a prática religiosa, a crença religiosa; era a

cerimônia, o rito, o respeito aos princípios religiosos”. A relação com os deuses se baseava no princípio do “dar para receber” (*do ut des*), através de oferendas sacrificiais que poderiam ir de simples flores até animais de grande porte (WARRIOR, 2006, p. 8). Para entender a importância dada ao aspecto religioso nas fontes produzidas por esta elite romana, faz-se necessário observar que

Em Roma, a prática do culto público era, portanto, antes de tudo, ocupação de senadores e equestres: eles celebravam rituais, fixavam o direito sagrado e participavam regularmente dos banquetes sacrificiais. Os outros cidadãos presentes em Roma não participavam da vida religiosa pública a não ser quando assistiam a jogos com a distribuição de carnes ligadas ao culto, pela compra das carnes sacrificadas ou pela contemplação de imagens. (SCHEID *apud* PARRA, 2016, p. 47)

Isso não significa que os milhões de habitantes do Império não prestassem seus cultos, mas o que se constata é que a ocupação das funções religiosas e a realização dos ritos próprias dos cultos oficiais romanos eram responsabilidade e privilégio das classes altas e, deste modo, é compreensível que buscassem sempre reafirmar os valores que normatizavam estas práticas. A religião rompia as barreiras do privado e estava intimamente ligada ao poder político por estar estritamente ligada ao “interesse público”, visto que “a religiosidade era vivenciada a todo momento pelo romano. Desde a gênese do mundo, às ações humanas, os fenômenos naturais, o porvir, em suma, todas as coisas estavam sob os desígnios dos deuses” (SOUZA, 2010, p.22), e era através da execução correta dos rituais que se retificavam os vínculos com os deuses (*pax deorum*) que garantiriam saúde, proteção, prosperidade e vitórias militares.

Assim, é evidente que o imperador devesse sempre estar observando questões religiosas, sobretudo por confluírem na sua pessoa a posição de *pontifex maximus* e *pater patriae*. Monopolizado por Augusto após a morte de Lépido em 13 a.E.C., o pontificado máximo permitia aos imperadores conduzir a religião pública, através da nomeação dos membros do colégio dos pontífices que “aconselhava sobre as tradições culturais e o direito sagrado, controlava os sacra, lugares sagrados, e a necrópole e estabeleciam o calendário” (PARRA, 2016, p. 49). Atribuído a alguém que salvasse a República de um grande mal, o título de *Pater Patriae* foi concedido a quase todos os imperadores desde Augusto. Ele não atribuía nenhum poder legal em si, mas revelava a relação filial com a qual o *populus romanus* deveria se dirigir ao imperador que por sua vez

deveria zelar pelo conjunto dos cidadãos, como um pai pelos filhos, pois, assim como o pai preside os cultos domésticos, o imperador deveria sempre representar os cidadãos perante os deuses pátrios, o que se revelava não apenas pela execução de rituais, mas também ao “prover uma moral baseada na tradição” (BONDIOLI, 2014, p. 68).

Warrior (2006, p. 7), enfatiza a união entre o poder político e a prática religiosa no mundo romano. A autora destaca uma passagem de Cícero na qual o senador afirma que os romanos superavam todos os povos em piedade (*pietas*) e no que diz respeito à religião (*religio*) e, por conta disso, deviam a expansão e manutenção de seu império aos desígnios divinos. Segundo Stadler (2010, p. 104), a *pietas* era uma das quatro virtudes augustas – junto com a *virtus*, *clementia* e *iustitia* – e constituía a base de todas as relações, religiosas ou não. Tradicionalmente ela expressava o afeto e devoção entre pais e filhos, mas passou a abarcar também o âmbito político, indicando a relação de lealdade entre governante e governados. O imperador, como qualquer cidadão, e sobretudo pela sua condição de *pater patriae*, deveria exercer sua *pietas* em relação aos deuses pelos aspectos já destacados do *mos maiorum* e do rito.

É importante evidenciar que, na maioria dos casos, no mundo romano, imperava a liberdade de culto. É fato que houve tentativas de suprimir determinados cultos e práticas como o druidismo e, em certos períodos, a consulta a astrólogos, mas, em geral, não havia objeção às religiões das populações subjugadas. Ao contrário, verifica-se que diversas divindades locais acabaram por integrar-se no panteão romano seja através do processo de identificação com alguma divindade romana já existente (*interpretatio romana*) ou através da incorporação da divindade em sua forma original. Isso não significa que estes cultos não passassem por redefinições e ressignificações, mas muitas vezes chegavam a ser influenciados também por padrões romanos, como pode ser observado em imagens de deuses na Ásia Menor que passaram a ser representados portando a toga romana (ANDRIGA, 2007, p. 86).

Contudo, ainda que permitidos, nem todos estes cultos eram bem aceitos e alguns, por suas práticas, eram vistos como nocivos aos padrões do *mos maiorum* e eram classificados como *superstitio*. É importante destacar que, apesar de referir-se sobretudo a cultos estrangeiros (*externae superstitiones*), o

termo poderia ser empregado em relação a faltas e excessos mesmo quando se tratando de cultos tradicionais romanos. Assim, Bondioli (2014, p. 45) explica que a

Superstitio é tudo aquilo que, apesar de qualificado como equivocado, deve ser lido apenas como o conjunto de comportamentos ou práticas desviantes do padrão romano, do lado de fora das fronteiras da romanidade. *Superstitio* e *religio* tornaram-se, portanto, dois atributos de diferenciação identitária, categorias de inclusão e exclusão, que funcionam assim como marcadores entre o “eu” e o “outro”, ou ainda, em última instância, romanidade vs barbárie.

Os ferrenhos ataques que alguns autores latinos teceram em relação a estes cultos cuja indignação era ainda maior por constatar-se que havia cidadãos que os praticavam, demonstram que eram bastante difundidos pelo império. Assim, era papel do imperador, estar atento para que estas *superstitiones* não se alastrassem a ponto de prejudicar a *pax deorum*. A correspondência entre Plínio, o Jovem e Trajano demonstra como o governador da Bitínia pede instruções ao imperador sobre como proceder em relação a uma *superstitio* – o cristianismo – que, ao se propagar, havia esvaziado os templos da província e afetado a frequência dos sacrifícios. Por outro lado, na qualidade de *pontifex maximus*, o imperador em si deveria manter uma estrita relação de *pietas* com os deuses romanos. Ainda que pudessem cultuar e mesmo promover o culto de algum deus de origem estrangeira, como é o caso de Ísis e Serápis, promovidos a divindades oficiais no tempo de Vespasiano, este culto jamais deveria sobrepor os cultos aos deuses tradicionais romanos (PARRA, 2016, p. 59).

Em relação aos ritos, a prática correta do ritual era o que garantiria o favor divino. Cada culto possuía seus ritos e deveria ser executado de maneira específica. Os sacrifícios a Apolo, por exemplo, eram feitos segundo o “rito grego” (*graeco ritu*), com a cabeça descoberta, diferente da “prática romana” em que o sacrificante cobria a cabeça com a orla da toga (*capite velato*). Nem todos os deuses de origem grega, como é o caso de Asclépio, eram adorados de acordo com este rito (ORLIN, 2007, p. 64). Não realizar os rituais, ou realizá-los de maneira incorreta não traria os auspícios divinos ocasionando em desastres de todas as naturezas, mas em particular, no campo de batalha. A literatura latina narra várias passagens em que a inobservância dos ritos pelos líderes militares levou à completa destruição dos exércitos romanos. Sendo o *imperator*, o líder

máximo do exército romano, cabe a ele manter uma estreita conexão com os deuses a fim de garantir a vitória sobre os inimigos (MARQUES, 2007, p. 98).

A *pietas*, no entanto, é apenas uma das virtudes que compõem os ideais de romanidade. A impiedade (*impietas*) é um dos sintomas da depravação moral de determinados governantes segundo parte da literatura latina. No campo moral, as virtudes inerentes ao ideal de cidadão-soldado são aquelas que mais se destacam nessas fontes. Bastante utilizadas para depreciar os *principes*, essas virtudes muitas vezes eram personificadas através da vida de personagens mitológicos ou históricos, como Cincinato que voltou a arar seus campos após liderar os romanos à vitória. Assim, as esculturas apresentam os imperadores vestidos em toga ou equipados com couraça e buscam representar virtudes como a *auctoritas* e a *dignitas* (HOLSCHER, 2003, p. 12). Estas representações demonstravam a simplicidade (*simplicitas*) do *vir romanus*, total oposto das nobrezas orientais, consideradas efeminadas e rendidas ao luxo e aos excessos (SILVA, 2018).

Lobur (2008, p. 110) demonstra que, no esforço de elevar a figura de Tibério, Veleio Patérculo salientou que o imperador seguiu os passos do antecessor ao promover a confiança (*fides*), justiça (*iustitia*), equidade (*aequitas*), dedicação (*industria*), autoridade (*auctoritas*) e dignidade (*maiestas*). Essas virtudes seriam essenciais na manutenção da *concordia* entre os romanos e o seu reconhecimento dessas características no *princeps* constituía o *consensus* que garantia legitimidade à posição. Para o poeta latino, no entanto, é através da moderação (*moderatio*) que todas as demais virtudes são exercidas. A falta de moderação é nociva à *res publica*. Mário e Sila, apesar de suas inegáveis qualidades militares, foram criticados por suas ações cruéis e seu insaciável (*immodicus*) desejo de glória, enquanto Pompeu figura, em Veléio, como protótipo imperial devido a sua *moderatio* e *modestia*, tanto na paz como na guerra.

Esse mesmo raciocínio se aplica aos imperadores. Plínio, por exemplo, louva a *moderatio* de Trajano, salientando que, mesmo tendo sido elevado pelas

glórias militares, o imperador sabe apreciar o valor paz¹⁵ e que o imperador ia ao palácio imperial como se fosse a casa de um simples cidadão.¹⁶ A falta de moderação fazia-se sentir não apenas nas más práticas políticas, mas também na vida privada, recheada de excessos e desregramentos. Ainda segundo Lobur (2008, p. 112 et seq.), autores como Veleio e Valério Máximo viam na devoção ao ócio (*otium*) um grande perigo para o Estado, de modo que era necessário combatê-lo através do *labor* e da *militia*. O imperador deveria estar sempre a frente de seus empreendimentos, cultivando a própria *disciplina*, indispensável também para o comando militar.

Nos escritos desses e outros autores, como Salústio, é quase um *topos* literário que a luxúria tomara conta de Roma após a derrota de Cartago, levando à discórdia entre os *ordines* e à guerra civil. Em diferentes momentos do Principado podem ser verificadas passagens na literatura que aludem à “decadência” de Roma, sempre tendo em vista o passado, representado pelo *mos maiorum*. Havia, então, uma concepção de que Roma necessitava retomar antigos valores que vinha abandonando. Estes valores, no entanto, eram passíveis de ressignificação e mesclavam-se às novas realidades sociais e políticas, mas seriam sempre encarados como fundamentos da *virtus* tão necessária para a condução da *res publica*. Assim sendo, é importante destacar que

Quaisquer atitudes contrárias ao exercício das virtudes, em qualquer tempo, são também os exemplos que se deve perceber e aprender a evitar. Não há portanto um único tempo de renovação possível, mas diversos pontos no passado onde essa vivência virtuosa retoma o ponto ideal onde Roma foi “*maior*”, “*sanctior*” e “*bonis exemplis ditior*”. (MARQUES, 2007, p. 37)

O recuo ao passado e às figuras que incarnavam os ideais de *virtus*, bem como seus contrapontos que representavam os perniciosos vícios (*vitia*), era sempre um recurso discursivo à mão para louvar ou desqualificar agentes políticos – neste caso específico, os imperadores. Por outro lado, Souza (2010, p. 76) é categórico ao destacar que

¹⁵ “*Sed magis praedicanda moderatio tua, quod innutritus bellicis laudibus pacem amas*” (Plínio. Panegírico. 15).

¹⁶ “*Inde tu in Palatium quidem, sed eo vultu, sed ea moderatione, ut si privatam domum peteres*” (Plínio. Panegírico. 23).

Os modelos ou exemplos, que são didaticamente perpetuados no culto familiar ou nas leituras públicas, mostram as formas de proceder e as virtudes almejadas pelo homem político. Mas, somente com o exercício da *virtus*, esta torna-se latente aos olhos de todos. Por isso, todo romano almeja a carreira pública, seja pelos cargos administrativos ou a mais baixa patente no exército: o exercício lapida a virtude.

Nesse sentido, lembramos que a vida política era demonstração pública, dada pelo homem romano ao grupo, de suas virtudes. Assim, ao participar da vida pública, em primeira instância demonstraria a *virtus* do varão. Num segundo plano seria um modo de ilustrar o respeito ao *mos maiorum* (às tradições, aos antepassados, à pátria). Além disso, o homem demonstrava sua *pietas*, por meio da reverência aos assuntos da *Urbs*, bem como por colocar-se à disposição, como instrumento, o cumprimento dos desígnios divinos. (ibidem, p. 74)

Posto isto, é inevitável que se associe o *cursus honorum* com os ideais de romanidade, uma vez que é através da ocupação dos diferentes cargos públicos que o cidadão das classes altas – dos quais o imperador é o membro de maior destaque – demonstrará suas virtudes. No plano filosófico, a influência do estoicismo, que ganhava cada vez mais espaço no cenário político ao longo do primeiro século, instigava o cidadão ao cultivo das virtudes como a *simplicitas*, a *fides*, a *iustitia* e a *moderatio*. Segundo Brizzi (2012, p. 199), “o estoicismo levava, em particular, ao compromisso político, exaltando o valor, notavelmente romano, do *negotium*, da vida ativa, exortando a manter vivas as virtudes nacionais mais típicas”.¹⁷ Estas virtudes constituíam, assim, os antigos valores inerentes ao homem romano, que abarcava em si os ideais “do agricultor, do militar e do cidadão” (VENTURINI; COSTA, 2012, p. 989).

Diferentes construções do passado poderiam ser produzidas para validar os ideais de romanidade, incutindo em personagens de períodos anteriores características que se desejava nos governantes contemporâneos. Por outro lado, tendo em vista que o exercício das virtudes passa a ser chave fundamental na legitimidade do governante (FRIGHETTO, 2004), um *princeps* omissor, entregue ao *otium*, que relegue a outros suas responsabilidades, sempre será visto como um mal *princeps* nos ideais de romanidade. Assim, para um autor como Tácito, Tibério, ainda que fosse um homem de qualidades excepcionais, um *capax imperii*, ao isolar-se em Capri, deixando o poder *de facto* nas mãos de

¹⁷ “Lo stoicismo spingeva, in particolare, all’impegno politico, esaltando il valore, tutto romano, del *negotium*, della vita attiva, ed esortando a mantenere vive le virtù nazionali più tipiche.” (tradução nossa)

alguém como Sejano, transgrede o ideal de *concordia*, reduzindo a *libertas* da aristocracia romano, sujeitando-a à *adulatio* (MARQUES, 2007, p. 144).

Do ponto de vista militar, como *imperator*, era necessário atentar-se às demandas dos exércitos justamente como forma de garantir a *libertas* e *securitas* das classes altas. Em boa parte da literatura do Principado, seja em histórias ou sátiras, os soldados são retratados como semibárbaros, campesinos, suscetíveis de manipulação por demagogos, propensos aos saques e outros estereótipos (CARRIÉ, 1992). Deve-se levar em consideração que grande parte destes autores assistiram aos perniciosos eventos de 68-70 E.C. É necessário que o *imperator* tenha condições de controlar as mais variadas unidades militares em Roma e nas províncias, através do exercício de sua *auctoritas*, que aqui pode assumir conotações próprias.

Segundo Brizzi (2012, p. 245), ao marchar para Roma, após revoltar-se contra Nero, Galba proclamou-se como *legatus senatus populi que Romani*, de modo a satisfazer a elite senatorial. Seu curto reinado, no entanto, foi marcado por perseguições e uma conduta moral reprovável que lhe valeram muitas desavenças. Para Garzetti (2014), a titulação de Galba e o consentimento do Senado em sua elevação apenas confirmavam uma imposição de parcela do exército. De acordo com o autor, o maior erro deste imperador foi crer que com a proclamação do Senado sua posição estava garantida. Ele não distribuiu os donativos aos soldados que o apoiaram nem o congíario à plebe da *Urbs*, puniu severamente aqueles que não o apoiaram, causando grande inquietação nas demais legiões que não tardaram em eleger seus próprios imperadores. O ideal de poder aristocrático de Galba custou-lhe a vida.

Quanto maior a *auctoritas* do *imperator* frente ao setor militar maior sua liberdade de ação. Finalizadas as guerras civis, Vespasiano distribuiu não mais do que 25 denários por soldado como *donativa* (GARZETTI, 2014, p. 243) e, segundo o Panegírico de Plínio, Trajano distribuiu parte dos *donativa* só depois de ter distribuído todo o congíario ao povo.¹⁸ Ambos os imperadores tiveram grande experiência no campo militar e, ainda que tivessem priorizado outros

¹⁸ “datum congiarium populo, et datum totum, quum donativi partem milites accepissent.” (Plínio. Panegírico. 25).

setores, não negligenciaram as demandas dos exércitos, de modo a garantir a *concordia* e a *securitas* da sociedade imperial. A insolência e insubordinação, no entanto, deveriam ser severamente punidas.

É ainda mais necessário garantir a segurança contra ameaças externas. Se a *pax romana* era sobretudo uma paz armada, ela também era fruto de constante atividade diplomática. Os imperadores recebiam constantemente embaixadas dos mais variados povos. Durante a corrida pelo trono, Vespasiano fez acordos com armênios, partos, iáziges e suevos enquanto dácios, sármatas e roxolanos aproveitavam o caos da guerra civil para lançar incursões em território romano. Quando a ação diplomática falhava, era então necessário estabelecer a influência romana por meio das armas e da conquista. O fracasso no campo diplomático, no entanto, poderia ser atribuído ao caráter do imperador e ao desprezo do inimigo pela sua pessoa como é o caso das guerras danubianas de Domiciano na *História Romana* de Cássio Dion.¹⁹ Não responder às ameaças externas, no entanto, era um crime muito grave. A recusa à guerra era tida como falta de masculinidade e, portanto, incompatível com os ideais de romanidade expressos pela elite romana (SILVA, 2018).

A condução das campanhas também estava associada às virtudes do *imperator*. A *caeleritas caesaris* deveria ser característica de qualquer bom comandante a fim de resolver o mais rápido os conflitos. Todavia, era desejável que se procedesse com cautela, de modo a evitar emboscadas, avaliar as situações mais favoráveis e estar sempre atento aos presságios divinos uma vez que um bom imperador deve zelar pela vida dos cidadãos e preservar os soldados (LOBUR, 2008, p. 103). É necessário empenhar-se tanto quanto nos negócios públicos, verificando as provisões, passando em revista das tropas, liderar marchas e receber embaixadas para negociar diferentes termos. Apressar-se em comemorar vitórias sem a resolução do conflito era motivo de reprovação (MARQUES, 2007, p. 179) e mesmo os triunfos em comemoração à vitória poderiam ser utilizados como arma retórica contra os imperadores em caso de “vitórias vazias” (BEARD, 2009, p. 271).

¹⁹ DIO, Cassius. *Historia Romana*, Liber LXVIII.

É possível, então, observar como no ambiente cívico e no militar, em momento de paz ou de guerra, é através do exercício de uma série de virtudes que se fundamenta a posição do imperador. Quais são estas virtudes e o quão importantes elas eram para definir um imperador como bom ou ruim é algo que poderia variar em relação ao grupo social e mesmo através do tempo, como pode ser observado através da representação das virtudes na iconografia monetária imperial, em que determinadas divindades ganham mais relevância enquanto outras são menos evocadas dependendo do imperador reinante (HEKSTER, 2003). Contudo, como já estabelecido, optou-se por observar os ideais de um grupo bem específico, próximo aos círculos do poder imperial. Partindo daí, convém compreender como a imagem militar do imperador Trajano é construída atendendo a estes ideais de romanidade.

Capítulo II: Inde in Romam deinde in Aethera

Tendo delineado no primeiro capítulo os grupos e os processos sociais para e pelos quais a imagem imperial era construída, convém demorar-se um instante a contextualizar as fontes aqui estudadas bem como tecer algumas considerações sobre as abordagens utilizadas para a realização desta pesquisa. Deste modo, o capítulo se abre apresentando os pressupostos teórico-metodológicos nos quais se baseia a pesquisa, rumando, então, para as reflexões sobre a natureza e o estado de cada fonte dentro do debate historiográfico a fim de estabelecer os fundamentos sobre os quais se formularão as análises presentes no terceiro capítulo.

I – Abordagem teórico-metodológica

Ainda na infância desta pesquisa, já destacados os conceitos basilares do estudo, tais quais *imagem*, *imperator*, *romanidade* (naquele momento ainda sob a designação de “*ethos romano*”), buscava-se uma metodologia de análise que pudesse ser aplicada de maneira satisfatória a fontes de naturezas tão heterogêneas como um texto laudatório escrito e um monumento iconográfico.

Alguns autores, como Lobur (2008), trabalham com a ideia do desenvolvimento de uma “ideologia imperial” cujas bases surgem antes mesmo da instauração do Principado. Outros questionam essa ideia apontando a problemática do emprego de “ideologia” ao mundo antigo e mesmo às constantes rupturas na representação de ideais mais destacados no governo de diferentes imperadores. Por sua vez, como Oliveira (2001), um grande número de historiadores trabalha com a ideia de “discurso imperial”. Esta, talvez mais apropriada, serviu de ponto de partida para os próximos avanços do estudo aqui proposto. Assim sendo, buscou-se por definições de “discurso” bem como as abordagens a serem tomadas no trabalho com este objeto. Segundo Norman Fairclough (2001, p. 22),

Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’; diferentes discursos constituem entidades-chave (sejam elas a ‘doença mental’,

a 'cidadania' ou o 'letramento') de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (por exemplo, como médicos ou pacientes), e são esses efeitos sociais do discurso que são focalizados na análise do discurso. Outro foco importante localiza-se na mudança histórica: como diferentes discursos se combinam em condições sociais particulares para produzir um novo e complexo discurso.

Verifica-se, então, que os discursos não se apresentam apenas como produto de práticas sociais, mas tem em si a capacidade de moldar e orientar tais práticas, visando retificá-las, alterá-las ou ainda as abolir. A fim de compreender como são expressas as relações entre os discursos e as práticas sociais e suas representações, era necessário ancorar-se em uma abordagem teórica que permitisse analisar as nuances que possam constituir tais discursos bem como observar e identificá-las nas fontes selecionadas. Segundo Andrea Lúcia Dorini de Oliveira (2001, p. 17),

O trabalho com discurso significa navegar pela teoria linguística, mesmo considerando que a tarefa do historiador não tenha por objetivo a análise linguística. Todavia, é preciso entender o mecanismo da linguagem, a sua estrutura funcional e as várias formas de análise que oferecesse elementos observáveis para compreender o momento e a forma em que o discurso foi produzido, o seu alcance na manutenção e afirmação na relação entre opinião pública e o *status quo*.

Seguindo os passos da autora, optou-se pelo emprego de uma abordagem semiótico-cultural enquanto fundamento teórico de análise, sobretudo devido às volumosas discussões a respeito do conceito de *Imagem* presentes nos trabalhos de semiotistas. Os pressupostos teóricos que embasam a pesquisa são aqueles desenvolvidos na teoria semiótica de Sanders Peirce, sobre os quais Santaella e Nöth (1998) debruçam-se amplamente e que, por sua vez, Oliveira (2001) desenvolve inicialmente visando sua aplicabilidade para a análise histórica de modo a utilizá-la de maneira proveitosa ao longo de sua tese. Considerando que questões como as definições de signo, suas classificações e interrelações são já extensivamente abordadas nos autores supracitados e que, em grande medida, trilham-se aqui os caminhos já desbravados por Oliveira (2001), é oportuno avançar em direção ao conceito de *imagem* e como ele dialoga com outros que ajudam a fundamentar o trabalho.

Ancorando-se primeiramente na *Análise Crítica do Discurso* como aporte teórico-metodológico para trabalhar com as fontes plinianas, pôde-se observar como Fairclough trabalhou o conceito de discurso, destacando a noção de

“texto”. Levando em consideração os estudos em Linguística, o autor trata-o como um conceito mais amplo e abrangente. Embora utilize-o para “textos escritos”, pensou-se conveniente exportar esta ideia também para o campo das imagens, qualquer que fosse sua natureza, uma vez que estas imagens trazem em si potenciais discursos através dos elementos iconográficos que as constituem. Não há dúvidas, porém, de que debruçar-se sobre uma pintura exige ferramentas de análise próprias que não necessariamente aplicam-se perfeitamente a um baixo-relevo em mármore ou a uma xilogravura.

Contudo, a imagem como pretendida no título deste trabalho não é obrigatoriamente visual, de forma que se pode dizer que o texto escrito contribua para sua construção tanto quanto a imagem enquanto ícone, ainda que a relação destas com aqueles para e por quem tal imagem é produzida ocorra de modos diferentes, já que

fonte visual e fonte verbal pertencem a sistemas de representação diversos e, portanto, comunicam informação e significados diferentes. Basta lembrar que a imagem visual se realiza no espaço e fornece de imediato a totalidade de coisas, pessoas, eventos e suas relações; já a fonte verbal se realiza no tempo, acumulando unidades de informação em sequência, podendo explorar com mais eficácia relações temporais. (MENESES, 2012, p. 453).

Tendo isso em consideração, é possível dividir a ideia de imagem entre *imagem material* – com a qual existe uma relação visual – e a *imagem mental*, cujo campo de ação é aquele do imaginário. Existe uma estreita relação entre tais campos, visto que

Ambos os domínios da imagem não existem separados, pois estão inextricavelmente ligados já na sua gênese. Não há imagens como representações visuais que não tenham surgido de imagens na mente daqueles que as produziram, do mesmo modo que não há imagens mentais que não tenham alguma origem no mundo concreto dos objetos visuais. (SANTAELLA; NÖTH, 1998, p. 15).

Assim, a imagem mental constitui-se como importante instrumento cognitivo através do qual o indivíduo percebe a si próprio e o ambiente ao seu redor. De acordo com Bronislaw Baczko, as imagens mentais possuem a capacidade de pluralizar-se, mantendo, todavia, elementos em comum que permitam a consolidação das relações sociais, quer sejam elas harmoniosas ou conflituosas. Para o autor (BACZKO, 1985, p. 301),

Nenhuma relação social e, por maioria de razão, nenhuma instituição política são possíveis sem que o homem prolongue a sua existência

através das imagens que tem de si próprio e de outrem. O princípio que leva o homem a agir é o “coração”, são as suas paixões e os seus desejos. A imaginação é a faculdade específica em cujo lume as paixões se acendem, sendo a ela, precisamente, que se dirige a linguagem “enérgica” dos símbolos e dos emblemas.

Ao longo de seu texto, ponderando sobretudo sobre a Revolução Francesa de 1789, Baczko aborda as formas de ação do imaginário social, destacando em especial o papel dos símbolos, em como eles levam ao recrudescimento de ideais, criando definições pelas quais os indivíduos perceberão o seu contexto e tomarão decisões. Segundo o autor (BACZKO, 1985, p. 311), isso se dá uma vez que

Os mais estáveis dos símbolos estão ancorados em necessidades profundas e acabam por se tornar uma razão de existir e agir para os indivíduos e para os grupos sociais. Os sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações.

Sendo o produto das interações sociais, o imaginário social agiria como uma verdadeira “força coletivizadora”, capaz de arregimentar um grande número de indivíduos para uma causa, seja ela fundamentada em questões factíveis ou mesmo totalmente produto de “efabulações”. O ponto-chave é que seus desdobramentos possuem características bastante palpáveis, isso porque

A potência unificadora dos imaginários sociais é assegurada pela fusão entre verdade e normatividade, informações e valores, que se opera no e por meio do simbolismo. Com efeito, o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à acção, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma acção comum. (BACZKO, 1985, p. 311).

Pode-se observar, assim, como atuam os imaginários sociais, criando em si um sistema de valores impregnado por ideias vigentes num dado momento em uma determinada sociedade. Segundo o autor, através de um processo de seleção e hierarquização foi possível a instigação de “falsas consciências” após a revolução de 1789. Esse processo cognitivo seria mister para a legitimação de qualquer poder político e fora bastante importante na formação das ideologias surgidas após esse período. É importante destacar como se efetua o processo cognitivo que permite a integração/renovação de ideias e conceitos dentro de um imaginário social. Ainda segundo Baczko (1985, p. 312),

O seu trabalho opera através de séries de oposições que estruturam as forças afectivas que agem sobre a vida colectiva, unindo-as, por meio de uma rede de significações, as dimensões intelectuais dessa vida colectiva: legitimar/invalidar; justificar/acusar; tranquilizar/perturbar; mobilizar/desencorajar; incluir/excluir (relativamente ao grupo em casa), etc. Esta enumeração é, naturalmente tão abstracta quanto esquemática. Na realidade, estas oposições raramente estão isoladas, antes se articulam umas com as outras. As suas junções e disjunções efectuam-se segundo diversas modalidades, diferenciadas consoante às características específicas de um dado campo social e mental (estruturas sociais, sistemas de poder, intensidade dos conflitos sociais, meios e técnicas de difusão das informações e símbolos, etc.).

No capítulo anterior observou-se através do conceito de romanidade como padrões de conduta e visões poderia alterar-se não apenas com o passar do tempo, mas poderia adaptar-se a situações mais específicas. Ver-se-á adiante como a questão da comparação/oposição é fundamental no delineamento das figuras que as fontes buscam apresentar e como elas auxiliam a moldar os ideais expressos ao longo de sua narrativa ao construir a imagem imperial. Dentro desta perspectiva, dessa relação estabelecida entre discurso e imagem, é possível encontrar-se com o conceito de “Mito” expresso por Roland Barthes. Seguindo as definições do autor (BARTHES, 2001, p. 131),

[...] o mito é uma fala, tudo pode constituir um mito, desde que seja suscetível de ser julgado por um discurso. O mito não se define pelo objeto da sua mensagem, mas pela maneira como a profere: o mito tem limites formais, mas não substanciais.

Estreitando ainda mais essa relação – e vindo ao encontro da abordagem desejada ao iniciar esta pesquisa para trabalhar com fontes de natureza diversa –, Barthes (2001, p. 131) destaca que

Esta fala [...] pode ser formada por escritas ou por representações: o discurso escrito, assim como a fotografia, o cinema, a reportagem, o esporte, os espetáculos, a publicidade, tudo isto pode servir de suporte à fala mítica. O mito não pode definir-se nem pelo seu objeto, nem pela sua matéria, pois qualquer matéria pode ser arbitrariamente dotada de significação: a flecha apresentada para significar uma provocação é também uma fala. Não há dúvida de que na ordem da percepção, a imagem e a escrita, por exemplo, não solicitam o mesmo tipo de consciência; e a própria imagem propõe diversos modos de leitura: um esquema é muito mais aberto à significação do que um desenho, uma imitação mais do que um original, uma caricatura mais do que um retrato. Mas, precisamente, já não se trata aqui de um modo teórico de representação; trata-se *desta* imagem realizada em vista *desta* significação: a fala mítica é formada por uma matéria *já* trabalhada em vista de uma comunicação apropriada: todas as matérias-primas do mito, quer sejam representativas quer gráficas, pressupõem uma consciência significante, e é por isso que se pode raciocinar sobre eles independentemente da sua matéria. Esta, porém, não é indiferente: a imagem é certamente mais imperativa do que a escrita, impõe a

significação de uma só vez, sem analisá-la, sem dispersá-la. Mas isto já não é uma diferença constitutiva. A imagem transforma-se numa escrita, a partir do momento em que é significativa: como a escrita, ela exige uma *léxis* [itálico do autor].

Constata-se, assim, que, respeitados os limites interpretativos próprios que cada fonte necessita para sua análise, é possível observar a maneira como estas fontes dialogam e visam construir suas narrativas. Alinhando as abordagens até aqui apresentadas, vê-se que, ao tratar da composição do mito, Barthes a decompõe em três partes, seguindo o esquema da composição da linguagem, a saber o *significante*, o *significado* e o *signo*. Existe, no entanto, uma relação desigual entre esses componentes no mito e na língua. Enquanto na língua o significante assume o papel de “sentido”, no mito ele se torna a “forma”, o significado é o “conceito” que busca tratar enquanto o signo é a própria “significação”. O autor (BARTHES, 2001, p. 147) explicita que

Significação na língua é imotivada, a sonoridade “árvore” não precisa se parecer com uma árvore, embora possa produzir “fragmentos” por analogia com outros signos, mas quanto à significação mítica, não é nunca completamente arbitrária, é sempre em parte motivada, contém fatalmente uma parte de analogia.

O mito é, antes de mais nada, uma forma discursiva. Contudo, para que possa ser efetivo, ele deve ter como característica fundamental a capacidade de ser apropriado. Para Barthes, o mito possui um caráter imperativo, interpelatório, seu sentido já está completo uma vez que exige um saber, um passado, uma memória. Seus conceitos, porém, podem renovar-se, alterar-se, desfazer-se. O essencial é que há sempre uma relação de deformação do sentido, mas não a sua total eliminação. De fato, respondendo ao próprio questionamento, o autor constata: “Qual é a função específica do mito? Transformar um sentido em forma. Isto é, o mito é sempre um roubo de linguagem” (BARTHES, 2001, p. 152). Pensando na relação entre o ser humano e o mito, o Barthes (2001, p. 175) prossegue explanando que

Os mitos não são nada mais do que essa solicitação incessante, infatigável, essa exigência insidiosa e inflexível que obriga os homens a se reconhecerem nessa imagem de si próprios, eterna e no entanto datada, que um dia se constrói como se fora para todo o sempre. Pois a Natureza, na qual foram enclausurados, sob pretexto de uma eternização, não é mais do que um Uso. E esse Uso, por maior que seja, é preciso dominá-lo e transformá-lo.

Tendo observado essas primeiras questões, é importante também atentar-se às maneiras como os indivíduos se relacionam com as imagens (visuais) de

acordo com o contexto no qual se inserem. Já foi possível ver que esses processos tem alguma diferença com aqueles da palavra escrita, sendo que Santaella e Nöth (1998) os denominam “Paradigmas da Imagem”. Estes, divididos em “pré-fotográfico”, “fotográfico” e “pós-fotográfico”, são assim classificados levando em consideração os meios pelos quais a imagem foi produzida, bem como as formas pelas quais foi armazenada e também transmitida, visto que

[...] são esses meios que tornam possível a existência mesma dos signos, o exame desses meios parece ser um ponto de partida imprescindível para a compreensão das implicações mais propriamente semióticas das imagens, quer dizer, das características que elas têm em si mesmas, na sua natureza interna, dos tipos de relações que elas estabelecem com o mundo, ou objetos nelas representados, e dos tipos de recepção que estão aptas a produzir. (SANTAELLA; NÖTH, 1998, p. 162).

Ao presente trabalho interessa sobretudo o paradigma pré-fotográfico, que tem como característica primordial o fato de a imagem ser produzida de forma artesanal e, portanto, ter em si um caráter único. Por essa definição, tomando a pintura como exemplo, Santaella e Nöth (1998, p. 164) escrevem que

[...] o que resulta disso não é só uma imagem, mas um objeto único, autêntico e, por isso mesmo, solene, carregado de uma certa sacralidade, fruto do privilégio da impressão primeira, originária, daquele instante santo e raro no qual o pintor pousou seu olhar sobre o mundo, dando forma a esse olhar num gesto irrepetível.

Como já tratado anteriormente, sendo oportuno apoiar-se em uma abordagem que permitisse analisar nossas fontes, sabidamente de naturezas tão diversas, fazia-se necessário também compreender de que forma cada uma relaciona-se com o público que atinge no que diz respeito à recepção, atentando-se a como ocorrem sua “percepção, contemplação, observação, fruição ou interação” (SANTAELLA; NOTH, 1998, p. 187). Tendo ciência de que a recepção e interação que um texto escrito e um monumento iconográfico em mármore com os públicos que os aprecia(ra)m, convém pensar na relação existente entre a Linguagem e a Imagem, destacando que

Outros aspectos desse tipo de diferenciação entre linguagem e imagem foram apresentados pela pesquisa sobre eficiência específica da imagem em comparação à linguagem. De acordo com esta, as imagens atuam mais fortemente de maneira afetivo-relacional, enquanto a linguagem apresenta mais fortemente efeitos cognitivo-conceituais (Janney & Arndt 1994). Imagens fomentam atenção e motivação, são mais apropriadas à apresentação de informação espacial e facilitam, em certo grau, determinados processos de

aprendizagem (Weidenmann 1988: 135-138). A eficácia emocional das imagens cresce com o grau de sua iconicidade (Reimund 1993). (SANTAELLA; NOTH, 1998, p. 44).

Tendo isso em consideração, deve-se buscar evitar uma abordagem logocêntrica ao tratar das fontes visuais. Compreende-se que não só é possível como muitas vezes necessário na pesquisa histórica unir a narrativa contida nas fontes textuais com referências encontradas em registros iconográficos, sobretudo quando tratando de momentos históricos em que as fontes parecem escassear. É por isso que para Settis, Andreau, Bonan e Schnapp (1985, p. 1152) é compreensível a tentação de integrar os relatos contidos no epitome do livro VIII da *Historia Romana* de Cássio Dion com a narrativa iconográfica apresentada na Coluna de Trajano para se poder compreender melhor o desenvolvimento do conflito dácico.

Ainda assim, procura-se aqui seguir as orientações de Bondioli (2017, p. 141) que adverte ser necessário “ter em mente que as fontes materiais não estão disponíveis como ‘colaboração/corroboração’ para uma pesquisa feita com textos, elas possuem uma orientação própria e carecem de modelos interpretativos próprios.” Desta forma, busca-se observar como se dá a construção da imagem imperial nos relevos da Coluna de Trajano bem como no texto pliniano e não à luz dele, buscando identificar possíveis continuidades e rupturas, entendendo-as dentro do contexto de produção em que cada fonte foi produzida para então pensar numa possível interlocução entre elas.

Convém, por conseguinte, pensar em como tratar estas fontes para realizar os objetivos aqui propostos. Primeiramente deve-se salientar que não é escopo deste trabalho averiguar o quão “realistas” são as construções da imagem militar de Trajano. Quanto à veracidade das imagens, nota-se que

A questão da verdade ou mentira nas imagens tem um aspecto semântico, um sintático e um pragmático. De um ponto de vista semântico, uma imagem verdadeira deve ser aquela que corresponde aos fatos que representa. De um ponto de vista sintático, deve ser aquela que representa um objeto e transmite um predicado sobre este. Do ponto de vista pragmático, deve haver uma intenção de iludir por parte do emissor da mensagem pictórica (SANTAELLA; NOTH, 1998, p. 197).

Posto isto, assume-se que é o aspecto sintático das imagens produzidas dentro do “discurso imperial” produzido durante o governo de Trajano que

importam à pesquisa. É inegável que ao longo da análise procure-se abordar tais construções levando-se em consideração o contexto histórico e, logo, pondere-se o quão esta imagem imperial pode refletir uma dada realidade, correspondendo em certo grau a ela ou não. No entanto, o intuito é compreender justamente o processo de construção desta imagem. Adere-se a esta perspectiva, visto que, pelo percurso até agora seguido, assume-se que

O mito não nega as coisas; a sua função é, pelo contrário, falar delas; simplesmente, purifica-as, inocenta-as, fundamenta-as em natureza e em eternidade, dá-lhes uma clareza, não de explicação, mas de constatação (BARTHES, 2001, p. 163).

Para compreender-se a interlocução entre as fontes, então, fez-se uso do paradigma indiciário como apresentado por Carlo Ginzburg por entender-se que “[...] o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural” (2007, p. 157). Seguiu-se por um caminho de compreensão do conteúdo discursivo apresentado pelas fontes como um todo para então prosseguir ao cotejamento das passagens que se destacariam dentro da ótica aqui proposta. Embora possa-se criar uma série de ligações entre as fontes estudadas bem como observá-las em relação à demais produção contemporânea – o que de fato se seguirá – é necessário tomar precauções para não incorrer no equívoco da superinterpretação. Portanto, faz-se necessário observar que

o indício é considerado um signo de outra coisa somente em três condições: quando não pode ser explicado de maneira mais econômica; quando aponta para uma única causa (ou uma quantidade limitada de causas possíveis) e não passa um número indeterminado de causas diferentes; e quando se encaixa com outro indício (ECO, 2005, p. 57).

Vê-se que existe um caminho a ser seguido a fim de evitar tal problemática. Ao fazer um extenso trabalho com a construção da imagem de Luís XIV através de uma grande variedade de fontes produzidas ao longo de seu reinado, Peter Burke (1992, p. 23) chama a atenção ao que denominou de “interpretação cínica” e “interpretação inocente”, destacando que a primeira é demasiado propensa a reducionismos enquanto a segunda tende a desconsiderar manipulações e falsificações presentes nas fontes. Por outro lado, Uberto Eco (2005, p. 58) enfatiza que, em grande medida,

A superestimação da importância das pistas deve-se muitas vezes à tendência a se considerarem os elementos mais imediatamente aparentes como significativos, enquanto o próprio fato de serem

aparentes deveria permitir-nos reconhecer que são explicáveis em termos muito mais econômicos.

Para prosseguir nessa linha, acolhem-se as explicações de Uberto Eco sobre a intenção do autor (*intentio auctoris*), a intenção da obra (*intentio operis*) e a intenção do leitor (*intentio lectoris*). Na relação existente entre as três formas de intenção, a intenção do autor pode tornar-se ofuscada pelas demais, não apenas porque é relativamente difícil tentar compreender as reais aspirações do autor empírico, mas também porque o texto pode tomar uma direção não prevista no momento de sua produção. Desta forma, um processo interpretativo pautado no leitor-modelo, aquele para o qual o texto teria sido originalmente concebido, parece ser o mais adequado para afastar o pesquisador da superinterpretação na análise da fonte documental uma vez que a obra teria a intenção de alcançá-lo de alguma forma. Condensando suas reflexões anteriores, o próprio autor (ECO, 2005, p. 76) pondera: “Como provar uma conjectura sobre a *intentio operis*? A única forma é checá-la com o texto enquanto um todo coerente”.

O mesmo entendimento pode ser aplicado no trabalho com fontes de natureza visual, uma vez que

Incidentemente, o grau de polissemia e ambiguidade pictoriais tende a ser bastante superestimado. Da mesma forma que a polissemia da língua, a pluralidade de significados pictoriais fica restringida pelo conhecimento contextual, co-textual e cultural (SANTAELLA; NOTH, 1998, p. 206).

Isto posto, o que pode ser observado é que para além de considerar os discursos em sua totalidade, é importante estabelecer um diálogo com outros discursos contemporâneos que permitam demonstrar o quão alinhado e, possivelmente, empenhado está com os demais dentro de uma rede discursiva que pode expressar o imaginário social predominante ou ainda identificar o quão destoante ele pode apresentar-se em relação a essa rede discursiva. A essa reflexão dar-se-á atenção a seguir ao tentar examinar as fontes selecionadas dentro de seus respectivos contextos de modo a auxiliar na compreensão do processo de construção da imagem militar de Trajano sob os aspectos da intencionalidade, da interlocução e da intertextualidade.

II – Contextualizando as fontes

Após uma breve atenção às questões teóricas e metodológicas que fundamentam a pesquisa, é oportuno dirigir o olhar às fontes em sua natureza, sua forma, seu contexto e seu propósito. Procura-se, nesse momento, observá-las sob a ótica do “todo coerente” há pouco tratado para que, compreendidas tais questões, possa-se passar à análise do conteúdo propriamente dito que portam em seu interior no próximo capítulo, focando no objeto proposto, a saber, a construção da imagem militar.

Por uma escolha cronológica, iniciar-se-á pelo texto pliniano. Este que toma por nome Panegírico de Trajano – ou ainda, Panegírico de Plínio, o Jovem –, fora concebido originalmente como um discurso a ser proferido perante o Senado em agradecimento pela elevação de Plínio ao consulado, tratando-se assim de uma *gratiarum actio*, termo utilizado pelo próprio autor. O termo *Panegiricus* em si só surgiria no século IV E.C., momento em que abundam panegíricos latinos cujo escopo é o mesmo daquele elaborado por Plínio, o Jovem: o de exaltar a figura do imperador reinante.

Dividido em 95 capítulos, o texto busca apresentar o imperador Trajano como um governante ideal, expondo suas virtudes, das quais teria dado prova muito antes de sua adoção por Nerva e que continuava a demonstrar através de seus atos após sua ascensão ao trono imperial. O próprio Plínio parece querer relevar seu intento com o texto ao lembrar que seu discurso possui caráter exortativo, visando incentivar que o imperador permaneça regendo o império da forma correta, bem como coagir os futuros príncipes a seguir seu exemplo (ROCHE, 2011, p. 5).

É possível notar, através das Epístolas plinianas, que o gênero panegiresco ainda se encontrava na sua gênese quando Plínio publicou seu texto. De fato, Vettienus Severo se correspondeu com Plínio buscando compreender quais as melhores formas de tecer louvores a Trajano por ocasião de sua ascensão ao consulado. Assim,

Esta carta, portanto, aponta novamente não apenas a importância da exaltação imperial, mas também das dificuldades envolvidas em abordar materiais adequados. É também um lembrete de que, mesmo em um curto espaço de anos (Severo assumiu o consulado em 107, apenas sete anos após Plínio), Plínio estava preparado a reconhecer que as condições para um panegírico imperial poderiam ter mudado, sugerindo que o panegírico, longe de ser um modo velho e fossilizado

de prática discursiva, estava constantemente necessitando adaptar-se e alterar-se para se manter viável. (GIBSON, 2011, p. 108).²⁰

Faz-se necessário, então, pensar na produção do Panegírico sob a ótica do leitor-modelo. Ainda que o personagem mais destacado do discurso seja o imperador – e que a ele se direcionem, no vocativo, várias passagens – é notável já na primeira linha que é aos *Patres Conscripti*, isto é, aos senadores, que o panegirista orienta suas palavras. A forma com a qual Plínio aborda a figura de Trajano “ilustra a ótica do *princeps*, mas sobretudo, ilustra as ideias de um grupo senatorial de conciliação permanente entre a cúria e o imperador, um grupo aspirando a legitimar a política do César e orientar os interesses dos senadores” (VENTURINI, 2005, p. 144). É necessário pensar então no Senado romano não como um grupo homogêneo, mas composto por diversos segmentos, de modo que Guarinello e Joly (2001, p. 136) consideram demasiado simplista e mesmo inaceitável pensar que

Imperador e Senado adotariam, assim, uma ética ambígua, na qual uma aparência pública esconderia a essência privada do poder. Os sucessivos governos imperiais diferenciavam-se, desta maneira, apenas na escolha dos meios. O bom imperador manteria as aparências republicanas de uma esfera pública ainda efetiva, enquanto o mau, o tirano, exporia a nu a verdadeira essência do regime: uma visão do Principado com claros tons taciteanos.

Desta forma, pode-se observar que a política de conciliação imperial levada a cabo por Trajano, divulgada por vários meios, e da qual Plínio parece tomar partido, tem um público alvo bastante específico, uma vez que

o texto lido na Cúria não estava destinado ao Príncipe, nem tão pouco a seus aliados políticos, nem muito menos para arrecadar o apoio popular. Por outro lado, era um aviso sobre a nova situação política para aqueles que ainda deviam aceitá-la, adversários políticos que haviam apresentado seus próprios candidatos e que agora estavam diante de Plínio como facção derrotada (GONZÁLES-CONDÉ, 2007, p. 255).²¹

²⁰ “*This letter therefore points again not only the importance of imperial praise, but also to the difficulties involved in covering suitable material. It is also a reminder that, even within a narrow span of years (Severus held the consulship in 107, only seven years after Pliny), Pliny was prepared to acknowledge that the conditions for imperial panegyric might well have changed, suggesting that panegyric, far from being a stale and fossilized mode of utterance, was constantly having to adapt itself and change in order to be viable.*” (Tradução nossa).

²¹ “*Pero el texto leído en la Curia no estaba destinado al Príncipe, ni tanpoco a sus aliados políticos, ni mucho menos a recabar el apoyo popular. Más bien era un aviso de la nueva situación política para aquellos que quedaron por aceptarlo, adversarios políticos que habían impulsado a sus propios candidatos y que ahora estaban ante Plinio como sector vencido.*” (Tradução nossa).

A estes grupos será dada maior atenção no próximo capítulo. Todavia, ao longo de todo o texto, Plínio procura demonstrar que houve uma ruptura – iniciada por Nerva e consolidada por Trajano – com as más práticas de governos anteriores, trazendo consigo o fim das delações e expropriações e proporcionando o retorno da liberdade (*libertas*) e da segurança (*securitas*). A volta da “constitucionalidade”, porém, acaba por contrastar com o tom de submissão que o panegirista (e agora cônsul da *res publica*) parece exibir em relação ao imperador. O fato é que a posição monárquica do *princeps* há muito estava consolidada e que o grande questionamento expresso no Panegírico não está na sua posição ambígua ou à natureza superior de seu poder, mas em relação à maneira como esse poder é exercido (LANNA, 2015, p. 136). Desta forma, pode-se constatar que

O Panegírico não está apenas aparentemente presidido pela ideia de que o imperador cumpre os princípios de sua posição: *honeste vivere, alterum non laedere, suum cuique tribuere*, vai sem dúvida muito mais além desta simples constatação, com uma intenção que, a nosso ver, sobrepassa os limites da adulação, de uma admiração com acenos de sinceridade, de um profundo agradecimento ou de uma *captatio benevolentiae* para adentrar em uma insistente e retumbante afirmação da excepcionalidade da figura de Trajano, que está tingida de elementos propagandísticos, que são provavelmente sua razão última, ainda que não devemos perder de vista que a *libertas* pliniana refere-se principalmente apenas à classe social à qual pertence, uma questão distinta é a relação entre *plebs* e príncipe (OLIVÉ, 2019, p. 141).²²

Por outro lado, através de uma linguagem retórica muito bem elaborada, o texto pliniano em muitos aspectos apresenta questões enigmáticas, parecendo mesmo contradizer-se em alguns momentos, além de omitir questões históricas que poderiam comprometer seu escopo e isso leva a interrogar o quão distorcidas não seriam as informações ali apresentadas (ROCHE, 2011, p. 13-15). Contudo, segundo Bennett, os louvores contidos no texto do Panegírico não devem ser vistos apenas como “hipérbole”. Em virtude do público original a quem se endereçava o discurso, que em grande parte tinha longo conhecimento da

²² “El Panegírico no está sólo aparentemente presidido por la idea reiterada de que el emperador cumple los principios del aserto: *honeste vivere, alterum non laedere, suum cuique tribuere*, va sin duda mucho más allá de esta simple constatación, con una intención que, a nuestro juicio, sobrepasa los límites de la adulación, de una admiración con visos de sinceridad, de un profundo agradecimiento o de una *captatio benevolentiae* para adentrarse en una insistente y rotunda afirmación de la excepcionalidad de la figura de Trajano, que está teñida de elementos propagandísticos, que son la probablemente su razón última, aunque no debemos perder de vista que la *libertas* pliniana esta referida sino sólo principalmente a la clase social a la que pertenece, una cuestión distinta es la relación entre la *plebs* y príncipe.” (Tradução nossa).

carreira de Trajano, exageros retóricos seriam toleráveis, mas falsear os fatos levaria ao total descrédito do orador (BENNETT, 1997, p. 24). Ainda que pensar questões como a sinceridade e a real crença de Plínio em relação aos temas abordados seja um processo complexo, é possível observar que a utilização que faz de antíteses na constituição de seus tipos-ideais era um local comum na retórica antiga, podendo ser encontrada também em autores como Cícero, Políbio e Lucano (HUTCHINSON, 2011, p. 129).

Assim, é através de uma série de oposições que o autor se empenha a delinear os personagens contidos em seu texto. Estas oposições ficam patentes quando se compara os imperadores Trajano e Domiciano, mas muitas vezes são sutis e mesmo quase imperceptíveis em alguns momentos, de modo que, ao longo do texto, nota-se não há apenas bons e maus *principes*, mas também bons e maus senadores, governadores, militares, cidadãos, libertos, escravos. É desta forma que

O discurso é construído por um contraste não apenas entre Trajano e Domiciano, mas entre Trajano e Plínio, mais ou menos como Cícero, um orador imperioso e inteligente, posicionado contra o simplório Roscius ou o orador imperioso e emocional posicionado contra o perfeitamente insensível Milo. O contraste com Plínio, assim como com Domiciano, torna o enaltecimento mais vívido e mais tolerável. Ele demonstra que Trajano não ambiciona ardentemente a glória; a adulação é evitada. A escrita de um orador talentoso em seu contínuo frescor e surpresa previne (ao leitor atento) a monotonia de um louvor desmedido. Subjacente à escrita está a mesma elegância de paradoxo e sutileza de pensamento encontrada nas Epístolas. A transcendência geral de impacto não é assunto de um infundo esforço para os extremos, mas a convergência da espontânea nobreza de Trajano e do inteligente e latente louvor de Plínio (HUTCHINSON, 2011, p. 137).²³

Por outro lado, o panegirista não tarda em posicionar-se ao lado do novo César tão cedo em seu governo, o que não deixava de ser arriscado visto que odiosos príncipes, como Nero e Domiciano, teriam também eles tido reinados promissores no início, fato esse que levou Schowalter (1993) a questionar se o

²³ *"The speech is built on a contrast not just between Trajan and Domitian, but between Trajan and Pliny, somewhat as in Cicero the pressing and intelligent orator is set against the simple Roscius or the pressing and emotional orator is set against the sublimely impassive Milo. The contrast with Pliny, like that with Domitian, makes the praise more vivid and more tolerable. It brings out that Trajan does not strive for glory; adulation is precluded. The gifted orator's writing in its continual freshness and surprise averts (for the careful reader) the monotony of unseasoned laudation. Underlying the writing is the same elegance of paradox and subtlety of thought as in the letters. The overall sublimity of impact is not a matter of endless straining for extremes, but a convergence of Trajan's unstrained nobility and Pliny's intelligent and unobvious praise."* (Tradução nossa).

pronunciamento original teria apresentado tamanha receptividade ao novo César ou se tal receptividade foi fruto de alterações posteriores, já com o governo estável e próspero.

O que se pode perceber é que o Panegírico também tem por finalidade marcar posição. Plínio, o Jovem era um dos tantos “homens novos” (*novi homines*) – senadores sem antepassados ilustres – que aparecem nesse momento, tendo entrado na ordem senatorial devido a sua adoção por parte de seu tio, Plínio, o Velho que entrara ele próprio neste círculo no tempo de Vespasiano. O mesmo pode ser verificado no caso de Trajano, cujo homônimo pai foi o primeiro membro da família a ingressar no Senado, também sob Vespasiano. Assim, em um processo de “renovação” da aristocracia romana, em que as antigas famílias senatoriais do período republicano cediam espaço cada vez maior para as emergentes elites italianas e provinciais, fazia-se necessário (re)afirmar os valores que constituíam o regime.

Uma das questões que ajudam a expor essa demarcação de posição é a escolha da *amicitia* entre as temáticas existentes no texto. Como ressaltado por Carlos Noreña (2011, p. 32),

Amizade, na verdade, nunca foi um tema proeminente na extensiva tradição literária greco-romana sobre a monarquia, e apenas parece emergir como uma parte do discurso sobre a boa realeza em princípios do segundo século E.C. Destarte, Plínio aparenta estar inovando nesta passagem. De qualquer modo, a implicação de sua amizade com Trajano está muito próxima da superfície aqui. Como mais poderia alguém louvar o imperador como um amigo? E isso adiciona maior significância ao comentário feito anteriormente no discurso, de que Trajano escolhe seus amigos *ex optimis* (“dentre os melhores”, 45.3). Que Plínio pertença a este grupo é desnecessário dizer (embora ele o faça mesmo assim, como poderemos ver).²⁴

É importante destacar que o vocábulo *amicitia*, em um contexto político, assumia conotações próprias. Ele designava, para além da relação de amizade e fraternidade entre os indivíduos, um vínculo sócio-político que os unia.

²⁴ “*Friendship, in fact, was never a prominent theme in the extensive Greek and Roman literary tradition on monarchy, and only seems to emerge as a part of the discourse on good kingship in the early second century CE. So Pliny appears to be innovating in this passage. In any case, the implication of his own friendship with Trajan is very close to the surface here. For how else could one praise the emperor as a friend? And this gives added significance to a comment made earlier in the speech, that Trajan chooses his friends ex optimis (‘from the “best men”’, 45.3). That Pliny belongs to that group goes without saying (but he will say it anyway, as we are about to see).*” (Tradução nossa).

Tratando sobre os termos *amicitia*, *amicus*, *fides* e *auctoritas*, Venturini (2005, p. 146) observa que

As noções que estes termos assumem nos conduzem à identificação de uma linguagem particular para a *amicitia*, capaz de distinguir, inclusive, relações hierárquicas entre indivíduos de condições sociais distintas ou entre aqueles que pertencem ao mesmo meio.

Este vínculo era a base do processo que se convencionou denominar Patronato. Nessa relação, já bem estabelecida desde princípios do período republicano, patrono e cliente estavam ligados por obrigações políticas e sociais recíprocas. Em geral, o patrono fazia uso de sua *auctoritas*, sua influência e seu patrimônio financeiro para apoiar sua clientela, que por sua vez tornava os favores em forma de apoio político, por vezes financeiro e mesmo pegando em armas – o que poderá ser visto mais adiante. Nesse cenário, o imperador figurava como patrono da maior clientela do império, visto que dela faziam partes os exércitos, as províncias, a plebe urbana e mesmo uma boa porção das elites políticas. Isso não significa que novas facções, ou *partes*, não pudessem se formar em torno de outros indivíduos influentes o suficiente, mas que em grande medida, em momentos de estabilidade político-econômica e militar, um imperador com *auctoritas* suficiente poderia reger o império sem grandes opositores e contratempos.

É nesse contexto em que Plínio, o Jovem desenvolve sua obra. Plínio era parte de uma elite não apenas política e econômica, mas também intelectual. Seu círculo de amigos fora aquele que estivera mais próximo do *princeps* e isso justifica, em grande parte, como a imagem de Trajano manteve-se positiva nos escritos de autores como Plínio, Tácito, Suetônio, Juvenal e outros de menor notoriedade, mas que também tiveram sua contribuição na construção de uma imagem positiva do imperador. Esse grupo de intelectuais pode ser entendido dentro de um contexto que se denominou de literatura flávio-trajânica, visto que seus expoentes estiveram política e intelectualmente ativos entre os governos de Vespasiano e os anos iniciais de Adriano (KÖNING; WHITTON (ed.), 2018).

Nem todos esses autores fizeram de suas obras diretas apologias do governo de Trajano, sendo que alguns apenas acenam ao imperador, mas todas procuram trabalhar com a ideia de que uma nova era se abriu, contrastando com o despotismo dos governos anteriores (representados sobremaneira pela figura

de Domiciano), em parte graças aos grandes esforços do novo César que assume características quase divinas e é dessa forma que

Os textos de Plínio, Floro ou Tácito, que falam do *beatissimum saeculum*, testemunham sobre a difusão e a importância temática da associação de Trajano-Hércules sob o patronato de Júpiter. A adoção por Nerva justificava o recurso a Hércules: como o deus, é por suas virtudes pessoais e pela proteção de Júpiter que Trajano reina. (GALINIER, 1998, p. 126).²⁵

Pode-se perceber, através da observação das obras dessa “geração literária” que o personagem Trajano é apresentado como uma figura quase impecável e mesmo quando algum autor como Tácito ou Frontão – este escrevendo mais de quatro décadas após o primeiro – possa considerar alguma crítica a sua pessoa, esta parece ser abordada com tom abrandado e sem grandes prejuízos (CIZEK, 1996; MÉTHY, 2003). Contudo, é importante ter em mente que as interações que as sociedades antigas, as quais Finley (1983, p. 28-29) classifica como *face-to-face*, com os meios de transmissão de ideias e informações em muito diferiam dos que se apresentam no mundo contemporâneo. Assim sendo,

A propaganda via obra literária tinha endereço certo: a elite política romana, formadora da opinião pública numa sociedade patrimonialista, marcada pelas relações de clientelismo e escravista. É certo que a população mais humilde raramente tinha acesso às obras, mas recebia informações delas pela via das relações sociais desniveladas. A representação literária dos atos heroicos praticados no passado remoto, muitas vezes sob a orientação dos deuses, acabava por ser reproduzida no presente em relação à figura do *princeps*. No caso da divulgação das ações militares, principalmente as obras arquitetônicas erigidas nos *fori*, também as construídas por Trajano tiveram como objetivo a difusão dos elementos principais da dominação romana sobre a Dácia, a Coluna de Trajano datada de 113 d.C. (ROSSI, 2012, p. 231-2).

Desta forma, após uma breve contextualização da obra pliniana, convém debruçar-se um pouco sobre os aspectos mais gerais da Coluna de Trajano a fim de se compreender melhor as passagens a serem analisadas mais adiante. Antes de mais nada, a Coluna trata-se de um monumento erigido em comemoração à vitória romana nas duas guerras travadas contra os dácios entre 101 e 106. Sua narrativa iconográfica se constitui de 155 cenas esculpidas em baixo-relevo, cujo friso possui uma extensão de aproximadamente 200 metros

²⁵ “Les textes de Pline, Florus ou Tacite, qui parle de *beatissimum saeculum*, témoignent de la diffusion et de l'importance thématique de l'association Trajan-Hercule sous le patronage de Jupiter. L'adoption par Nerva justifiait le recours à Hercule: comme le dieu, c'est par ses vertus personnelles et par la protection de Jupiter que Trajan règne.” (Tradução nossa).

em forma de espiral, volteando a coluna 23 vezes. É possível que as cenas ali representadas fossem baseadas em uma obra intitulada *De commentariis de bello dacico*, escrita pelo próprio imperador a respeito dos conflitos, similar ao *De bello gallico* de Júlio César, ou ainda se baseasse em diversas pinturas que representavam cenas de vitória e eram muito comumente expostas durante as procissões triunfais (DAVIES, 1997, p. 43).

Visto que muitas fontes escritas contemporâneas ao período trajânico se perderam, como a *bello dacico* ou a *Parthica* de Arriano, e outras dediquem-se a períodos anteriores, como as obras de Tácito e Suetônio, a coluna se constitui como uma importante fonte contemporânea para a compreensão de diversas questões, sobretudo, como seria natural, de natureza militar visto a riqueza iconográfica que apresenta (SETTIS; ANDREAU; BONAN; SCHNAPP, 1985, p. 1152).

A forma espiral da Coluna fechando-se sobre si poderia possuir a intenção de emular uma coroa de louros, detinha qualidades que lembravam aspectos religiosos e teria sido dedicada ao deus Marte Vingador (*Mars Ultor*) em 2 de maio, no mesmo dia em que Augusto dedicara seu templo ao deus por ocasião da vitória em Philippos (BRILLIANT, 1984, p. 96). Coroando a Coluna estava uma estátua do imperador que se perdeu com o tempo e em cujo lugar foi colocada uma estátua de São Pedro no século XVI. A Coluna fazia parte do complexo construído por Trajano que englobava seu Fórum, a basílica, o mercado e as bibliotecas, todos portando o nome do imperador. À entrada do Fórum havia um arco triunfal e no meio da praça encontrava-se uma estátua equestre do imperador portando uma lança. Coulstron (2003, p. 415-417) sugere que todo o complexo tivesse sido construído em forma de um acampamento militar e que o monumento tenha sido dedicado em honra de todo o exército, mesmo àquelas tropas que não tenham se envolvido diretamente no conflito.

A construção de monumentos que abordem a temática de vitória militar sobre inimigos estrangeiros não eram uma novidade. De fato, egípcios, assírios, persas, gregos e mesmo os romanos já o faziam há séculos cada qual com suas especificidades, com suas formas e também com tipos-ideais de representar a si e aos “outros”, quer sejam eles aliados ou inimigos (COULSTRON, 2003, p. 395-7). De certa forma, embora possa representar uma evolução em relação a

outras formas arquitetônicas, a Coluna se constituía como “o resultado mais inovativo” do grande fórum de Trajano e serviria de inspiração para outros imperadores construírem suas próprias colunas (LOCATELLI, 2013, p. 15).

Existem importantes indagações a respeito deste monumento. Uma importante discussão é a questão da visibilidade das cenas, uma vez que dependendo da função para qual a coluna foi projetada, a importância de se visualizar as cenas seria variável. É bastante possível que a coluna tivesse uma função documental, visto sua posição entre duas bibliotecas que poderiam ter, em sua estrutura, sacadas pelas quais as cenas mais altas seriam visíveis. Contudo, a narrativa da coluna ainda se encontra disposta de maneira que muitas das cenas alinhadas verticalmente retratem acontecimentos repetidos, de modo que seja possível ao menos deduzir quais serão os próximos acontecimentos a aparecer (SETTIS, 1991, p. 190). Desse modo,

Esses motivos altamente cerimoniais controlam o curso do relevo e constituem a verdadeira epitome deste registro histórico, cuidadosamente formado para maximizar a identificação pelo expectador, embora embutido numa matriz ilusória de continuidade. Tal processo intensifica a eficácia da Coluna como um monumento de vitória, glorificando a *virtus Traiani*. De fato, a Coluna inteira emerge de um toro moldado em forma de uma coroa de louros (pl. 3.1), o atributo de coroação do herói triunfador. Precisamente, por conta destes motivos cerimoniais e de cenas estereotipadas sistematicamente repedidas ao longo da Helix, de visibilidade à relativa invisibilidade, o observador poderia prontamente antecipar sua reaparição e reconheceria seu conteúdo simbólico sem ter que olhar tão atentamente (BRILLIANT, 1986, p. 97).²⁶

É, ainda, lícito pensar sobre as intenções que levaram a escolha da Coluna enquanto estilo arquitetônico bem como propagandístico para apresentar os eventos concernentes aos dois conflitos dácicos. Segundo Locatelli (2013, p. 53),

Em 113 E.C. Trajano quis erigir a sua Coluna de modo que cada cidadão do império, que transitasse em seu fórum, pudesse admirar os feitos vitoriosos de seus homens contra o inimigo bárbaro; os eventos foram esculpidos para a memória eterna no mármore da Coluna.

²⁶ “These highly ceremonial motifs control the course of the relief and constitute a veritable epitome of the historical record, carefully formed to maximize viewer recognition, although embedded in an illusory matrix of continuity. Such a process heightens the effectiveness of the column as a victory monument, glorifying the *virtus Traiani*. Indeed, the whole column rises from a torus molding in the form of a laurel wreath (pl. 3.1), the crowning attribute of the heroic triumphator. Precisely because these ceremonial motifs and stereotypical scenes were systematically repeated up the course of the Helix, from visibility to relative invisibility, the observer could readily anticipate their reappearance and could recognize their symbolic content without having to look too carefully.” (Tradução nossa).

Analizando as cento e dezesseis cenas em que é dividido o friso da Coluna, resulta claro que a real intenção da Coluna fosse a celebração do exército e sobretudo a exaltação do imperador, não apresentado como divindade, mas como soldado entre os soldados. Tal espírito de participação na vida cotidiana do exército distingue também a Coluna de Marco Aurélio.²⁷

Estando exposta em um local movimentado como um fórum e constituída por elementos que não exigiam um público letrado para compreendê-la, a Coluna, como outros monumentos, demonstra-se uma forma bastante eficiente de transmissão da “propaganda imperial”. Ainda que estática, seus expectadores poderiam comentar sobre as cenas de batalha, as marchas, os trabalhos de construção que presenciaram no monumento tanto quanto alguém que comenta sobre passagens de um texto lido em praça pública ou em um ambiente privado.

Por outro lado, ainda é possível que a Coluna tenha sido construída como espécie de *heroon*, destinada desde sua concepção a ser o túmulo do imperador – como realmente viria a ser, ainda que nenhum imperador tenha sido enterrado dentro dos limites da cidade anteriormente –, mas também é possível que isso tenha se tratado de uma honra extraordinária dedicada pelo Senado, cuja decisão teria tido lugar apenas após a morte de Trajano (DAVIES, 1997, p. 45-48).

Ainda que seu escopo primordial seja aquele de apresentar e enaltecer o avanço triunfante do exército romano sob as ordens de um comandante capaz como Trajano, é notável que boa parte da narrativa contida no mármore da Coluna não aborde cenas de combate, mas tratem de questões cotidianas e mesmo “supérfluas” quando pensadas sob o prisma de um conflito tão grande quanto aqueles representados ali. No entanto, esta é uma escolha importante para a realização de uma visão que se pretendia passar com tais temáticas,

Pois o artista, ao incluir uma multitude de cenas menores, por esse meio coloca os maiores eventos em seu lugar como causas e efeitos em uma cadeia inquebrável de atividades diárias. De fato, os eventos menores compelem a uma visão racional, de bom-senso da glória pelo simples peso dos números, assim transmitindo uma verdadeira interpretação notável da guerra para aqueles que estudam os relevos.

²⁷ “Nel 113 d.C. Traiano volle erigere la sua colonna affinché ogni cittadino dell'impero, che transitava nel suo foro, potesse ammirare le gesta vittoriose dei suoi uomini contro il nemico barbaro; le vicende venero scolpite ad imperitura memoria nel marmo della colonna. Analizzando le centosedici scene in cui è diviso il fregio della colonna, risulta chiaro che il reale intento della colonna fosse la celebrazione dell'esercito e soprattutto l'esaltazione dell'imperatore, non mostrato come divinità bensì come soldato fra i soldati. Tale spirito di partecipazione alla vita quotidiana dell'esercito contraddistingue anche la Colonna di Marco Aurelio.” (Tradução nossa).

As vitórias retratadas, mas sempre acompanhadas das labutas que as tornaram possíveis; enquanto permeiam a composição, em meio ao sangue e suor da tropa laboriosa, eleva-se a figura do imperador como comandante-em-chefe responsável. Essa noção de responsabilidades imperiais não era uma ideia nova; Paterculus a encontrou encarnada em Tibério e expressou uma valente realização da descoberta em palavras. Mas a Coluna de Trajano exhibe o primeiro tratamento do tema em pedra, dando exemplos reais da devoção paciente ao dever cotidiano que inspirou o nobre ideal; e em nenhum lugar esse ideal foi mais tipificado do que no exército romano e seus comandantes. (RICHMOND, 1935, p. 2).²⁸

É importante destacar a forma como são dispostos iconograficamente os personagens presentes ao longo do friso da Coluna. De fato, optou-se pela utilização de tipos-ideais na representação destes personagens para facilitar na sua identificação. Pode-se notar, por exemplo, que

não é por acaso que, para tornar reconhecíveis os protagonistas destas cenas, os legionários ao trabalho estejam quase sempre representados, de modo claramente não realista, endossando a *lorica segmentata*. O fato de que eles quase não apareçam nas cenas de combate, onde são majoritariamente substituídos por tropas auxiliares, mas estejam geralmente engajados nos trabalhos de engenharia militar, testemunha o alto significado destas cenas no interior da narrativa figurativa, uma importância, esta, comprovada pela presença, em alguma delas, da figura do próprio imperador atendo a supervisionar os trabalhos. (MALACRINO, 2003, p. 125-6).²⁹

Assim, verifica-se que a escolha do estilo foi priorizada em relação às formas mais realistas no momento de confecção das cenas. É, então, possível identificar incoerências no armamento e no uniforme dos soldados, como o capacete de tipo ático, o *scutum* e o *gladius* demasiado curtos, a total ausência do *pugio*, do *cingulus* e da *manica* que podem ser extensivamente observados

²⁸ “[...] for the artist, including a multitude of minor scenes, thereby set the major events into their place as causes and effects in an unbroken chain of everyday activities. In fact, the minor events compel a rational, common-sense view of glory by sheer weight of numbers, thus conveying a truly remarkable interpretation of war to those who study the reliefs. The victories portrayed, but always in company with the griding toil which made them possible; while, pervading the composition, amid the blood and sweat of the labouring host, looms the figure of the Emperor as responsible commander-in-chief. This notion of Imperial responsibilities was no new idea; Paterculus had found it embodied in Tiberius, and had expressed a soldierly realisation of the discovery in words. But Trajan’s Column exhibits the first comparable treatment of the theme on stone, giving actual instances of the patient devotion to everyday duty which inspired the noble ideal; and nowhere was that ideal more constantly typified than in the Roman army and its commanders.” (Tradução nossa).

²⁹ “E non è un caso che, per rendere immediatamente riconoscibili i protagonisti di queste scene, i legionari al lavoro vengano quasi sempre rappresentati, in maniera chiaramente non realistica, con indosso la *lorica segmentata*. Il fatto che essi non compaiono quasi mai nelle scene di combattimento, dove sono per lo più sostituiti dalle truppe ausiliarie, ma siano in genere occupati in lavori d’ingegneria militare, testimonia l’alto significato di queste scene all’interno della narrazione figurata, un’importanza, questa, comprovata dalla presenza, in alcune di esse, della stessa figura dell’imperatore intento a seguirne i lavori.” (Tradução nossa).

em outro empreendimento monumental da época, o *Tropaeum Traiani*, de produção provincial, erigido em Adamclisi na Romênia em homenagem aos soldados mortos na batalha. Estas incoerências, porém, não inviabilizam a identificação dos personagens e podem ter sido pretendidas para atender algum padrão artístico tal como dar maior destaque ao corpo dos soldados (CHARLES, 2005, p. 684). Levando isso em consideração,

Ainda, parece que a uniformidade da aparência das tropas romanas na Coluna foi o resultado de uma convenção artística contemporânea mais do que uma tentativa de retratar fielmente a aparência dos soldados em campanha pelos campos da Dácia. É necessário lembrar, também, que a Coluna de Trajano foi, e grande medida, concebida como um veículo para a comemoração da destreza militar romana. A Coluna nunca teve por intenção ser um guia sobre a aparência dos soldados romanos – e não deveria, então, ser entendida como tal. (CHARLES, 2005, p. 667).³⁰

Sobre as escolhas artísticas, deve-se salientar que nada deve ser desconsiderado. Como já tratado, aqueles aspectos por vezes menos vistosos podem trazer luz sobre questões nem mesmo cogitadas. Cada escolha, seja em um trecho de um discurso escrito ou em uma cena iconográfica em baixo-relevo tem seu propósito, sua intenção de comunicar. Refletindo sobre esse ponto, Dillon procura analisar a forma como as mulheres são representadas nas colunas de Trajano e Marco Aurélio e destaca que

Visto que mulheres mortais não aparecem regularmente em monumentos romanos estatais, sua aparição nas colunas, arguiria, não era nem arbitrária nem anedótica. Ainda que os frisos posem como registro visual de eventos conforme se desenrolem, eles eram na verdade os produtos finais de escolhas representacionais incontáveis, uma das quais era incluir mulheres em primeiro lugar. É meu argumento que as mulheres que são mostradas nas Colunas de Trajano e Marco Aurélio não foram incluídas simplesmente porque aconteceu de estarem presentes; elas tinham papéis particulares para atuar no discurso do presente imperial romano; elas tinham papéis particulares para atuar no discurso do imperialismo romano refletido nesses monumentos. (DILLON, 2006, p. 244).³¹

³⁰ “Yet it seems that the uniformity of the appearance of Roman troops on the Column was the result of contemporary artistic convention rather than an attempt to portray accurately the appearance of soldiers on campaign in the wilds of Dacia. It must be remembered, too, that Trajan’s Column was largely conceived as a vehicle for the commemoration of Roman military prowess. The Column was never meant to be a guidebook to the appearance of Roman soldiers – it should not, therefore, be regarded as such.” (Tradução nossa).

³¹ “Because mortal women were not regularly featured on Roman state monuments, their appearance on the columns, I would argue, was neither arbitrary nor anecdotal. Although the friezes pose as visual records of events as they unfolded, they were in fact the end products of countless representational choices, one of which was to include women in the first place. It is my contention that women who are shown on the Columns of Trajan and Marcus Aurelius were not included simply because they happened to be present; they had particular roles to play in the

As mulheres, bem como todos os outros indivíduos sociais, são parte integrante do conflito, representam algo. É sobretudo através delas, e das crianças, que a violência do conflito se faz transparecer. Elas são apresentadas como esposas e mães que fogem das aldeias em chamas com sua prole, que apelam à clemência do imperador, mas que em determinada cena também participam da tortura de prisioneiros. Elas são, assim, um elemento importante na representação do outro, do bárbaro, do inimigo. Desta percepção, atentando para a já tratada relação de oposição/comparação entre os ideais representados, a Coluna de Trajano parece tomar uma posição bastante interessante. Muito além da simples violência contra os dácios, a narrativa em mármore demonstra que

Negociava-se com eles, eles eram derrotados na guerra e forçados a se conformar com a ordem mundial romana, mas também lhes era mostrado algum respeito pela sua *dignitas*, e alguma *clementia* para aqueles que se submetiam em boa fé. (COULSTRON, 2003, p. 424).³²

A escolha em se abordar o inimigo não como um igual, mas como alguém que luta em pé de igualdade serve a dois propósitos. Primeiramente é perceptivo que, ao louvar um inimigo por sua bravura, por sua destreza e sua inteligência, acaba-se por enaltecer ainda mais aquele que os derrotara em batalha (HARRINGTON, 1977, p. 162). Por outro lado,

A apresentação geral dos bárbaros na Coluna de Trajano é como a de um determinado e digno adversário para Trajano e seu exército. As conquistas das tropas de cidadãos romanos são particularmente enaltecidas nas áreas da construção civil, ciência de campo e guerra de cerco, essencialmente qualidades “romanas”. A maioria dos combates em campo aberto é conduzida (sempre com sucesso inexorável) por tropas auxiliares de não-cidadãos. Assim o ideal romano de vitória alcançada sem derramamento de sangue romano é anunciado por toda parte e pode ser comparado de perto com os escritos contemporâneos de Tácito. (COULSTRON, 2003, p. 403).³³

discourse of Roman imperial present; they had particular roles to play in the discourse of Roman imperialism imaged in these monuments.” (Tradução nossa).

³² “*They were negotiated with, beaten down in war, and forced to conform with the Roman world order, but also shown some respect for their dignitas, and some clementia for those who submitted in good faith.*” (Tradução nossa).

³³ “*The general presentation of barbarians on Trajan’s Column is as a determined and worthy adversary for Trajan and his army. The achievements of Roman citizen troops are particularly lauded in the areas of building construction, field-craft and siege warfare, quintessentially ‘Roman’ qualities. Most of the fighting in the open field is conducted (always with inexorable success) by non-citizen auxiliary troops. Thus the Roman ideal of victory achieved without the loss of Roman blood is advertised throughout and may be closely paralleled in the contemporaneous writings of Tacitus.*” (Tradução nossa).

Constata-se, então, que o curso narrativo apresentado através do desenrolar das cenas da Coluna procura evidenciar um caráter civilizatório da conquista romana. Quando comparadas às cenas da Coluna Antonina, a vitória romana contra os dácios parece ter efeitos colaterais muito menores contra as populações nativas do que nas infindáveis campanhas contra marcomanos e quados. Novamente, deve-se salientar que não se trata aqui de compreender a realidade através da representação, mas de compreender o processo de construção desta representação e, por isso, se a violência é muito mais explícita na coluna de Marco que na de Trajano, isso pode dever-se à percepção sobre o conflito, a uma escolha estilística ou a qualquer outro fator (DAVIES, 1997, p. 63; COULSTRON, 2003, p. 410). O importante, para a presente pesquisa, é compreender como essas escolhas artísticas contribuíram na construção da imagem militar de Trajano ao longo de seu governo. Nesse sentido, convém observar algo sobre primeira aparição do imperador no monumento. Ele encontra-se

[...] em linha com a águia de Júpiter, o sinal do imperador triunfante, o artista apresenta Trajano pela primeira vez (cena 6): ele aparece em um conselho militar no início da campanha, encarando a Leste a Dácia e o sol nascente. Esta posição marca o alvorecer de uma nova era, quando Trajano põe-se como o *pacator orbis* após sua vitória dáica, um tema posteriormente estendido por uma cunhagem de áureos que apresentam a imagem do deus Sol, provavelmente em referência à sua campanha oriental final contra os partos. Mais de um século antes, Augusto associou-se semelhantemente com o cosmos, o sol, vitórias orientais e a paz mundial expressaram este programa através de uma íntima relação entre o *Solarium Augusti* e a *Ara Pacis Augustae*. (BRILLIANT, 1986, p. 95).³⁴

Levando tudo isso em consideração, pode-se procurar entender qual é o discurso que aqueles que estiveram envolvidos no *design* e na construção da Coluna de Trajano pretendiam passar. A forma como são representados os personagens, suas ações, o desenvolvimento do conflito, tudo contribui para a construção deste discurso que procurar-se-á analisar então tendo como ponto

³⁴ “[...] in line with the eagle of Jupiter, the sign of the triumphant emperor, the artist presented Trajan for the first time (scene 6): he appears in military council at the beginning of the campaign, facing east Dacia and the rising sun. This position marks the dawn of a new era, when Trajan stood as *pacator orbis* after his Dacian victory, a theme later extended by an issue of aurei that display the image of the Sun God, probably in reference to his final eastern campaign against the Parthians. More than a century before, Augustus had similarly associated himself with the cosmos, the sun, eastern victories, and world peace and had expressed this program through the intimate relationship between the *Solarium Augusti* and the *Ara Pacis Augustae*.” (Tradução nossa).

primordial a figura de Trajano ao tratar das cenas em que ele se faz presente. Tendo observado como o texto do Panegírico e as cenas da Coluna encontram-se em diálogo com o contexto no qual se inseriam, se buscará agora compreender a construção da imagem militar de Trajano no interior da narrativa apresentada por ambas as fontes, pensando-as em relação ao momento histórico de sua elaboração para se identificar possíveis rupturas e continuidades nesse processo de construção da imagem imperial.

Capítulo III: Quid divinius Traiano?

O texto até aqui elaborado visava assentar as bases que propiciariam a análise das fontes selecionadas. Deste modo, o primeiro capítulo dedicou-se a observar um contexto amplo no qual os agentes políticos e sociais encontravam-se inseridos, trabalhando alguns dos conceitos-base sem cuja compreensão as análises expostas no presente capítulo seriam irrealizáveis da forma como o trabalho fora organizado. Já no segundo capítulo, procurou-se ater-se a questões de ordem prática sobre o processo de pesquisa, pensando nas bases teóricas e metodológicas sobre as quais a pesquisa veio a se desenvolver bem como a estreitar o campo de ação das ideias anteriormente compreendidas pela observância de questões próprias a cada uma das fontes, pensando-as “externamente”.

Este é, então, o momento em que se dará a análise “interna” das fontes, ao atentar-se ao conteúdo discursivo que cada uma traz em seu “texto”. Para tal empreendimento, seguiu-se inicialmente a rota da compreensão do texto em geral para depois concentrar-se nas passagens que se mostraram mais oportunas. Optou-se pela divisão de todo o conteúdo presente nos capítulos do Panegírico e nas cenas dos relevos da Coluna em assuntos temáticos para auxiliar na compreensão do todo discursivo apresentado pelas fontes. Vale salientar que esta divisão temática não obedece a padrões rígidos e foi pensada tão somente com o propósito de auxiliar na compreensão dos objetivos aqui propostos, de modo que estas divisões podem ser adaptadas ou mesmo totalmente contestadas por outros estudos.

Tendo selecionado as passagens desejadas, prosseguiu-se à sua análise à luz do “todo coerente” que se verifica ao longo do processo discursivo interno e externo destas fontes, sendo oportuno observá-las em relação aos eventos contemporâneos que se verificam durante o governo de Trajano. Assim, longe de perseguir uma abordagem cronológico-factual tendo as fontes como ferramenta para confirmar tais “fatos históricos”, é o inverso que se propõe, a fim de que estes ocorridos ajudem a compreender o processo de produção destas fontes, auxiliando, por fim, na compreensão de seu conteúdo discursivo ante a

uma possível rede discursiva hegemônica que estaria presente não apenas no governo de Trajano, mas em uma forma de discurso imperial que adapta-se a fim de manter-se em voga, tal como expresso no ideal barthiano de “mito”.

I – Construindo o *Optimus*: o Panegírico de Plínio, o Jovem

Ao fazer a leitura inicial do Panegírico, optou-se pela divisão de seus capítulos em oito áreas temáticas para que pudessem ser selecionadas as passagens que fizessem alusão à construção de sua imagem militar, às quais seriam dadas maiores atenções. Classificaram-se os 95 capítulos de acordo com as seguintes categorias temáticas: 1) Agradecimentos; 2) Assuntos militares; 3) Assuntos religiosos;³⁵ 4) Assuntos domésticos; 5) Assuntos civis, incluindo questões de ordem política e social; 6) Comparações com imperadores anteriores; 7) *Felicitas temporum*³⁶ e 8) Assuntos econômicos. Aos Assuntos cívicos é dado o maior espaço e atenção, dedicando-se a eles 56 capítulos. Os capítulos de Assuntos militares vêm em segundo lugar com 13 capítulos, seguidos pelas Comparações com os antecessores (8), Assuntos econômicos (6), *Felicitas temporum* (4), Assuntos domésticos e Agradecimentos (ambos com 3 capítulos) e Assuntos religiosos (2). Vê-se, assim, que, ainda que sejam de longe sobrepassados pelos Assuntos de ordem civil – o que certamente tem seu propósito no texto –, os Assuntos de ordem militar possuem sua relevância, o que procurar-se-á ver adiante.

O discurso pliniano se abre com o autor chamando a atenção de seu público-alvo para os assuntos que deseja tratar. Dá-se início aos elogios à pessoa de Trajano e enaltece-se sua ascensão ao trono imperial através da sua adoção por parte de Nerva. É de se lembrar que, após o assassinato de Domiciano em uma conjura palaciana, o senador Nerva foi elevado ao trono pelo Senado e, apensar de seus esforços para conciliar os ânimos e reparar os abusos do governo anterior, sem o prestígio militar de Domiciano, se vira cada vez mais sem apoio. Isso abriu caminho para conspirações e, mais grave, uma

³⁵ Convém destacar que estes são de ordem exclusivamente religiosa, visto que elementos religiosos são observáveis ao longo de todo o texto.

³⁶ Questões gerais que provam como o momento atual seria melhor em vários aspectos do que os anteriores.

revolta da guarda pretoriana que enclausurou o idoso imperador em seu palácio, coagindo-o a seus propósitos (ANGELOZZI, 2003, p. 65).

A adoção de Trajano é tratada no Panegírico como um ato providencial e desejado pelos deuses. Este processo teria bastado para findar a sedição dos pretorianos (*“statim consedit omnis tumultus.”* Plínio, *Panegírico*, 8). O ato da adoção em si não constituía uma novidade, uma vez que “a adoção sempre foi um fator fundamental das alianças familiares e de poder no seio de grandes disputas aristocráticas entre as famílias romanas” (GAIA, 2020, p. 7). Contudo, existe uma ênfase no fato de que a situação se acalmara devido ao prestígio do adotado, fazendo alusão à adoção de Pisão por Galba, o que gerou uma revolta maior em vez de dissuadir a que já estava em curso (GRIFFIN, 2000, p. 8). A importância dada à legitimidade da ascensão de Trajano não deve ser desconsiderada, visto que

A conexão entre os eventos de 97 e os de 69 desempenha um importante papel nas seções iniciais do discurso onde sua prioridade é estabelecer a noção de que a relutância de Trajano em assumir a autoridade imperial fora superada apenas pela gravidade da crise que afligia o Estado. (KÖNING; WHITTON (ed.), 2018, p. 152).³⁷

A atitude de Trajano frente a sua adoção é motivo dos maiores louvores. Nomeado César e com poder tribunício igual ao do imperador reinante, estando a frente de um poderoso exército, ele não procura tomar o poder para si, antes, recusa-se a governar. Plínio destaca que assim como Trajano recebera o poder imperial de Nerva, da mesma forma devolveu-lhe (*“ille tibi imperium dedit, tu illi reddidisti.”* Plínio, *Panegírico*, 6). O futuro imperador teria preferido permanecer como soldado, legado e comandante, em obediência filial ao pai adotivo. Imbuídas de bajulação, estas afirmações de Plínio podem ser muito disputadas. É interessante observar como esta mesma relação de entrega e devolução do poder pode ser verificada entre Vespasiano e Tito na obra de Suetônio (KÖNING; WHITTON (ed.), 2018, p. 153). O próprio ato da adoção muito provavelmente tenha se tratado da conclusão de um intenso ato de negociações políticas

³⁷ “The connection between 97 and 69 plays an important role in the early sections of the speech where his priority is to establish the notion that Trajan’s unwillingness to assume authority was overcome only by the extremity of the crisis afflicting the state (e.g. Pan. 5.6, 6.2, 7.3–4, 10.1).” (Tradução nossa).

ocorridas durante todo o ano de 97 em meio à crise governamental em que se encontrou o imperador Nerva (MORELLI, 2009).

Neste processo, uma das virtudes mais destacadas por Plínio é a *moderatio*. Ela se manifesta em todos os aspectos da vida, seja na forma de se vestir, no comportamento, nas decisões políticas, mas também nas atividades militares. O panegirista (PLÍNIO, *Panegírico*, 4) salienta que

Há aqueles que conseguem glórias na guerra, mas são esquecidos nos momentos de paz; aqueles que se destacam no uso da toga, mas não no campo de batalha; alguns conseguem o respeito pelo medo, outros pelo amor, havendo ainda quem alcance glória nos assuntos domésticos perdendo-a nos públicos e aqueles que a consigam perante o público, mas fracassam com suas casas.³⁸

Esse destaque tanto às qualidades cívicas quanto militares de Trajano no início do Panegírico busca apresentá-lo tão cedo como um governante capaz que não negligenciaria nenhuma questão importante do Estado. Isso se devia porque, ainda que fosse tido como um exemplo de príncipe senatorial, Nerva falhara em estabelecer uma boa relação com o setor militar e não possuía o mesmo prestígio de Domiciano frente a esse setor (SCHOWALTER, 1993, p. 36).

Trajano é apresentado como um reconhecido *vir militaris*, que possui o respeito das nações externas e que tem a resolução para vencer conflitos, embora saiba o valor da paz e não os provoque. Mas um detalhe ainda é digno de louvor para Plínio. Tendo Trajano, já antes de sua adoção, o poder e as qualidades de um *imperator*, ele não utiliza destes meios para usurpar o poder, mas assim como respeitara a hierarquia sob um *malus princeps* (Domiciano) quanto mais agora sob um *bonus et magnus* (Nerva). O respeito à “constitucionalidade” republicana, às leis, à moral, às tradições (*mos maiorum*) merecem a maior atenção durante todo o discurso, mesmo quando tratando de aspectos militares (PLÍNIO, *Panegírico*, 10).

O panegirista prossegue expondo a carreira militar à qual Trajano teria se dedicado antes de sua adoção por Nerva. Plínio louva ações não especificadas de Trajano que, naquele contexto, teriam aumentado ainda mais a glória de seu pai biológico (“*gloriam patris augeres.*” PLÍNIO, *Panegírico*, 14), que recebeu os

³⁸ “*Enituit aliquis in bello, sed obsolevit in pace: alium toga, sed non et arma honestarunt: reverentiam ille terrore, alius amorem humanitate captavit: ille quaesitam domi gloriam in publico, hic in publico partem domi perdidit.*” (Tradução nossa).

ornamenta triumphalia por alguma campanha que impediu uma guerra aberta contra os partos no tempo de Vespasiano. Após essa experiência inicial, o jovem tribuno partiria para servir nas legiões estacionadas no Reno, onde se destacaria o suficiente para merecer o título de Germânico (“*nomenque Germanici iam tum mererere.*” PLÍNIO, *Panegírico*, 14). Segundo o Panegírico, Trajano teria servido por dez anos como tribuno, período no qual pôde conhecer longínquas terras, diferentes tradições e povos, o clima e a natureza de diferentes regiões, bem como as maneiras de melhor transitar por elas. Todos esses conhecimentos teriam preparado Trajano para que pudesse ser um líder (“*ita egisti tribunum, ut esse statim dux posses.*” PLÍNIO, *Panegírico*, 15). Contudo, segundo Bennett (2005, p. 25), desde o governo de Tibério, não era comum mesmo a experientes generais exercer um posto militar durante tanto tempo e, embora não se possa excluir a possibilidade de Trajano ter servido por um período mais longo do que o usual, talvez para estabelecer uma rede maior de conexões políticas, é bem provável que os dez anos de serviço nas legiões se tratasse de um artifício retórico que aludia a tradição política da média República.

Em seguida, o texto dá um salto temporal para o ano de 89, quando Trajano encontrava-se como governador (*legatus Augusti*) da Hispânia Tarraconense. Esse é o momento da revolta de Saturnino, governador da Germânia, que, apoiado pelas legiões sob seu comando e por tribos germânicas do além-Reno, intentava marchar contra Domiciano. O imperador convocou Trajano e sua legião enquanto marchava ele próprio ao norte com a guarda pretoriana. Ainda que a revolta tenha sido rapidamente esmagada pelo governador da Germânia inferior, Lappius Maximus, imperador e legado continuaram a marcha, tendo o primeiro se atentado a eliminar aqueles incriminados na rebelião, enquanto o segundo provavelmente dirigiu campanhas punitivas contra os germanos que se aliaram ao rebelde (BENNETT, 2005, p. 44).

Essa é, provavelmente, uma das passagens mais emblemáticas do Panegírico. Segundo Plínio, Domiciano recorrera a Trajano, por quem sentia uma admiração imiscuída com medo (“*tantam admirationem tui non sine quodam timore conceperit.*” PLÍNIO, *Panegírico*, 14), naquela difícil situação e após esse conflito, comparando-os com Euristeu e Hércules, anuncia que Domiciano enviou seu general de campanha em campanha (“*aliis super alias expeditionibus*

munere." PLÍNIO, *Panegírico*, 14). A grande rapidez com que Trajano respondeu ao chamado do imperador, enfrentando difíceis terrenos, como os Pirineus e os Alpes, é motivo de louvor da parte de Plínio, mas seu real escopo é omitido. Em nenhum momento o panegirista cita a revolta de Saturnino e, conseqüentemente, que Trajano se apressava para combater compatriotas romanos, ainda que em rebelião aberta. Se a vitória sobre hostes externas era uma honra digna de louvor, um triunfo fraticida sobre romanos certamente deixaria maculada a imagem de qualquer governante. Beard (2009, p. 123-124) destaca que as vitórias em guerras civis eram sempre eclipsadas por vitórias sobre nações estrangeiras. O triunfo de César sobre o Oriente e a África mascarava a destruição dos exércitos republicanos, o triunfo de Augusto contra Antônio foi representado pela conquista do Egito e aquele de Vespasiano e Tito comemorava a vitória na guerra judaica, sem qualquer menção ao sangrento campo de batalha em que a Itália se tornou entre 69-70.

Desta forma, o fato de a rebelião ter sido debelada antes da chegada de Trajano contribuiu para a manutenção de uma imagem positiva. Todavia, os argumentos e os personagens do texto pliniano são caracterizados por antíteses de tipos-ideias, cujos exemplos mais marcantes são Trajano como *optimus* e Domiciano como *pessimus princeps*. Em sua busca por combater a memória de Domiciano e elevar a figura de Trajano, e representá-lo como catalizador dos anseios da classe senatorial, Plínio narra como o futuro imperador sabia o quão detestáveis eram os maus príncipes, uma vez que ele, como os demais senadores, corria riscos e temia a ira do tirano Domiciano (*"vixisti nobiscum, periclitatus es, timuisti."* PLÍNIO, *Panegírico*, 44). De fato, a relação de Domiciano e a classe senatorial deteriorou-se cada vez mais após a revolta, ocasionando em exílios, confiscos e assassinatos. No entanto, Trajano foi recompensado com o consulado em 91, devido a sua atitude leal durante a revolta e, provavelmente, foi posto à frente das operações contra suevos e sármatas no médio Danúbio, o que lhe renderia futuramente o título de Germânico (MOMMSEN, 2005, p. 243; BENNETT, 2005, p. 49), de modo que dificilmente um imperador zeloso como Domiciano teria atribuído importantes cargos miliares a alguém que não tivesse sua confiança, podendo representar uma ameaça ainda maior que a de Saturnino.

Outra questão que merece destaque é ausência inicial do imperador da capital. Quando recebeu a notícia da morte de Nerva, alguns meses após a adoção, o novo Augusto se encontrava na Germânia. Tendo ordenado a deificação do antecessor, ele passou do Reno às províncias danubianas, tendo retornado à capital apenas em fins de 99. Segundo Faccini (2009, p. 15), o imperador buscava certificar-se da segurança desta conturbada fronteira, bem como lançar as bases para suas futuras campanhas contra os dácios. Para Rossi (2012, p. 236), ele almejava promover ainda mais sua reputação militar, assegurando a lealdade dos exércitos e o prestígio junto ao Senado. É possível que o imperador também buscasse consolidar alianças com os povos da região – contra os quais ele próprio conduzira campanhas não muitos anos antes –, uma vez que Plínio ressalta-nos a fama do imperador entre as nações bárbaras e que estas lhe enviavam reféns como garantia de aliança (“*accipimus obsides*”. PLÍNIO, *Panegírico*, 12).

Por sua vez, Morelli (2009) dedicou uma extensa atenção às relações nos mais altos círculos de poder entre o fim do governo de Domiciano e o início do governo de Trajano. No momento da ascensão deste último, o autor destacou que todas as províncias ocidentais estavam em mãos de aliados de Trajano, sendo que as províncias africanas, danubianas e orientais encontravam-se governadas por indivíduos indiferentes ou ao menos não interessados o suficiente em contestar a legitimidade do novo César. Apenas a Síria, com suas três legiões, era governada por um possível rival, Marco Cornélio Nigrino. De qualquer forma, todos os governadores que não faziam parte do círculo mais próximo de Trajano foram substituídos e receberam pouco destaque após essa data, ainda que alguns tenham passado a apoiar o imperador em seus empreendimentos, tal como Longino na primeira guerra dáica (*vide*: tabela, MORELLI, 2009, p. 317).³⁹

De qualquer forma, Trajano só regressaria a Roma após quase dois anos de governo. Plínio (*Panegírico*, 20) é enfático ao recordar que as legiões tem seu *imperator*, mas o povo romano se encontra desejoso de seu *princeps* e clama que ele venha dos acampamentos. Alguns questionamentos poderiam surgir da

³⁹ Morelli classifica os governadores segundo sua relação para com Trajano da seguinte forma: *amicus, non amicus, non ostile, probabile rivale*.

prolongada ausência do imperador, podendo ocasionar no surgimento de algum grupo dissidente, que poderia se aproveitar da situação momentânea. Contudo, a ausência de um imperador elevado ao trono da capital já se verificara anteriormente. Sobre as primeiras ações de Vespasiano após sua aclamação pelas legiões do Oriente, Garzetti (2014, p. 236) escreveu:

O *Princeps* demorou-se um ano no Egito, por razões militares enquanto a guerra continuou, e depois disso por razões que não são tão claras. Contudo, isso não era porque ele não considerava sua posição segura o suficiente. De fato, o contrário é muito mais provável: ele iniciou por governar o império da periferia com toda confiança, esperando apenas pelo verão e os ventos favoráveis para chegar a Roma e normalizar a situação na sua capital também. Sua primeira mensagem ao Senado já foi mencionada. Ele enviou outras de Alexandria: uma ordenando a reconstrução do Capitólio, outra cancelando a *atimía* infligida àqueles executados por traição por Nero e seus sucessores e proibindo tais perseguições no futuro; e ainda outra dando instruções para a primeira expulsão dos astrólogos.⁴⁰

Por meio do Epitoma do Livro LXVIII da *Historia Romana* de Cássio Dion sabemos que Trajano enviou cartas ao Senado garantindo a segurança de seus membros e a abolição do crime de lesa-majestade e também que convocou os pretorianos que se amotinaram no governo de seu antecessor até seu acampamento e ordenou sua execução. Para Schowalter (1993, p. 40), o fato de que o novo Augusto permaneceu dois longos anos longe da capital, ao ponto de receber leves críticas da parte de Plínio, demonstra que sua posição estava muito bem assegurada. Contudo, essa passagem ajuda a observar a existência de uma diferenciação entre as posições que o imperador ocupava. De fato, muitos dos títulos de Augusto foram adotados por seus sucessores e tornaram-se títulos permanentes do cargo imperial, continuando a ser usados mesmo após o fim da dinastia Júlio-Claudia. Portanto, é compreensível que, no texto pliniano, observemos termos como *Caesar*, *Augustus*, *Parens*, *Princeps* e *Imperator*

⁴⁰ “*The Princeps had spent a year in Egypt, for military reasons so long as the war continued, and after that for reasons that are not very clear. However, it was certainly not because he did not yet consider his own position sufficiently secure. Indeed, the very opposite seems more likely: he began to govern the empire from the periphery with every confidence, waiting only for the summer and favourable winds to reach Rome and normalize the situation in his imperial capital as well. His first message to the Senate has already been mentioned. He spent others from Alexandria: one ordering the reconstruction of the Capitol, another cancelling the atimía inflicted on those executed for treason by Nero and his successors and forbidding such prosecutions in future; and also one giving instructions for a first expulsion of astrologers.*” (Tradução nossa).

utilizados quase como se fossem intercambiáveis, uma vez que se referiam todos ao mesmo indivíduo.

Cabe-nos então o questionamento, aqui, de como os dois últimos vocábulos são trabalhados por nosso autor. Apesar da figura hegemônica do *princeps*, Plínio nos informa que o principado é um regime no qual a liberdade deve ser praticada (*“eodem foro utuntur principatus et libertas”*. PLÍNIO, *Panegírico*, 36), em clara oposição à dominação dos súditos pelo soberano (*“Scis, ut sunt diversa natura dominatio et principatus”*. PLÍNIO, *Panegírico*, 45).

Princeps, no contexto político romano da era republicana, era um título honorífico concedido a um respeitável senador com uma carreira política impecável. O título não era permanente, mas apontado a cada novo mandato de censores. Seu ocupante possuía algumas prerrogativas como direito à primazia na fala e a presidência das sessões do senado, além de outras. Adotado por Augusto em 28 a.C., passou a designar, na prática, a figura monárquica do imperador, mas sob as roupagens republicanas. Segundo Veyne (2009, p. 9), como “primeiro entre os iguais” (*primus inter pares*), o *princeps* seria legalmente apenas um cidadão, ou, para todos os efeitos, um senador, que deveria observar as leis, tendo, porém, “o poder de decidir a paz e a guerra, aumentar os impostos e incorrer nas despesas que quisesse; nada lhe escapa (é o senhor dos cultos públicos e do direito pontifício) e nenhum poder limita o seu”.

As desmedidas desse poder podem ser observadas claramente no discurso pliniano. Nesse aspecto, a única garantia de um bom governo seria o caráter do *princeps* que deveria ser, por natureza, liberal, gentil, misericordioso, controlado, moderado, superando os demais em habilidade e virtude, de modo a não dar atenção à bajulação, mas estar atento às necessidades da sociedade, corrigindo as más práticas, auxiliado por bons amigos e conselheiros (BORN, 1934, p. 22). De acordo com Fergus Millar (1977, p. 6 et seq.), o imperador era “aquilo que fazia”, e conforme o principado avançava o primeiro século, a função imperial passou a assumir cada vez mais uma característica administrativa, uma vez que a posição política se estabilizara. Contudo, através de Plínio, pode-se observar que as antigas funções republicanas do *princeps* ainda deveriam ser cumpridas, tarefa à qual Trajano realizava de maneira exemplar ao presidir tribunais, inspecionar os gastos públicos, assistir às sessões do Senado, garantindo a

liberdade de fala e a livre iniciativa dos “bons” contra a avareza dos “maus”. Ele ainda mereceria louvor por não ocupar o consulado seguidamente, monopolizando-o para si, mas dividindo essa honra/obrigação com os mais aptos para tal. Ainda assim, enquanto esteve na direção das *duas summas potestates*, dividia seu tempo entre as funções do consulado e do principado (PLÍNIO, *Panegírico*, 59).

Esse posicionamento de Trajano, embora contrastasse com o de muitos de seus antecessores, que adotaram uma atitude mais autoritária frente ao Senado, não pode ser encarada como uma grande mudança no regime imperial. Segundo Bennett (2005, p. 109), este imperador deteve mais poder que qualquer um de seus antecessores e sua atitude liberal tratava-se de uma calculada cortesia à classe senatorial, uma vez, que escolhendo exercer sua influência através de uma prerrogativa moderada e não autoritária, acabava por promover ainda mais sua autoridade. É importante notar que a palavra “*princeps*”, em todos os casos gramaticais em que é declinada, aparece 238 vezes no Panegírico, por vezes acompanhada de qualitativos como *bonus*, *malus*, *optimus*, *pessimus*, *magnus* ou *frugalissimus*. O uso desses adjetivos, em geral, tem por função elevar ou rebaixar a figura do príncipe a que se faz referência, estabelecendo bem a ideia de antítese, sobretudo quando comparado a Trajano, a quem – direta ou indiretamente – o vocábulo se refere em quase metade dos casos (110 vezes).

A palavra *imperator*, por sua vez, designava inicialmente qualquer magistrado investido com *imperium*, que designava tanto a autoridade quanto o território em que ela seria exercida. Já durante a República, o título passara a designar comandantes de grandes formações militares. Por altura da segunda guerra púnica em diante, o título passou a ser atribuído a generais vitoriosos, cujos soldados reconheciam as habilidades do comandante por meio das *acclamations*. O título era temporário, sendo utilizado do momento da aclamação até a realização do triunfo do general em Roma (AMES, 1999). O título foi adotado como *praenomen* de Augusto – que oficialmente passou a se chamar *Imperator Caesar divi filius Augustus*, estabelecendo o modelo adotado por todos os sucessores – restringindo-o à sua pessoa, uma vez que todos os comandos militares eram exercidos por lugares-tenentes, (*legati Augusti*).

No Panegírico, a palavra “*imperator*” aparece 64 vezes, sendo que em 44 ela se refere a Trajano – soma-se a isso o adjetivo *imperatorium*, utilizado duas vezes, também se referindo a Trajano – estando, por vezes, acompanhada de adjetivos como *tantus*, *augustus*, *optimus* ou *fortissimus*. Quase metade das ocorrências do termo são encontradas nos 20 primeiros capítulos do panegírico, os quais, podemos dizer, Plínio dedica às virtudes e feitos militares de Trajano e, nesse aspecto, ele parece comparável apenas aos grandes heróis dos tempos republicanos (PLÍNIO, *Panegírico*, 13).⁴¹ A aproximação que Plínio faz de Trajano com os antigos generais pode ser observada também pelo emprego do vocábulo republicano *dux*. Aparecendo 10 vezes no texto pliniano (nove das quais empregadas nos primeiros 20 capítulos), a palavra refere-se a Trajano quatro vezes, cinco aos *duces* de períodos anteriores e uma aos ainda por vir. Inicialmente empregado quase como sinônimo de *imperator*, o termo cai em desuso no vocabulário político desde que *princeps* passara a designar a figura do governante romano (SYME, 1939, p. 311). Convém lembrar que o panegírico fora produzido no segundo ano do governo de Trajano e as grandes conquistas militares ainda estavam por vir, sendo que sua carreira militar enquanto homem privado que é aqui apresentada, podendo ser rivalizada apenas por aquela de Vespasiano, quando comparada às experiências militares de seus antecessores (BENNETT, 2005, p. 116).

Em nenhum momento Plínio define *princeps* e *imperator* de forma conceituada, o que é compreensível ao imaginar que o público para o qual o discurso/texto foi produzido estivesse bem ciente de seus significados. Contudo, é possível ver no Panegírico que são duas posições diferentes ocupadas pelo mesmo indivíduo, uma de caráter civil e outra militar. Isso fica bem patente quando autor escreve que, devido à alegria geral que tomara a capital durante a chegada de Trajano, as mulheres regozijavam-se em poder dar à luz a cidadãos sob tal *princeps*, e a soldados sob tal *imperator* (PLÍNIO, *Panegírico*, 22).⁴² Ademais, referindo-se ao mesmo indivíduo, os termos parecem assumir nova configuração. O uso que o panegirista faz dos dois vocábulos, seja pela

⁴¹ “*Hac mihi admiratione dignus imperator non videretur, si inter Fabricios, et Scipiones, et Camillos, talis esset*”.

⁴² “*Feminas etiam tunc foecunditatis suae maxima voluptas subiit, quum cernerent cui principi cives, cui imperatori milites peperissent*”.

frequência, seja pelos adjetivos que os acompanham, pela distribuição ao longo do texto e pela comparação antitética sugere que o conceito de *imperator* passou, sob o Principado e, sobretudo, para o grupo que o autor representa, a estar não apenas implícita ao ideal de *princeps*, mas subordinado a ele.

Para Plínio, e a classe senatorial em geral, a ideia dominante deve ser aquela de um *princeps civilis*, um governante que tenha as características necessárias para proteger a sociedade de inimigos externos, mas que possa protegê-la também de si mesmo e sua posição autocrática. A aristocracia romana aceitara uma posição política secundária desde a instauração do Principado, mas exigia em troca a garantia de segurança política, econômica e social e, portanto, exigia um governante que pudesse proporcioná-la isso. Destarte, é possível enxergar o Panegírico não apenas como texto laudatório, mas como uma tentativa de “conciliação permanente entre a cúria e o imperador” (VENTURINI, 2005, p. 144). Ainda que outras fontes contemporâneas, sobretudo da cultura material, possam produzir outras imagens sobre o governo de Trajano, destacando seu caráter militar e suas futuras conquistas (GRIFFIN, 2000, p. 98), para o autor do Panegírico este aspecto é secundário. O importante no discurso é promover a ideia de legitimidade do novo imperador, uma vez que a base do poder não poderia ser constituída apenas pela força das armas, uma vez que

O imperador detinha poder não porque o povo reconhecia nele o líder de uma gangue armada que simplesmente tinha a capacidade de impor sua vontade porque os soldados o seguiam sem levar em consideração seus próprios interesses (nem poderia isso explicar a lealdade do exército e a autoridade que ele detinha sobre ele, e a história imperial mais recente demonstrava a fragilidade do poder baseado apenas no apoio militar), mas porque ele promovia e garantia os valores sumarizados por estes poderosos conceitos. Abrangendo uma série de poderosos símbolos, atividades, cerimônias e atos discursivos, eles formavam e estruturavam um conjunto de ideias que eram influentes e muito atrativas. (LOBUR, p. 208).⁴³

Portanto, era necessário atender aos outros setores que também davam sustentação ao regime imperial: a plebe urbana e o Senado (SEELENTAG, 2011,

⁴³ “The emperor “had” power not because people recognized him as the leader of an armed gang who simply had the capacity to enforce his will because soldiers followed him out of their own interest (nor could this explain the loyalty of the army and the authority he had over it, and latter imperial history demonstrates the fragility of power based solely on military backing), but because he promoted and guaranteed values encapsulated by these very powerful concepts. Embracing a set of powerful symbols, activities, ceremonies and speech acts, they shaped and structured set of shared ideas that were influential and very attractive.” (Tradução nossa)

p. 77). Os 20 primeiros capítulos do Panegírico destacam as virtudes e ações militares de Trajano e os próximos 75 louvarão suas virtudes cívicas, a justiça, a moderação, a temperança, a continência, a piedade, o respeito às tradições. A intenção de Plínio, o Jovem é a de conciliar o poder hegemônico do imperador com os anseios da classe senatorial, cujo prestígio e segurança eram ameaçados por governantes demasiado autoritários. Para isso, ele salienta que o imperador é também um senador e deve ter sempre isso em mente. Ainda que sua autoridade o coloque acima dos demais, ele é mais digno de honra quando os considera seus iguais (*"hoc magis excellit atque eminet, quod unum ex nobis putat"*. PLÍNIO, *Panegírico*, 22).

Tratando dessa feição mais militar de Trajano, o panegirista destaca a estreita relação do imperador com seus soldados. No décimo terceiro capítulo Plínio (*Panegírico*, 13) enuncia:

E quanto aos soldados? Quanta admiração angariaste? Contigo suportaram a fome e sede. Durante as manobras militares nos campos, seu imperador cujo suor se imiscuía com a poeira, em nada diferia dos demais senão em força e presteza. Quando Marte saía livre [batalha em campo aberto], lançavas tuas lanças e as recebias do inimigo, regozijando-se na virtude de teus soldados. Quantas vezes recebeste graves golpes em teu capacete e escudo: urgias os oponentes para que fossem corajosos e eles bem o faziam. Passavas em revista aos homens que se apressavam ao combate, testando suas armas, pois se fossem muito onerosas tu mesmo as usarias. E quanto à atenção que dás aos cansados e doentes? Não te é costumeiro ir aos teus alojamentos sem antes examinar os de teus camaradas, nem mesmo descansar sem antes dar a todos o repouso.⁴⁴

Ainda assim, é nessa altura do texto em que Plínio procura demonstrar que, embora não fosse ainda *imperator*, Trajano já o era através de suas ações. Ele conhecia seus soldados, dividia seus labores e sabia conduzi-los à vitória. Plínio (*Panegírico*, 15) destaca que soldados mais velhos poderiam chamar “hoje” de imperador a quem um dia chamaram de camarada (*commilitone*) e que o imperador podia reconhecer a quase todos pelo nome, lembrando-se de seus

⁴⁴ *"quid apud milites? Quam admirationem quemadmodum comparasti? quum tecum in ediam, tecum ferrent sitim; quum in illa meditatione campestri militaribus turmis imperatorum pulverem sudoremque misceres, nihil a ceteris, nisi robore ac praestantia differens; quum libero Marte nunc cominus tela vibrares, nunc vibrata susciperes, alacer virtute militum et laetus, quoties aut cassidi tuae aut clypeo gravior ictus incideret; (laudabas quippe ferientes, hortabarisque, ut auderent: et audebant iam:) quum spectator moderatorque ineuntium certamina virorum, arma componeres, tela tentares, ac si quid durius accipienti videretur, ipse vibrares. Quid quum solatium fessis, aegris opem ferres? Non tibi moris tua inire tentoria, nisi commilitonum ante lustrasses; nec requiem corpori, nisi post omnes, dare."* (Tradução nossa).

feitos. Deste modo, o Panegírico estabelece Trajano como um imperador-soldado e este modelo passará a ser indiscutível após seu reinado, devendo ser adotado mesmo pelos mais pacíficos de seus sucessores (CADARIO, 2012). Assim, é a moderação do imperador que novamente merece destaque visto que Plínio realça que Trajano não teme qualquer conflito, mas nem por isso os provoca uma vez que, mesmo tendo sempre prosperado em batalha, sabe apreciar o valor da paz (PLÍNIO, *Panegírico*, 16).⁴⁵ Sob uma perspectiva mais atual, é importante considerar que,

A despeito da sede de glória atribuída a ele pelos antigos e da reputação em ser um imperador guerreiro *par excellence* concedida a eles por historiadores modernos, parece bastante claro que Trajano não buscava a guerra apenas pelo gosto a ela. (GARZETTI, 2014, p. 318).⁴⁶

O momento inicial de produção do Panegírico não havia presenciado ainda as grandes guerras de Trajano, mas algumas passagens parecem fazer alusão ao primeiro conflito contra os dácios, o que se torna compreensível ao levarmos em conta as futuras alterações pelas quais o texto pode ter passado. Uma destas passagens pode ser verificada neste mesmo capítulo, o 16, em que o senador demonstra não expressar dúvidas de que se o *princeps* vier a cruzar o Danúbio certamente tornará a vitorioso, mas que nem por isso levaria a guerra aos que quisessem evitá-la, seja por influência de sua valentia ou de sua moderação (PLÍNIO, *Panegírico*, 16).⁴⁷ Destarte, a *moderatio* do imperador deveria demonstrar-se suficiente para dissuadir possíveis ameaças, mas deveria estar sempre acompanhada pela *fortitudo*, porque caso algum rei bárbaro, por insolência ou furor, não a respeitasse, nem largos rios, altos montes ou profundos mares poderiam protegê-lo (PLÍNIO, *Panegírico*, 16).

Para Schowalter (1993, p. 46), as únicas expectativas de Plínio expressas no Panegírico a serem frustradas foram justamente em relação à paz, uma vez que o principado de Trajano viu constante atividade militar. Contudo, ainda que

⁴⁵ “*Sed magis praedicanda moderatio tua, quod innutritus bellicis laudibus pacem amas: [...] non times bella, nec provocas.*” (Plínio, *Panegírico*, 16).

⁴⁶ “*In spite of the thirst for glory attributed to him by the ancients and the reputation for being the warrior emperor par excellence conferred on him by modern historians, it emerges fairly clearly that Trajan did not seek war for war’s sake.*” (Tradução nossa).

⁴⁷ “*nec decertare cum recusantibus: quorum alterum fortitudine, alterum moderatione efficitur.*” (Tradução nossa).

existam algumas críticas às campanhas de Trajano por autores como Frontão (METHY, 2003) elas são moderadas e não significa que representassem um pensamento difundido nem na época em que o retórico escreveu nem mesmo no tempo de Trajano. A *pax* a que Plínio se refere pode muito bem ser percebida como a *pax romana*, uma paz armada que garantiria a prosperidade do império através da segurança de seus membros. O mesmo “amor” que Trajano demonstraria pela paz tem correspondência na obra de Cássio Dion, que nos relata que, não obstante o imperador encontrasse grande deleite na guerra, “diferente do que se pode se esperar de um homem belicoso, ele não deu menor atenção à administração civil ou à justiça” (DIO, LXVIII, 10).⁴⁸

Segundo Plínio, embora tenha dedicado longo tempo aos acampamentos, o imperador não favorecia o setor militar sobre outros setores da sociedade. Antes, restaurou a característica disciplina que os exércitos perderam devido ao mau exemplo de príncipes anteriores. O panegirista (PLÍNIO, *Panegírico*, 25) relata que, no momento de sua ascensão, Trajano entregou apenas parte dos donativos aos soldados e não sem antes entregar todas as doações ao povo.⁴⁹ Para Plínio (*Panegírico*, 23), tamanho foi o resultado das ações do imperador que os soldados já não diferiam em nada do povo,⁵⁰ ideia esta corroborada por Cássio Dion ao destacar que “durante o seu governo os soldados jamais demonstraram presunção ou arrogância, visto que ele os regia com mão forte” (DIO, LXVIII, 6).⁵¹

Para Morelli (2009, p. 150), a imagem de Trajano como um experiente *vir militaris* se trata mais de uma invenção propagandística que teria se originado durante seu governo do que um fato baseando em uma extensa carreira no exército. Por essa ótica, é possível pensar o porquê da atenção muito menor dada aos assuntos de ordem militar do que aos de ordem civil no *Panegírico*. Entretanto, observa-se uma série de referências indiretas a esses aspectos

⁴⁸ “He did not, however, as might have been expected of a warlike man, pay any less attention to the civil administration nor did he dispense justice any less”. (Tradução nossa).

⁴⁹ “datumque congiarium populo, et datum totum, quum donativi partem milites accepissent”. (Tradução nossa).

⁵⁰ “nam milites nihil a plebe habitu, tranquillitate, modestia differebant”. (Tradução nossa).

⁵¹ “Nor did the result which usually occurs in such circumstances – conceit and arrogance on the part of the soldiers – ever manifest itself during his reign; with such a firm hand did he rule them”. (Tradução nossa).

militares de Trajano na literatura contemporânea. Um exemplo deste tipo de referência seria o uso que Marcial faria da expressão “*oppidum Martis*” para referir-se a Roma no poema sobre a vila de Domício, de modo a enunciar que a capital também merecia a atenção de Trajano após uma longa ausência (KÖNING; WHITTON (ed.), 2018, p. 222). Já para Eugène Cizek (1996, p. 124) o emprego da fórmula “*principatum Neruae et imperium Traiani*” por Tácito não deve ser interpretado apenas como uma escolha aleatória de palavras, mas pode revelar uma real ruptura de natureza entre os dois governos. Por fim, Schowalter (1993, p. 69) acredita que, na verdade, Plínio tenta tentado minimizar a faceta militar de Trajano no Panegírico.

Posto isto, é possível observar que a preocupação demonstrada em relação às feições militares do imperador estão mais em dissuadi-lo a buscar a glória militar a todo custo, ameaçando a integridade econômica do império e o derramamento de sangue romano desnecessariamente – ignominia atribuída a outros *principes* que mesmo falsificavam suas vitórias – do que de fato em uma possível expansão do império. Os romanos lançariam ofensivas para lá de suas fronteiras até fins do século IV e, ao jogar pela narrativa diônica, o abandono das conquistas orientais de Trajano por Adriano valeram-lhe muito mais críticas do que aplausos. O mais importante é que, enquanto *imperator* das legiões, o *princeps* mantivesse o controle sobre os milhares de homens armados que poderiam representar sérios riscos à estabilidade do império, como as guerras civis de 68-69 já haviam demonstrado, sem, contudo, negligenciar suas importantes atribuições como primeiro cidadão.

II – Entalhando a vitória em mármore: a Coluna de Trajano

Após examinar como a imagem militar de Trajano é construída dentro do texto pliniano, atentando às questões que possivelmente tenham constituído fortes elementos para a sua construção desta forma pelo senador romano, prossegue-se, nesse momento, para a observação desta construção também através da representação iconográfica dos conflitos dácicos presentes no friso da Coluna de Trajano. A narrativa recorre a elementos da vida militar, retratando de maneira pormenorizada o conflito, em oposição à coluna Antonina, cujos

elementos de destruição do inimigo, estão muito mais presentes e a participação na vida cotidiana recebe menor atenção (LOCATELLI, 2013, p. 53; CADARIO, 2012, p. 112).

O friso se abre com cenas de postos avançados romanos às margens do rio Danúbio, seguidas de preparativos em que se pode ver soldados depositando alguns objetos para a futura expedição. Posteriormente os soldados cruzam o rio, sob o olhar de uma divindade que personifica o rio. Após uma cena de desembarque, é realizado um conselho de guerra presidido pelo imperador e seu estado-maior. Seguem-se então algumas cenas de caráter religioso, onde tem lugar um ritual de *suovetaurilia* (é possível ver os animais a serem sacrificados: um touro, uma ovelha e um porco), e após uma sequência de cenas de construção vê-se o primeiro confronto entre as forças romanas e o inimigo dácio. Em geral, esta sequência de cenas, em maior ou menor grau, se repetirá ao longo de toda a Coluna. De acordo com Tortorella (2012, p. 54), é difícil conseguir identificar as representações dos frisos das colunas comemorativas romanas com eventos históricos, uma vez que elas se compõem em geral de “estereótipos sem significativas variações”. Contudo, a frequência com que estes “estereótipos” são empregados e a sua disposição ao longo do friso podem dar importantes pistas sobre quais aspectos dos conflitos são mais destacáveis dentro da narrativa construída. Ademais, frequência com que o imperador é representado em relação às diferentes temáticas abordadas na coluna podem esclarecer aspectos importantes como a função destinada aos imperadores no contexto de um conflito bélico.

Destarte, é possível classificar as cenas da coluna de Trajano em 10 categorias temáticas: 1) Preparativos, incluindo cenas de ronda e guarda, enterros, etc.; 2) Sacrifícios, incluindo cenas de *lustrationes*; 3) Marchas e Travessias; 4) Construções, incluindo cenas do abate de árvores; 5) Discursos; 6) Embaixadas, incluindo cenas de civis que apelam ao imperador; 7) Combates; 8) Prisioneiros interrogados; 9) Conselhos de Guerra, incluindo a distribuição de donativos; e 10) Saques/fugas/espólios/prisioneiros. As cenas mais comuns são as da categoria de Marchas e Travessias que, totalizando 32 cenas, representam 20% de toda a narrativa da coluna. Após encontram-se as cenas de Combate (25), seguidas pelas cenas de Saques/fugas/espólios/prisioneiros (21),

Construções (20), Preparativos (16), Embaixadas (14), Sacrifícios (10), Discursos (9), Conselhos de Guerra (5) e Prisioneiros interrogados (3).

Convém observar que estas temáticas não se encontram distribuídas de forma homogênea ao longo do friso da coluna. As temáticas Preparativos, Sacrifícios e Prisioneiros interrogados se encontram constantemente presentes na narrativa inicial, tornando-se cada vez menos frequente conforme o conflito se avança. Por outro lado, as temáticas Marchas e Travessias, Combates e Saques/fugas/espólios/prisioneiros se tornam cada vez mais presentes ao ponto de dominar as cenas após transcorridos dois terços da narrativa. Dispostas desta forma, causam a impressão de que os conflitos, sobretudo o segundo, se intensificavam cada vez.

Ao longo do friso o imperador aparece 63 vezes. Seguindo as classificações temáticas estabelecidas, vemos que Trajano aparece em 17 cenas de Marchas e Travessias, 12 cenas de Embaixadas, 9 de Discursos, 7 de Sacrifícios, 6 de Construções, 4 de Conselhos de Guerra, 3 de Combates, 3 de Prisioneiros interrogados, 1 de Preparativos e 1 de Saques/fugas/espólios/prisioneiros. Através dessa comparação numérica é possível observar que as temáticas mais recorrentes na narrativa da coluna não são necessariamente àquelas as quais o imperador estará ligado mais intimamente. Enquanto as cenas de Combate, por exemplo, representam 16% do total de cenas, elas representam apenas 5% das aparições imperiais. Por outro lado, enquanto as cenas de Marchas/Travessias e de Embaixadas constituem 20% e 9% da narrativa da Coluna, respectivamente, estas mesmas temáticas representam quase metade das cenas em que o imperador aparece. Ao longo de todo o friso da Coluna de Trajano, é possível ver a quais atividades um imperador, ou ao menos este imperador, deveria voltar suas atenções durante conflitos bélicos. É certo que muitos imperadores visitavam a região fronteira, mas ficavam em quartéis gerais e outros tantos nem saiam de Roma, mas o Trajano da Coluna indica ao expectador quais eram as atividades essenciais do comandante em chefe. Após receber uma última rendição de nobres dácios (*pilleati*), na cena 141, o imperador não torna a aparecer, mesmo faltando ainda 14 cenas para o fim do conflito.

Em mais da metade de suas aparições, o imperador lidera marchas, recebe delegações e embaixadas diplomáticas e se dirige aos soldados em discursos exortativos. A sua função é, sobretudo, estratégica e ele deve se dedicar ao conflito como um todo, deixando as funções mais táticas aos seus legados, ainda que não se furte a exercê-las em pessoa de vez em quando. Tomando esta questão em consideração, apresentam-se a seguir algumas das cenas selecionadas, procedendo com sua descrição imagética e buscando compreender sua função dentro da narrativa em baixo-relevo. As temáticas de Preparativos e Saques/fugas/espólios/prisioneiros não serão aqui contempladas uma vez que o imperador aparece apenas uma vez relacionado a cada uma delas (cenas 51 e 25, respectivamente). As demais temáticas em que o imperador aparece, ainda que cada cena apresente suas particularidades, podem ser observadas com elementos basilares em comum, sendo mais frutíferas para a atual análise. Convém ainda ressaltar que, caso se pretendesse observar a narrativa como um todo, não focalizando na imagem de Trajano, as duas temáticas supracitadas assumiriam uma importância muito maior visto que representam um quarto das cenas que compõem o friso da Coluna.



Fig. 2: Cena 6: Trajano preside um Conselho de Guerra. Disponível em <http://www.trajans-column.org/?page_id=107#PhotoSwipe1657062635340> acesso: 05/07/2022.

Verifica-se a primeira aparição de Trajano na narrativa da Coluna, na sexta cena do friso (Figura 2). Ele encontra-se sentado em uma plataforma de blocos junto a dois de seus generais, rodeado por um grupo de indivíduos que devem representar o conselho de guerra. De sua posição elevada, o imperador pode observar as tropas em marcha, à direita. Assim como nesta primeira cena, ao longo de toda a Coluna, quase sempre o imperador aparecerá rodeado por oficiais ou outros indivíduos importantes, geralmente em uma posição mais centralizada, um pouco mais destacado dos demais sendo que, originalmente, o uso de cores ajudava a destacar ainda mais a figura do imperador dentre os demais (BRILLIANT, 1986, p. 106).

Como ressaltado por Millar (1977, p. 35), “as movimentações de um imperador eram, assim, um evento social e econômico de significantes proporções”.⁵² Um grande número de indivíduos acompanhava o imperador por suas viagens, ainda mais em tempos de guerra. Além da guarda pessoal de cavalaria (*equites singulares Augusti*), Millar (1977, p. 60 et seq.) destacou mensageiros (*viatores*), arauto (*praeco*), atendentes (*accensi*), contador (*a rationibus*), escritor (*ab epistulis*), secretário (*a libellis*), conselheiros (*amici*), responsáveis por distribuir presentes (*dispensatores*) aos quais se somavam arquitetos, engenheiros, geógrafos e tantos outros acompanhantes.

Trajano é sempre apresentado em uma posição ativa, constantemente apontando para algo a ser notado como se estivesse em constante diálogo com seus oficiais, como pode-se observar na figura 3, abaixo:

⁵² “*The movement of an emperor was thus a social and economic event of significant proportions.*” (Tradução nossa).



Fig. 3: Cena 14-15: Trajano supervisiona a construção de um forte. Disponível em <
http://www.trajans-column.org/?page_id=107#PhotoSwipe1657062822052> acesso:
 05/07/2022.

Nesta cena, o imperador se dirige a uma construção em pedra constituída por duas portas arqueadas das quais partem uma ponte e uma estrada. A construção, posicionada no alto de um monte, domina a paisagem. Abaixo do imperador, três auxiliares cruzam uma ponte enquanto um legionário enche um cesto com a água de um riacho. A próxima cena (15) se abre com um legionário que derruba uma árvore enquanto outros cortam os troncos em pedaços menores e os carregam para os utilizarem na construção de outra estrutura (não visíveis na figura 2). Como visto, um número considerável de cenas é dedicado a apresentar estas atividades de abertura de terreno e construção e isso deve ser destacado uma vez que a friso da Coluna apresenta

Uma riqueza de formas de relevo sem precedentes. Montanhas, rios, córregos, nascentes e florestas incluídos servem não apenas como cenário das ações humanas, mas tornam-se elementos da narrativa

por si, pois cedem aos esforços implacáveis de Trajano e seu exército na conquista da Dácia. (STEPHENSON, 2012, p. 1).⁵³

As cenas de trabalhos e construções de fortificações ocorrem quase sempre que se chega a um novo território, que se enfrenta uma batalha ou que se incendeia um assentamento dácio. Estão presentes sobretudo nas representações da primeira guerra possivelmente destacando a intenção de Trajano de avançar de forma cautelosa evitando os riscos de uma invasão em profundidade que distanciasse suas forças demais de sua base de operações incorrendo no risco de uma grande derrota como aquela sob a liderança de Cornélio Fusco no tempo de Domiciano (FACCINI, 2009, p. 13). Estas cenas tornam-se mais escassas nas representações do segundo conflito, uma vez que os romanos já possuíam uma presença logística importante na região consolidada ao fim da primeira guerra (GRISEL, 2016, p. 17).



Fig. 4: Cena 40: Trajano recebe um prisioneiro dácio. Disponível em < http://www.trajans-column.org/?page_id=107#PhotoSwipe1657062999112 > acesso: 05/07/2022.

⁵³“An unprecedented wealth of landforms. Including mountains, rivers, streams, springs, and forests serve not only as a setting of human actions, but become elements of the narrative in themselves, as they yield to the relentless efforts of Trajan and his army in the conquest of Dacia.” (Tradução nossa).

É interessante observar a composição geral de uma longa série de acontecimentos que se desenrolam da cena 38 até a cena 41. Pode-se observar com que agilidade e organização o exército romano avança em território inimigo. Um grupo de dácios se rende após a derrota em batalha e legionários constroem uma fortificação em blocos enquanto alguns auxiliares são vistos amarrando prisioneiros. Logo em seguida (canto esquerdo da figura 4), veem-se um legionário e um auxiliar feridos recebendo atendimento enquanto ao fundo um grupo de legionários, liderados por *signiferi* e *tubicines*, avança. Mais à frente (cena 40) dois *carroballistae* são posicionados em uma posição alta enquanto um grupo de legionários se lança contra os dácios em fuga (cena 41). Trajano figura no centro de toda essa ação, inalterado, aguardando um prisioneiro que é trazido à sua presença por um auxiliar.

Esse conjunto de cenas mostra, então, que o imperador acompanha de perto todas as movimentações da campanha romana na Dácia. O exército que ele comanda, por sua vez, é apresentado agindo de forma coesa, levando a cabo múltiplas ações simultaneamente. Essa organização sem comparação é tema bastante explorado na literatura contemporânea. Flávio Josefo, por exemplo, abordou em sua obra como as forças romanas estavam dispostas e como Tito examinava cada ação de perto (ROCHA, 2012, p. 146). A presença do imperador nos teatros de operações demonstrava-se crucial para o bom resultado do conflito. Mommsen (2005, p. 274), por exemplo, destaca o quão importante foi a presença de Marco Aurélio no *front* para lidar com as difíceis campanhas no baixo Danúbio e Garzetti (2014, p. 211) ressalta o impacto negativo que a retirada de Oto ao sul do rio Pó teve no moral de suas tropas durante a guerra civil de 68-69. Ao longo de toda a Coluna, Trajano é apresentado em meio a seus soldados, supervisionando-os, animando-os através de discursos, presenteando os mais destacáveis, como pode-se observar na Figura 5.



Fig. 5: Cena 42. Trajano discursa às tropas vitoriosas. Disponível em < http://www.trajans-column.org/?page_id=107#PhotoSwipe1657064010476 > acesso em: 05/07/2022.

Nesta cena, pode-se ver Trajano discursando às tropas vitoriosas. A cena condensa em um curto espaço um grande número de unidades, pretendendo, possivelmente, representar a totalidade do exército romano em campanha. O imperador aparece no centro da cena, rodeado por dois oficiais de alta patente. À sua esquerda observa-se uma unidade de *equites* desmontados enquanto à direita há um grupo de legionários, dentre os quais *signiferi*. Ligeiramente abaixo notam-se tropas de populações aliadas, representadas pelo torso nu (RICHMOND, 1935, p. 17), acompanhadas de um grupo de auxiliares de costas para o expectador, intensificando a sensação de que o imperador se encontra rodeado por a uma multidão de soldados.

Observou-se no primeiro capítulo como a questão religiosa formava uma das bases para se pensar no *princeps* como bom governante nos ideais

expressos na romanidade. Quase todas as cenas de sacrifícios são presididas pelo imperador que almeja os favores divinos para vencer o conflito.



Fig. 6: Cena 53: Trajano inicia ritos sacrificiais de *suovetaurilia*. Disponível em < http://www.trajans-column.org/?page_id=107#PhotoSwipe1657063277031 > acesso em: 05/07/2022.

Na cena 53 (figura 6), o expectador depara-se com a segunda cena de *suovetaurilia* da Coluna. Como na primeira (cena 8), Trajano utiliza vestes sacerdotais e aparece com véu (*capite velato*) obedecendo ao rito romano em oposição ao rito grego que também tem sua aparição na narrativa (presente nas cenas 86, 91 e 99). É o imperador que abre os processos sacrificiais através de uma libação, liderando o cortejo sacrificial que adentra o recinto enquanto os animais são conduzidos para o sacrifício pelos carnílices. Como em sua primeira aparição, é notável que a *suovetaurilia* se realiza logo que se adentra no território inimigo, antes que se deem início às operações militares propriamente ditas. Este fato evidencia a *pietas* do imperador que intercede aos deuses pelo bom andamento do conflito. Os deuses não ocupam um papel tão destacável na

narrativa da Coluna, aparecendo raramente, quase sempre como expectadores do conflito. A vitória se deve sobretudo ao valor dos romanos e à liderança de Trajano. Ainda assim, o exercício da *pietas* imperial garante o apoio divino, como pode ser observado na cena 24, quando Júpiter com raios nas mãos aparece acima de um grupo de auxiliares que avançam contra o exército dácio.

Percebe-se, assim, que existe uma constante representação de ações virtuosas praticadas pelo imperador, o que pode ser observado mesmo em seu trato com os inimigos (Figura 7).



Fig. 7: Cena 75: Trajano recebe rendição de nobres dácios. Disponível em <http://www.trajans-column.org/?page_id=107#PhotoSwipe1657063517153> acesso em: 05/07/2022.

O imperador Trajano, sentado em uma plataforma erguida em pedra, na presença de um grande número de oficiais e soldados, recebe um grande grupo de dácios que jogaram seus escudos no chão em sinal de rendição e suplicam à *clementia* do imperador, ajoelhando-se a seus pés. O imperador é representado estendendo a mão, demonstrando aceitar a rendição e o fim das hostilidades. Decébalos, que aparece após o grupo, não pode ser visto deste ângulo. Após algumas ações de demolição, o imperador fará um novo discurso a seu exército – é possível ver que as hostilidades cessaram pois nem o imperador nem os soldados vestem armadura nesta cena – e a narrativa do primeiro conflito é encerrada na cena 78 que se constitui pela personificação da

Victoria alada escrevendo em um escudo em meio aos espólios da campanha representados iconograficamente sobretudo por armas e armaduras capturados.

É importante salientar que o objetivo da investida militar havia sido cumprido, uma vez que

Seu objetivo era proteger a paz e garantir as defesas do império romano. Nesse momento no império romano, a concentração da força romana estava na consolidação e defesa na proteção dos bens que Roma já detinha; qualquer expansão se trataria de um benefício secundário. (GRISEL, 2016, p. 5).⁵⁴

O imperador aceitou a paz, mas impôs duras condições para mantê-la. O acordo estipulava que Decébalos aceitasse a condição de rei-cliente (*socius et amicus*), devolvesse os prisioneiros de guerra, permitisse guarnições romanas em seu território, desmantelasse suas fortalezas e apoiasse militarmente os romanos (FACCINI, 2009, p. 18-20). É difícil especular se Trajano já pretendia anexar todo o território dácico ou se a segunda guerra e a conquista definitiva do reino de Décebalos teriam sido fruto da mal sucedida resolução do primeiro conflito. A narrativa do friso por si não permite compreender a situação uma vez que as novas cenas (79 e 80) já apresentam ao expectador os preparativos para a retomada das hostilidades e o embarque dos soldados para o teatro de operações.

Para Kenneth Waters (1969, p. 400), a campanha dácica de Trajano foi uma continuação daquelas de Domiciano uma vez que, após a vitória, os dácios tornaram à condição de reino-cliente e que, desta forma, a sua posterior anexação como província ao fim da segunda guerra dácica se revelou um processo gradual. Faccini (2009, p. 15), por outro lado, crê que Trajano tenha preferido uma via radical em relação ao problema dácico. Para a autora, o imperador desejava não apenas explorar os recursos naturais da região, mas resolver um problema estratégico que se revelava cada vez mais “espinhoso”, tendo planejado esse conflito desde sua ascensão à púrpura.

⁵⁴“His goal was to protect this peace and ensure the defenses of the Roman Empire. At this stage in the Roman Empire, the concentration of Roman strength was on consolidation and defense in protection of those assets that Rome already has; any further expansion was a secondary benefit.” (Tradução nossa).

O friso se desenrola relatando a recepção da população de uma cidade romana ao imperador que permanece ali para oferecer sacrifícios. A narrativa segue com uma cena de abate de árvores para então apresentar uma reunião do exército dácio em uma fortaleza onde o rei Decébalos preside um conselho de guerra (cena 93). Assiste-se então a uma ofensiva dácia contra as posições romanas, marcando os primeiros confrontos da guerra. Novamente, a forma como as cenas são apresentadas não permitem por si só concluir que tenham sido os dácios a reabrir as hostilidades, mas fica evidente que são eles a tomar a iniciativa nesta fase do conflito. Tornar-se-á às cenas seguintes mais adiante porque toma-se por oportuno observar as ações diplomáticas de Trajano durante a condução dos conflitos.

Já se verificou que, desde sua ascensão ao trono imperial, Trajano procurou estabelecer uma intensa atividade diplomática com as populações ao norte do Reno e Danúbio. Em grande parte, essas tratativas visavam consolidar as posições de soberania romana adquiridas após os longos conflitos iniciados por Domiciano na região que seriam finalizados apenas sob o governo Nerva. Os romanos haviam estabelecidos uma série de acordos com estas populações, criando um cinturão de reinos aliados desde os tempos de Tibério (MOMMSEN, 2005, p. 265). Estes acordos que garantiam a influência romana na região se traduziam em termos militares no suporte que estas populações forneciam ao esforço de guerra romano que pode ser observado nos relevos da Coluna pela presença de guerreiros que lutam com seus armamentos nativos ao lado dos romanos (vide: figura 5).

Essa disposição do *princeps* à negociação é também explorada na narrativa presente na Coluna. Pode-se verificar, através da divisão temática que se operou nesta pesquisa, que a negociação, incluída na temática de Embaixadas, representa quase 20% das aparições de Trajano que constantemente recebe delegações seja das populações aliadas (Figura 8) ou mesmo de grupos de dácios que procuram apelar à *clementia* do imperador.



Fig. 8: Cena 100: Trajano recebe embaixadores. Disponível em < http://www.trajans-column.org/?page_id=578#PhotoSwipe1657063624764 > acesso em: 05/07/2022.

Destarte, observa-se que, após os combates apresentados nas cenas 94-97 (analisadas mais à frente), Trajano aparece oferecendo uma libação na presença do exército e logo em seguida recebe embaixadores aliados na centésima cena do friso (Figura 8). O imperador, vestido em trajes de viagem e rodeado de seus conselheiros, recebe os embaixadores. É possível distinguir três tipo-ideais de indivíduos. O primeiro, em contato direto com o imperador é representado pelo típico penteado suevo, usando calças e com o tronco coberto apenas por uma capa provavelmente se trata de aliados de origem germânica. O segundo, um grupo de cavaleiros (dos quais apenas um está visível na figura 8) que porta túnicas de manga comprida, capa e um chapéu cônico, faz alusão aos sármatas iáziges. Um terceiro grupo pode ser identificado pelos longos vestidos.

A sequência de cenas a seguir (Figura 9) foi escolhida por suas peculiaridades. Destoando da maioria das cenas de combate, nesta sequência são os dácios a lançar-se ao ataque das posições romanas.

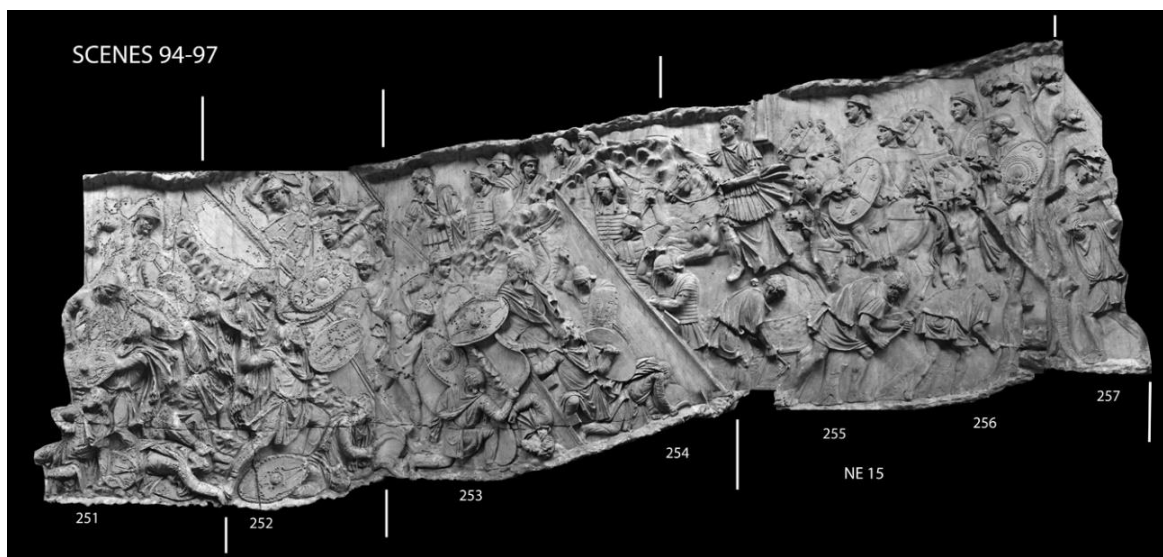


Fig. 9: Cena 94-97: Ataque dácio e contra-ataque romano liderado por Trajano. Disponível em < http://www.trajans-column.org/?page_id=578#PhotoSwipe1657063742856> acesso em: 05/07/2022.

Os dácios assaltam uma fortaleza romana defendida por auxiliares, mas sofrem consideráveis baixas que podem ser vistas na seção mais baixa dos recortes 251/252. Reforços romanos chegam no topo da cena 95 enquanto um segundo ataque dácio ocorre na parte mais baixa da cena (recorte 253). Nota-se, no centro deste conjunto de cenas que alguns legionários combatem com machados (*dolabrae*) – que são apresentados em toda a Coluna apenas na qualidade de ferramentas para o abate de árvores e a destruição de estruturas –, enquanto outros (visíveis na parte baixa dos recortes 255 e 256) prosseguem os trabalhos sem nem mesmo portar armadura o que pode levar a interpretação de que o ataque dácio tenha se dado em um momento inesperado e a luta que se seguiu foi travada em condições alarmantes.

Trajano, por sua vez, aparece liderando a cavalaria em direção aos romanos assediados. Dois fatores de destaque são que esta é a única cena em que o imperador é apresentado na linha de frente e, apesar de não ser a única em que se verifica um ataque dácio, é a única cena em todo o friso em que os romanos retroagem, como bem destacou Alexandre Stefan (2009, p. 454). Ao tratar sobre a guerra psicológica, Elise Grisel (2016, p. 28-29) realça a importância para o ânimo dos soldados em combate que os oficiais se encontrassem ao seu lado na frente de batalha, expondo-se aos mesmos riscos

para inspirar seus comandados. Uma passagem de destaque na *Historia* de Cássio Dion ocorre durante o cerco de Hatra, durante as campanhas orientais de Trajano contra os partos. Após um longo e difícil cerco, o imperador lidera uma carga de cavalaria contra os muros da cidade, escapando por pouco de uma flecha inimiga (DIO. *Historia Romana*, LXVIII, 7). Constata-se, então, que o imperador, via de regra, mantém-se a uma distância segura durante as batalhas, mas sua intervenção em momentos de crise revela-se de suma importância para o resultado positivo do embate.

Por fim, em relação a construção discursiva pautada na oposição/comparação tanto destacada anteriormente, pode-se notar que na narrativa da Coluna ela assume um papel relativamente secundário. Decébalos, sendo o líder inimigo, acaba por ser mais um recurso narrativo do que um parâmetro para se pensar na construção da imagem de Trajano enquanto líder militar. O rei dácio aparece seis vezes no friso da Coluna: durante a rendição no fim do primeiro conflito (cena 75), em dois Conselhos de Guerra (cenar 93 e 139) e em duas cenas de Combate (cenar 24 e 135), nas quais observa, impotente, a derrota de seu exército frente ao avanço romano. Sua última aparição (cena 145), apresenta o rei, derrotado e abandonado, recorrendo ao suicídio para não cair nas mãos do inimigo. Assume-se, após todas as discussões apresentadas, que não existe uma intenção de prejuízo à imagem de Decébalos quando comparado a Trajano. Ainda que ele apareça dez vezes a menos que seu rival romano, em grande medida pode-se constatar que, a despeito de seu insucesso nos conflitos, ele dedica-se às mesmas atividades de supervisão e planejamento que o imperador. Sobre a questão do suicídio, Coulston (2003, p. 404) ressalta que

“O Suicídio perante a desonra” era uma ação nobre de acordo com o ethos estoico romano, elevando seus praticantes a um alto grau de consideração. Controversamente, poderia ser interpretado como um ato selvagem de fuga desesperada, denotando covardice e falta de caráter.⁵⁵

⁵⁵ “‘Suicide before dishonour’ was a noble course in accord a stoic Roman ethos, elevating the practitioners to a high level of regard. Conversely, it could be interpreted as a desperately savage escape, denoting cowardice and lack of character.” (Tradução nossa).

Na *Historia Romana* de Cássio Dion, Decébalos é apresentado como um rei cuja inteligência e capacidade diplomática fizeram-no prosperar, infligindo duros golpes contra os romanos e podendo beneficiar-se dos conflitos mesmo quando a derrota se apresentava iminente. Deste modo, o rei dácio que tanto pusera dificuldades aos romanos durante o governo de Domiciano, que se demonstrou um inimigo contumaz, um perspicaz diplomata e um general capaz, que soube muito bem usar o terreno a seu favor, não pôde resistir ao poderio romano quando conduzido por um líder tão capaz e empenhado quanto Trajano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta pesquisa era identificar a maneira como se constituiu a imagem militar do imperador Trajano durante o seu governo. Para tal empreendimento foram selecionados o Panegírico de Plínio, o Jovem e a Coluna de Trajano, duas fontes produzidas entre 100 e 113 E.C. – o que corresponde a mais da metade do principado trajânico. Ainda que se tenha ponderado sobre questões contextuais e tenha-se pensado estas fontes dentro de uma rede discursiva produzida por um grupo específico da sociedade romana, admite-se que esta construção imagética está pautada sobremaneira nestas duas fontes, o que significa que caso fossem colocadas à mesa outras fontes contemporâneas da mesma natureza, como por exemplo o Arco de Benevento ou o *Tropaeum Traiani*, (considerando fontes monumentais iconográficas), ou de natureza diversa, como a representação iconográfica presente nas cunhagens das moedas, as considerações as quais chegou-se ao fim da pesquisa poderiam ser diferentes.

Optou-se, então, por percorrer um caminho de compreensão das partes formadoras desta rede discursiva para sua análise posterior. Pôde-se observar, desta forma, como o Principado foi, ao longo do primeiro século, um regime em construção e, conseqüentemente, a imagem de seus condutores esteve também em constante construção atendendo às questões sócio-políticas de *demanda* e *afirmação* para alcançar a *concordia* e o *consensus* frente aos mais variados grupos constituintes da sociedade romana de modo a garantir a legitimidade e a posição de poder do cargo imperial.

Como ponto de partida, tendo o Principado sendo estabelecido em grande medida graças à capacidade bélica de Augusto e seus associados frente às demais facções, procurou-se compreender como o conjunto das forças romanas inseria-se, direta e indiretamente, nos processos sociais e políticos do sociedade romana do primeiro e princípios do segundo século E.C. Para além de uma forma mais direta de participação, aquela exercida pelo fio da espada, compreendeu-se que os exércitos representavam aos indivíduos, fossem eles cidadãos ou não, pertencentes às elites ou não, uma forma de ascensão social. No caso das

classes altas, a passagem pelas fileiras das legiões eram requisito obrigatório para o início de uma longa carreira política. Por outro lado, ao fim do período Júlio-Claudiano um número cada vez maior de membros das elites provinciais passou a constituir o Senado. Em grande parte, estes *novi homines* de origens provinciais ascenderam no *cursus honorum* através de uma longa carreira junto às legiões.

Notou-se que, apesar de não constituir uma obrigatoriedade para a eleição ao cargo imperial, este *cursus* em meio aos exércitos acrescia a *auctoritas* do aristocrata romano que, em momentos de instabilidade, poderia se apresentar como um *capax imperii*, alguém cujas qualidades de conduzir o império somada a outras questões legitimadoras, como ligações familiares e redes de clientelismo, se fazia notória perante diversos setores da sociedade. Nesse contexto, procurou-se compreender quais os aspectos mais destacados que poderiam conferir/diminuir legitimidade a um imperador romano sob o prisma da romanidade, expressa sobretudo pela observância aos ideais do *mos maiorum*. Compreendeu-se que os aspectos mais destacados nas fontes seriam o comportamento moral, a piedade religiosa e a capacidade de comandar as tropas em batalha.

Atentando-se a isto, pôde-se observar como estes aspectos foram destacados nas duas fontes selecionadas levando em consideração o momento de sua produção. Viu-se como a difícil situação política do ano 97 E.C., influenciaria na escolha que Plínio, o Jovem faria em como apresentar Trajano aos senadores romanos, incluindo entre eles antigos dissidentes que convinha agora trazer para seu lado em um movimento maior de conciliação que se verifica não apenas nas fontes escritas, mas também através da observação das temáticas representadas nos complexos monumentais construídos nesse momento.

Por outro lado, no momento de construção do Fórum e da Coluna o poder de Trajano se encontrava já bem estabelecido, com um governo estável e próspero. Nesse momento, já podiam ser apresentadas as vitórias militares e as conquistas de novos territórios e foi o período de maior investimento na infraestrutura do império, bem como o período mais longo que o imperador passou em Roma, entre longos intervalos em campanha.

Ao dar maior ênfase aos capítulos com temáticas militares do Panegírico e às cenas de friso da Coluna em que figura o imperador, optou-se por focar na análise do aspecto da capacidade militar de Trajano, sem, no entanto, desconsiderar outros importantes aspectos, como o religioso. Foi possível observar que, apesar dos contextos diferentes de produção e da natureza própria das fontes, existe uma continuidade discursiva entre a imagem do Trajano pliniano e daquele apresentado nos baixos-relevos da Coluna, contrariamente à hipótese inicial de progressiva militarização da imagem do imperador.

Ambas as fontes apresentam Trajano como um *imperator* cuja capacidade de liderança é louvável. Ambas apresentam-no incansavelmente ao lado de seus soldados, exortando-os, dividindo os labores da vida militar, inspecionando cada detalhe durante as operações, intervindo em batalha em momentos de necessidade. Contudo, ao longo do processo de pesquisa, percebeu-se uma nova face da imagem de Trajano expressa em meio ao enaltecimento de suas capacidades militares: aquela de *pacator orbis*. Dá-se um destaque a um processo civilizatório da ação militar romana. Em ambas as fontes, nota-se o destaque às ações diplomáticas do imperador que é receptivo à negociação, aceita a rendição daqueles que decidam depor as armas, avança em meio à abertura de estradas, a construção de pontes e fortificações. Verifica-se, assim, que mesmo nos relevos da Coluna, cuja narrativa é estritamente aquela dos conflitos bélicos, nota-se a civilidade de Trajano, que não perde suas características de *imperator*, mas que prioriza os ideais do *princeps civilis* romano.

Salienta-se, novamente, que à luz de outras fontes os resultados da pesquisa poderiam ser diversos, que compreende-se que seja o Panegírico seja a Coluna de Trajano foram produzidas por um grupo de indivíduos que encontrava-se muito próximo ao imperador reinante e que tal representação pode ser fruto de um bem pensado discurso propagandístico que visava legitimar o novo regime. Contudo, essa mesma forma de representar o governante do mundo romano pode ser observada em outros governos, dos quais destaca-se o próprio processo de instauração do Principado no mundo romano. Destarte, considera-se como as fontes selecionadas fazem uso de um discurso já bastante consolidado no cenário político-social romano para legitimar um regime de novas

configurações: o governo de um imperador proveniente das elites provinciais cuja carreira se deu sobretudo no meio militar.

REFERÊNCIAS

FONTES

PLINIUS MINOR. **PANEGYRICUS**. Disponível em < <https://www.thelatinlibrary.com/pliny.panegyricus.html> > acesso em: 05/07/2022.

PLINY THE YOUNGER. **Letters and Panegyricus**. Translated by Betty Radice. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 1969.

TRAJAN'S COLUMN IN ROME. Disponível em < <http://www.trajans-column.org/> > acesso em: 05/07/2022.

BIBLIOGRAFIA

AMES, Cecilia. El título imperial romano y la problemática del Principado. **Estudios Clasicos**. Tomo 41, nº 116, p. 49-64, 1999.

ANDRIGA, William. Religions and the Integration of Cities in the Empire in the Second Century AD: the Creation of a Common Religious Language. In: RÜPKE, Jörg (ed.). **A Companion to Roman Religion**. Malden: Blackwell, 2007.

ANGELOZZI, Gilberto Aparecido. **A Águia e a Cruz**: identificação cristã pelos romanos entre 54 e 117 d.C. Dissertação (Mestrado em História), Niterói, 2003.

BACZKO, Bronislaw. "A imaginação social". In: LEACH, Edmund et Alii. **Enciclopédia Einaudi**, V.5. Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Trad. Rita Buongiorno e Pedro de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BEARD, Mary. **The Roman Triumph**. London: Harvard University Press, 2009.

BENARIO, Herbert. Imperium and Capaces imperii in Tacitus. **The American Journal of Philology**, v. 93, nº 1, 1972, p. 14-26.

BENNETT, Julian. **Trajan: Optimus Princeps**: a life and times. London: Routledge, 2005.

BERARD, François. Aux origines de la cohorte urbaine de Carthage. **Antiquités africaines**, Aix-em-Provence, v. 27, nº 1, 1991, p. 39-51.

BONDIOLI, Nelson de Paiva. Panegírico de Trajano: Da Antiguidade ao Presente. **Faces da História**, v. 4, nº 2, 2017, p. 139-150.

BONDIOLI, Nelson de Paiva. **Religião romana nas fronteiras da romanidade**: um estudo sobre a construção e manutenção de identidades romanas durante o principado Júlio-Claudiano. Tese (Doutorado em História), Assis, 2014.

BORN, Lester. The perfect prince according to the Latin panegyrists. **The American Journal of Philology**, Baltimore, v. 55, nº1, 1934, p. 20-35.

BRILLIANT, R. The Column of Trajan and its heirs: Helical tales, Ambiguous trails. In: Visual Narratives. Storytelling in Etruscan and Roman Art. **Ithaca**, 1986, p. 90-123.

BRIZZI, Giovanni. **O guerreiro, o soldado, o legionário**: os exércitos no mundo clássico. São Paulo: Mandras, 2003.

BRIZZI, Giovanni. **Roma**: Potere e Identità dalle origini alla nascita dell'Impero Cristiano. Bologna: Pàtron Editore, 2012.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. A construção da imagem pública de Luís IV. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

CABECEIRAS, Manuel Rolph V. **Urbi et Orbi, nós e os outros**: romanidade(s), fronteira étnica e a história como escrita dos dilemas pátrios. Tese (Doutorado em História), Niterói, 2013.

CADARIO, Matteo. L'immagine dell'Impero in Guerra da Traiano a Marco Aurelio. In: In: La Rocca, E.; Parisi-Presicce, C; Lo Monaco, A. (ed.). *L'età dell'equilibrio 98-180 d.C.*, **Mondemostre**, Roma, 2012. p. 105-113.

CAMPBELL, Brian. **The Roman Army, 31 BC – AD 337**: a sourcebook. Londres: Routledge, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (ed.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 37-54.

CARRIÉ, Jean-Michel. O Soldado. In: GIARDINA, Andrea (org.). **O homem romano**. Lisboa: Editora Presença, 1992.

CHARLES, Michael. The Flavo-Trajanic miles: the appearance of Citizen infantry on Trajan's Column. **Latomus**: revue d'études latines, v. 61, nº 3, 2002, p. 666-695.

CHRISTOL, Michel. Essai sur l'évolution des carrières sénatoriales dans la seconde moitié du IIIe siècle ap. J-C. **L'Antiquité Classique**. Tomo 58, 1989.

CIZEK, Eugène. Tacite face à Trajan. **Ítaca**: quaderns catalans de cultura clàssica, 1996, p. 121-135.

CORNELL, Tim; MATTHEWS, John. **Grandes Impérios e Civilizações**: Roma: Legado de um Império. V. 1. Madrid: edições del Prado, 1996.

COULSTRON, J. C. N. Overcoming the barbarian. Depictions of Rome's enemies in Trajanic monumental art. In: De BLOIS (ed.). **The representation and perception of Roman imperial power**. Amsterdam: J.C. Gieben, 2003.

DAVIES, Penelope. The Politics of Perpetuation: Trajan's Column and the Art of Commemoration. **American Journal of Archeology**, v. 101, n. 1, 1997. p. 41-65.

DILLON, Sheila. Women on the Columns of Trajan and Marcus Aurelius and the visual language of Roman Victory. In: DILLON, Sheila; WELCH, Katherine (orgs.). **Representations of War in Ancient Rome**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 244-271.

DIO, Cassius. **Roman History**: Epitome of Book LXVIII. Disponível em <https://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Cassius_Dio/68*.html> acesso em: 15/02/2021.

ECO, Umberto. **Interpretação e Superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realza e da aristocracia de corte. Tradução: Pedro Süsskind; prefácio: Roger Chartier. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

FINLEY, Moses. **Politics in the Ancient World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

FRIGHETTO, Renan. Algumas considerações sobre o poder político na antiguidade clássica e na antiguidade tardia. **Stylos**, nº13, 2004, p. 37-47.

GAIA, Deivid Valério. O século de ouro e a “adoção do melhor”: considerações sobre a sucessão imperial durante o século II d.C. **História (São Paulo)**, v. 39, 2020, p. 1-15.

GALINIER, Martin. L'Image publique de Trajan. In: **Images romaines**. Presses de l'école normale supérieure de Paris, 1998, p. 115-141.

GARZETTI, Albino. **From Tiberius to the Antonines**. A history of the Roman Empire AD 14-192. New York: Routledg, 2014.

GIBSON, Bruce. Contemporary Contexts. In: ROCHE, Paul (ed.). **Pliny's Praise: The Panegyricus in the Roman World**. New York: Cambridge University Press, 2011.

GINZBOURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. Morfologia e História. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONZÁLES-CONDÉ, Pilar. Dificultades políticas de Trajano (los años 107-112). **LVCENTUM XXVI**, 2007, p. 253-260.

GRIFFIN, Miriam. Nerva to Hadrian. In: BOWMAN, A. L.; GARNSEY, P.; RATHBONE, D. (org.). **The Cambridge Ancient History**, v. 11: The High Empire, AD 70-192, 2ed. Cambridge University Press, 2000, p. 84-131.

GUARINELLO, Norberto Luiz; JOLY, Fábio Duarte. Ética e ambiguidade no principado de Nero. In: BENOIT, Hector; FUNARI, Pedro Paulo A. (org.). **Ética e política no mundo antigo**. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 133-152.

HARRINGTON, D. Cassius Dio as a military historian. **Acta Classica**, [S.L.], v. 20, 1977, p. 159-165.

HASSALL, Mark. The army. In: BOWMAN, A. L.; GARNSEY, P.; RATHBONE, D. (org.). **The Cambridge Ancient History**, v. 11: The High Empire, AD 70-192, 2ed. Cambridge University Press, 2000, p. 320-343.

HEKSTER, Olivier. Son of two fathers? Trajan and the adoption of emperorship in the Roman Empire. *The History of the Family*, 19 (3), 2014, p. 1-19.

HOLSCHER, Tonio. Images of War in Greece and Rome: between military practice, public memory, and cultural symbolism. **The Journal of Roman Studies**, n. 93, 2003.

HUTCHINSON, G. O. Politics and the sublime in the Panegyricus. In: ROCHE, Paul (ed.). **Pliny's Praise: The Panegyricus in the Roman World**. New York: Cambridge University Press, 2011.

KEPPIE, Lawrence. The army and the navy. In: BOWMAN, A. L.; CHAMPLIN, E.; LINTOTT, A. (orgs.). **The Cambridge Ancient History**, v. 10: The Augustan Empire, 43 B.C. – A.D. 69, 2ed. Cambridge University Press, 1996, p. 371-396.

KÖNING, Alice; WHITTON, Christopher (ed.). **Roman Literature under Nerva, Trajan and Hadrian**. Literary interactions, AD 96-138. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

KOUSSER, Rachel. Conquest and Desire: Roman Victoria in public and provincial sculpture. In: DILLON, Sheila; WELCH, Katherine (orgs.). **Representations of War in Ancient Rome**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 244-271.

LANNA, J. V. **Mais feliz que Augusto, melhor que Trajano** (Eutrópio, Breviário, VIII. 5.3): a construção do ideal de Optimus Princeps em Tácito e Plínio, o Jovem. Dissertação (Mestrado em História), Mariana, 2015.

LOBUR, John A. **Consensus, Concordia, and the Formation of Roman Imperial Ideology**. New York: Routledge, 2008.

LOCATELLI, David. **Le colonne coclidi di Roma e Costantinopoli**. Corso di Laurea Triennale. Università degli Studi di Milano, Milão, 2013.

MALACRINO, Carmelo. Immagini e narrazioni. La Colonna Traiana e le sue scene di cantiere. In: GUIDARELLI, Gianmario; MALACRINO, Carmelo. **Storia e Narrazione: retorica, memoria, immagini**. Milano: Ricerca, 2005.

MARQUES, Juliana. **Tradição e renovação da identidade romana em Tito Lívio e Tácito**. Tese (Doutorado em História), São Paulo, 2007.

MENDES, Norma Musco. O sistema político do principado. In: SILVA, Gilvan Vetura da; MENDES, Norma Musco (orgs.) **Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2016.

MENESES, Ulpiano. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (ed.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

METHY, Nicole. Une critique de l'optimus princeps: Trajan dans les "*Principia Historiae*" de Fronton. **Museum Helveticum**, [S.L.], v. 60, n°2, p. 105-123, 2003.

MILLAR, Fergus. **The emperor in the Roman world (31 BC – AD 337)**. New York: Cornell University Press, 1977.

MORELLI, Ulisse. **Lotta politica e per il potere nei principati di Domiziano e Nerva: crisi dinastiche, strategie occulte, complotti: le oscure origini del saeculum aureum**. Tesi (Doutorado em História), Pisa, 2009.

NOREÑA, Carlos. Self-fashioning in the Panegyricus. In: ROCHE, Paul (ed.). **Pliny's Praise: The Panegyricus in the Roman World**. New York: Cambridge University Press, 2011.

OLIVÉ, Marc M. Tanta quanta sunt: la actitud de Plinio ante la justicia y la personalidad de Trajano. **Minima Epigraphica et Papyrologica XXII**, fasc. 24, 2019, p. 139-166.

OLIVEIRA, A. L. D. **Poder e Mito**: O Principado na perspectiva da literatura latina (Tácito, Suetônio e Plínio, o Jovem. Dissertação (Mestrado em História), Assis, 1996.

OLIVEIRA, A. L. D. **Princeps e Basileus nos discursos de Dion Crisóstomo**. Tese (Doutorado em História). Assis, 2001.

ORLIN, Eric. Urban religion in the Middle and Late Republic. In: RÜPKE, Jörg (ed.). **A Companion to Roman Religion**. Malden: Blackwell, 2007.

PARRA, Amanda Giacon. **Os elementos religiosos nas sátiras do poeta Juvenal (séculos I e II d.C.)**. Tese (Doutorado em História). Assis, 2016.

RICH, John. **Making the Emergency Permanent: Auctoritas, Potestas and the Evolution of the Principate of Augustus**. Roma: École Française de Rome, 2012.

RICHMOND, Ian. **Trajan's army on Trajan's Column**. Papers of the British School at Rome, vol. 13, 1935., p. 1-40.

ROCHE, Paul (ed.). **Pliny's Praise: The Panegyricus in the Roman World**. New York: Cambridge University Press, 2011.

ROSSI, Andrea L. D. O. C. As guerras dácicas: uma leitura das fontes textuais e da coluna de Trajano (101 d.C. – 113 d.C.). In: FUNARI, Pedro Paulo A.; CARVALHO, Margarida Maria de; CARLAN, Cláudio Umpierre; SILVA, Érica Cristyane Moraes (orgs.). **História militar do mundo antigo: guerras e identidades**. 1ed. São Paulo: Anna Blumme, 2012, v. II, p. 227-248.

ROSSI, Andrea L. D. O. C; BONDIOLI, Nelson de Paiva. Príncipes funestos não descansarão em paz: discursos e resistências políticas no Panegírico de Trajano. In: Silva, Semíramis C.; CAMPOS, Carlos E. C. (orgs.). **Corrupção, Crimes e Crises na Antiguidade**. 1º ed. São João de Meriti: Desalinho, 2018, v. 1, p. 173-192.

RÜPKE, Jörg (ed.). **A Companion to Roman Religion**. Malden: Blackwell, 2007.

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfred. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. São Paulo: Iluminuras, 1998.

SCHOWALTER, Daniel. **The Emperor and the Gods: images from the time of Trajan**. Minneapolis: Fortress, 1993.

SEELENTAG, Gunnar. Imperial representation and reciprocation: the case of Trajan. **The Classic Journal**, S. L., v.107, nº1, 2011, p. 73-97.

SETTIS, Salvatore. La colonne Trajane: L'empereur et son public. **Revue Archéologique**, nº 1, 1991, p. 186-198.

SETTIS, Salvatore; ANDREAU, Jean; BONAN, Elsa; SCHNAPP, Alain. La colonne Trajane: invention, composition, disposition. **Annales**. Histoire, Sciences Sociales, 40e Année, nº 5 (Sep. – Oct., 1985), p. 1151-1194.

SILVA, Semíramis. A corrupção e os crimes de Heliogábalo: aspectos da governabilidade imperial romana e as práticas políticas do *princeps* sírio vistas por seus detratores (século III EC). In: SILVA, Semíramis C.; CAMPOS, Carlos E. C. (org.). **Corrupção, crimes e crises na Antiguidade**. Rio de Janeiro: Desalinho, 2018.

SOUZA, Daniel. “**A representação do homem político no Principado Romano: uma leitura das cartas de Plínio, o Jovem (96-113 d.C.)**”. Dissertação (Mestrado em História), Assis, 2010.

STADLER, Thiago David. **O poder das palavras na idealização de um príncipe – Epistolário cruzado entre Plínio, o jovem e Trajano (98-113 d.C.)**. Dissertação (Mestrado em História), Curitiba, 2010.

STRUNCK, Thomas. Collaborators amongst the opposition? Deconstructing the imperial cursus honorum. **Arethusa**, vol. 48, nº1, p. 47-58, 2015.

SYME, Ronald. **The Roman Revolution**. Oxford: Oxford University Press, 1939.

TORTORELLA, Stefano. Monumenti Statali fra Traiano e Marco Aurelio: esibizione del potere e provvidenze imperiali. In: La Rocca, E.; Parisi-Presicce, C; Lo Monaco, A. (ed.). *L'età dell'equilibrio 98-180 d.C.*, **Mondemostre**, Roma, 2012. p. 53-60.

VENTURINI, As palavras e as idéias: o poder na Antiguidade. **Diálogos** (Maringá), UEM/DHI, v. 9, n. 2, p. 143-156, 2005.

VENTURINI, R. L. B.; COSTA, Alex Aparecido. A virtus e o mos maiorum do príncipe ideal no Panegírico de Trajano. **Oficina do Historiador**, v. 6. p. 23-40, 2013.

VEYNE, Paul. **O Império Greco-Romano**. Tradução: Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

WARRIOR, Valerie. **Roman Religion**. Hong Kong: Cambridge University Press, 2006.

WOOLF, Greg. **Rome: na Empire's Story**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

APÊNDICES

Divisão dos capítulos do Panegírico de Plínio, o Jovem por temáticas

Total de capítulos: 95

Agradecimentos: 1, 3, 91.

Assuntos militares: 5, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17⁵⁶, 18, 19.

Assuntos religiosos: 52, 74.

Assuntos domésticos: 83, 84, 85.

Assuntos cívicos⁵⁷: 2, 7, 11, 21, 23, 24, 25⁵⁸, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34⁵⁹, 35, 36, 42⁶⁰, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 54, 56⁶¹, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68⁶², 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95.

Comparação com antecessores⁶³: 4, 20, 33, 48, 53, 55, 81, 82.

***Felicitas temporum*:** 22, 29, 73, 92.

Assuntos econômicos: 37, 38, 39, 40, 41, 43.

⁵⁶ Capítulo fala sobre moderação no trato com nações estrangeiras.

⁵⁷ Entre políticos, sociais, etc.

⁵⁸ Referência ao pagamento de soldados também.

⁵⁹ Dos delatores.

⁶⁰ “*domestica bella*”.

⁶¹ “*De consulato*”.

⁶² “*Amamus te in quantum mereris*”.

⁶³ Sobretudo Domiciano.

Número de capítulos do Panegírico de Plínio, o Jovem por temática

Total de capítulos: 95

Agradecimentos: 3

Assuntos militares: 13

Assuntos religiosos: 2

Assuntos domésticos: 3

Assuntos cívicos: 56

Comparação com antecessores: 8

Felicitas temporum: 4

Assuntos econômicos: 6

Divisão das Cenas da Coluna por temáticas

Total de cenas: 155

Preparativos⁶⁴: 1, 2, 3, 9, 13, 47, 51, 74, 82, 107, 109, 110⁶⁵, 111, 120, 121, 128.

Sacrifícios: 7, 8, 53, 84, 85, 86, 91, 99, 102, 103.

Marchas/travessias⁶⁶: 4, 5, 21, 22, 23, 26, 31, 33, 34, 35, 36, 48, 49, 50, 55, 58, 63, 64, 79, 80, 81, 83, 87, 89, 93, 98, 101, 106, 108, 131, 132, 154.

Construção⁶⁷: 11, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 56, 60, 65, 68, 76, 92, 97, 117, 126, 127, 129, 133.

Discursos⁶⁸: 10, 27, 42, 54, 73, 77, 104, 125, 137.

Embaixadas⁶⁹: 28, 30, 39, 46, 52, 61, 66, 75, 90, 100, 118, 123, 130, 141.

Combate: 24, 29, 32, 37, 38, 41, 62, 67, 70, 71, 72, 94, 95, 96, 112, 113, 114, 115, 116, 134, 135, 142, 143, 144, 151.

Prisioneiros interrogados: 18, 40, 69.

Conselho de guerra⁷⁰: 6, 44, 88, 105, 139.

Saque romano/fugas/espólios/ prisioneiros⁷¹: 25, 43, 45, 57, 59, 78, 119, 122, 124, 136, 138, 140, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 155.

⁶⁴ Incluindo cenas de ronda e guarda, enterro, etc.

⁶⁵ Cena da colheita.

⁶⁶ Incluindo do exército dácio e recepção do imperador.

⁶⁷ Incluindo cenas do abate de árvores e construções dos dácios.

⁶⁸ Incluindo *salutationes*.

⁶⁹ Incluindo civis apelando ao imperador.

⁷⁰ Incluindo distribuição de donativos e conselhos dácios.

⁷¹ Incluindo romanos por dácios, suicídios.

Número de Cenas da Coluna de Trajano por temática

Total de cenas: 155

Preparativos: 16

Sacrifícios: 10

Marchas/travessias: 32

Construção: 20

Discursos: 9

Embaixadas: 14

Combate: 25

Prisioneiros interrogados: 3

Conselho de guerra: 5

Saque romano/fugas/espólios/ prisioneiros: 21

Cenas em que Trajano aparece na Coluna por temática

Total de Cenas: 63

Preparativos: 51.

Sacrifícios: 8, 53, 86, 91, 99, 102, 103.

Marchas/travessias: 26, 33, 34, 35, 36, 48, 50, 58, 63, 64, 81, 83, 87, 89, 106, 108, 114.

Construção: 9, 12, 14, 16, 20, 97.

Discursos: 10, 27, 42, 54, 77, 104, 125, 130, 137.

Embaixadas: 28, 30, 39, 46, 52, 61, 66, 90, 100, 118, 123, 141.

Combate: 24, 72, 73.

Prisioneiros interrogados: 18, 40, 69.

Conselho de guerra: 6, 44, 88, 105.

Saque romano/fugas/espólios/ prisioneiros: 25.

Número de cenas em que Trajano aparece na Coluna por temática

Total de Cenas: 63

Preparativos: 1

Sacrifícios: 7

Marchas/travessias: 17

Construção: 6

Discursos: 9

Embaixadas: 12

Combate: 3

Prisioneiros interrogados: 3

Conselho de guerra: 4

Saque romano/fugas/espólios/ prisioneiros: 1